

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**SARA DINIZ NASCIMENTO**

**GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES:** uma avaliação de impactos do  
Programa Mulheres Mil na ótica de egressas em São Luís/MA

SÃO LUÍS  
2015

**SARA DINIZ NASCIMENTO**

**GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES:** uma avaliação de impactos do  
Programa Mulheres Mil na ótica de egressas em São Luís/MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão para a  
obtenção do título de mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Marly de Jesus Sá Dias

SÃO LUÍS  
2015

## **SARA DINIZ NASCIMENTO**

### **GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES: uma avaliação de impactos do Programa Mulheres Mil na ótica de egressas em São Luís/MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão para a obtenção do título de mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Profª Draª Marly de Jesus Sá Dias

Aprovada em     /     /

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Profª Drª Marly de Jesus Sá Dias (Orientadora)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Profª Drª Silvane Magali Vale Nascimento  
Universidade Federal do Maranhão

---

Profª Drª Valéria Ferreira Santos de Almada Lima  
Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho aos meus pais, Maria do Carmo e Raimundo, que, mesmo não tendo tido a oportunidade de concluir a educação formal, me ensinaram o valor de se dedicar aos estudos.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pois acredito nessa força superior que me guia.

A minha família, pais, irmãs e irmão, esposo, por acreditarem na minha capacidade de encarar essa caminhada árdua, mas gratificante, que é a pós-graduação.

À equipe do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas agradeço a oportunidade de conviver e compartilhar conhecimentos. Em especial, a minha orientadora, Professora Marly Dias, pela sua simplicidade e paciência em orientar e conduzir, compartilhando e construindo conhecimento.

Aos colegas da turma de mestrado e doutorado em 2013, pela convivência e troca de conhecimentos. Em especial, às companheiras Érica Costa, Fernanda Gomes e Neuziane Maia, pelos momentos de descontração, de conversas bobas e compartilhamento das angústias inerentes a esse percurso acadêmico.

Ao IFMA/Campus Monte Castelo, por ter-me permitido, através de sua direção geral, a realização desta pesquisa, e aos colegas servidores deste Campus frente aos trabalhos do Programa Mulheres Mil, por compartilhar as informações pertinentes ao desenvolvimento do estudo.

Ao Campus Buriticupu, pela oportunidade de me aproximar desse objeto de estudo, momento em que surgiram as primeiras indagações sobre o Programa Mulheres Mil.

Às mulheres mil, não poderia deixar de agradecer imensamente, pela oportunidade de compartilhar com a pesquisa toda a experiência vivenciada nesse Programa, sobretudo pela paciência e disponibilidade em responder às perguntas.

*É a sociedade que coloca obstáculos à  
realização plena da mulher.*

*Heleieth Saffioti*

## RESUMO

Geração de renda para as mulheres. Avaliação de impacto do Programa Mulheres Mil na ótica de egressas em São Luís/MA. Avaliam-se os impactos em termos de geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade que foram qualificadas pelo referido Programa desenvolvido no IFMA/Campus Monte Castelo, nos anos de 2009 e 2013. A proposta do estudo orientou-se pelo entendimento das assimetrias entre os sexos, construídas nas sociedades em cada época histórica. O Programa se insere no contexto de reordenamento do capital, de inspiração neoliberal, em que as políticas públicas, orientadas pelos ditames do Banco Mundial, passam a ter o enfoque em programas de combate à pobreza, mas, com caráter meramente compensatório. A partir dos dados levantados, evidenciou-se que o Programa Mulheres Mil propiciou às mulheres motivação e elevação de autoestima. O fato de poderem frequentar um espaço escolar e a convivência com outras pessoas, além do seu círculo familiar, representou, em certa medida, a possibilidade delas extrapolarem o espaço doméstico. Em relação à (re) inserção no mundo do trabalho, visualizou-se que a maioria delas está inserida em atividades diferentes daquela cuja qualificação realizaram. Percebeu-se que o impacto na renda dessas mulheres a partir da qualificação realizada ainda é bastante tímido, e que o simples acesso a ações de qualificação, bem como sua inserção no mundo do trabalho não podem resolver por si só os problemas de desigualdades sociais que as atingem, pois tais desigualdades decorrem das relações mais amplas de produção e reprodução social. Assim, a avaliação de impactos é relevante instrumento que pode contribuir na mudança da execução do Programa, com vistas à sua maior efetividade.

Palavras-chave: Programa Mulheres Mil. Geração de Renda. Mundo do Trabalho.

## RÉSUMÉ

Génération de revenu pour les femmes. Évaluation d'impact du Programme Femmes Mille dans l'optique des diplômées à São Luís/MA. Il se cherche à évaluer les impacts dans des termes de génération de revenu pour des femmes dans situation de vulnérabilité qui ont été qualifiées par ledit programme développé dans IFMA/Campus Monte Castelo, dans la période de 2009 et 2013. La proposition de l'étude s'est guidée par l'accord des asymétries entre les sexes, construits dans les sociétés dans chaque temps historique. Le programme s'insère dans le contexte de réordonnance du capital, d'inspiration néolibérale, où les politiques publiques, guidées par les avis de la Banque Mondiale, sont à remplacer par l'approche dans des programmes de combat à la pauvreté, mais, avec caractère simplement compensatoire. D'après des données soulevées il s'est prouvé que le Programme Femmes Mille a contribué aux femmes dans des termes de motivation et à d'autoestima. Le costume de pouvoir fréquenter un espace scolaire et une convivialité avec autres personnes, outre son cercle familial, a représenté, dans certain mesurée, la possibilité d'extrapoler l'espace domestique. Concernant l'insertion dans le monde du travail il s'est représenté que à la majorité des femmes il est inséré dans des activités différentes de la qualification réalisée. Il s'est perçu que l'impact dans le revenu des femmes après la qualification réalisée encore est suffisamment timide. Le simple accès à des actions de qualification et l'insertion dans le monde du travail ne peuvent décider de lui-même les problèmes d'inégalités sociales qui atteignent les femmes, donc elles s'écoulent des relations le plus suffisant de production et de reproduction sociale. Ainsi, l'évaluation d'impacts est importante instrument qui peut contribuer dans le changement de l'exécution du programme, avec des vues la plus grande efficacité.

Mots-clé: Programme Femmes Mille. Génération de Revenu. Monde du Travail.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Enfoque das políticas públicas .....	49
Quadro 2 - Relação de cursos do Programa Mulheres Mil.....	71
Quadro 3 – Disciplinas base comum dos cursos ofertados pelo IFMA/Campus Monte Castelo .....	75
Quadro 4 – Disciplinas específicas dos cursos ofertados pelo IFMA/Campus Monte Castelo .....	75
Quadro 5 – Perfil das mulheres egressas do Programa Mulheres Mil .....	95
Quadro 6 – Alunas encaminhadas ao mercado de trabalho no ano de 2010.....	101
Quadro 7 – Ocupações/atividades realizadas pelas mulheres.....	103
Quadro 8 – Situação de renda das mulheres egressas .....	106

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de desocupação por sexo no Brasil (2004-2013) .....	83
Gráfico 2 – Percentual de mulheres ocupadas com 25 anos ou mais de idade .....	88
Gráfico 3 – Percentual de mulheres, com 16 anos ou mais de idade, ocupadas por setores de atividade .....	90
Gráfico 4 – Escolaridade das mulheres por níveis de instrução e raça/cor (%) .....	92
Gráfico 5 – Renda das mulheres egressas do Programa Mulheres Mil .....	107

## LISTA DE SIGLAS

ABC	– Agência Brasileira de Cooperação
ACCC	– Association of Canadian Community Colleges
CEPAL	– Comissão Econômica para América Latina
CIDA	– Canadian International Development Agency
CLT	– Consolidação de Leis Trabalhistas
CNDM	– Conselho Nacional de Direitos das Mulheres
CNPM	– Conferência Nacional de Políticas para Mulheres
COFINS	– Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CONIF	– Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CRISMA	– Centro de Ressocialização de Mulheres Apenadas do Maranhão
CSLL	– Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DEM	– Delegacia Especial da Mulher
GEM	– Global Entrepreneurship Monitor
GERAMUS	– Grupo de Pesquisa e Extensão Sobre Relações de Gênero, Étnico-Racial, Mulheres e Feminismos
IDHM	– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFMA	– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IFTs	– Institutos Federais de Educação Tecnológica
IPEA	– Instituto de Pesquisa Aplicada
IPI	– Imposto sobre Produtos Industrializados
MEC	– Ministério da Educação e Cultura
MEI	– Micro Empreendedor Individual
MMIL	– Mulher Mil

OEI	– Organização dos Estados Ibero-Americanos
ONU	– Organização das Nações Unidas
PAISM	– Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher
PIPE	– Promoção de Intercâmbio de Conhecimento para Promoção da Equidade
PIS	– Programa de Integração Social
PMDB	– Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	– Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNPM	– Plano Nacional de Políticas para Mulheres
PR	– Presidência da República
PRONATEC	– Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas
SENAC	– Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SETEC	– Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SNIG	– Sistema Nacional de Informações de Gênero
SPM	– Secretaria de Políticas para Mulheres
UPA	– Unidade de Pronto Atendimento

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 O PROGRAMA MULHERES MIL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES</b> .....	34
<b>2.1 As lutas dos movimentos de mulheres e movimentos feministas</b> .....	34
<b>2.2 As políticas públicas para as mulheres no Brasil: desafios, avanços e conquistas</b> .....	44
<b>2.3 A redefinição das políticas para mulheres no contexto neoliberal: as imposições do Banco Mundial e o Programa Mulheres Mil</b> .....	54
<b>3 O PROGRAMA MULHERES MIL E SUA PROPOSTA DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO EM SÃO LUÍS-MA</b> .....	64
<b>3.1 Inclusão, formação e qualificação profissional no contexto do trabalho incerto: breves considerações</b> .....	64
<b>3.2 As particularidades de inclusão e permanência do Programa Mulheres Mil no IFMA/Campus Monte Castelo</b> .....	71
<b>4 IMPACTOS DO PROGRAMA MULHERES MIL NA PROMOÇÃO DE GERAÇÃO DE RENDA PARA MULHERES EM SÃO LUÍS</b> .....	88
<b>4.1 Estatísticas sobre a população feminina de São Luís</b> .....	88
<b>4.2 Quem são as mulheres mil?</b> .....	95
<b>4.3 (Re) Inserção ou Não inserção: onde estão as mulheres após a qualificação?</b> .....	101
<b>4.4 Possíveis impactos na renda familiar das mulheres</b> .....	106
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	110
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	115
<b>APÊNDICE</b> .....	123
<b>ANEXO</b> .....	128

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata da avaliação de um programa de geração de renda para mulheres, como política pública com recorte em gênero: o Programa Mulheres Mil desenvolvido na Rede Federal de Educação Tecnológica do Brasil, por meio de cursos de qualificação profissional que visam a oportunizar geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Refletiu-se, especificamente, sobre a experiência desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) - Campus Monte Castelo nos anos de 2009 e 2013. A escolha deste Campus ocorreu pelo fato de ser o mais antigo dentro do Instituto Federal do Maranhão e por ter desenvolvido as primeiras experiências do referido Programa no Estado.

No Brasil, o histórico desse Programa está associado à Cooperação Internacional Brasil-Canadá – Promoção de Intercâmbio de Conhecimento para Promoção da Equidade (PIPE). Essa cooperação ocorreu no sentido de desenvolver e implementar no Programa a metodologia do sistema de acesso e permanência – baseada nos modelos de acesso dos Colleges Canadenses, que garantem capacitação profissional para populações desfavorecidas, entre elas aborígenes e imigrantes – adaptando-a à realidade brasileira. (BRASIL, 2011).

Já as faculdades canadenses poderiam usar as lições aprendidas para aprimorar os seus próprios sistemas e práticas em atender esse grupo-alvo. Dessa forma, a relação entre as faculdades canadenses e as instituições brasileiras seria fortalecida, intensificando-se as relações entre os dois países (BRASIL, 2011).

Sabe-se que em 2007 iniciaram-se as primeiras ações do projeto-piloto Mulheres Mil em 13 estados das regiões Norte e Nordeste do país, a saber: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Tocantins, Sergipe, Rio Grande do Norte, Rondônia e Roraima. Nesse primeiro momento, foram financiadores e executores do projeto, por parte do Brasil, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério da Educação, representado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, a Rede Norte-Nordeste de Educação Tecnológica; por parte do Canadá, a Association of Canadian Community Colleges (ACCC), a Canadian International Development Agency (CIDA) e os Colleges Canadenses.

Conforme dados do Ministério da Educação, cerca de 1,2 mil mulheres foram beneficiadas com cursos profissionalizantes em diversas áreas, como: turismo e hospitalidade, gastronomia, artesanato, confecção e processamento de alimentos (BRASIL, 2011).

As beneficiárias tinham entre 18 e 60 anos, apresentavam quadro de total exclusão social, educacional e econômica. Possuíam perfil de baixo nível de escolarização, dificuldade de aprendizagem, pobreza acentuada e baixa autoestima. Os trabalhos foram voltados para a construção de metodologias, ferramentas, técnicas e currículos que promovessem o acesso, permanência e êxito das beneficiárias nos processos educacionais, de formação e inserção no mundo do trabalho (BRASIL, 2011, p.3).

A partir da experiência-piloto em 13 Institutos Federais da região Norte e Nordeste, o Projeto Mulheres Mil foi instituído como Programa Nacional, pela Portaria Nº 1.015, de 21 de julho de 2011, do Ministério da Educação, que “visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade” (Art. 1º). E, conforme seu art. 2º:

O Programa Nacional Mulheres Mil constitui uma das ações do Plano Brasil sem Miséria e terá como principais diretrizes: I - Possibilitar o acesso à educação; II – Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; III - Promover a inclusão social; IV – Defender a igualdade de gênero; V – Combater a violência contra a mulher (DOU seção 1, Nº 140 de 22/07/2011).

O Programa Mulheres Mil pretende atender mulheres com idade a partir de 18 anos, garantindo o acesso às ações educacionais e à inclusão e permanência no mundo do trabalho, tendo como principal perspectiva o reconhecimento e a valorização da diversidade de saberes acumulados durante a experiência de vida dessas mulheres. Como o presente Programa efetiva esta inclusão e permanência no mundo do trabalho?

A proposta de metodologia para implantação e implementação do Programa nos Institutos Federais se apoia no processo de acesso, permanência e êxito das mulheres envolvidas. O acesso ocorre na perspectiva de inclusão desse público não tradicional para essas instituições, através de uma sistemática que favoreça a aproximação e o diálogo com a comunidade onde os institutos estão inseridos. Já a permanência e o êxito consistem na oferta de serviços direcionados para a formação educacional e para o atendimento socioeconômico das alunas, articulado à política de assistência estudantil, para que as mulheres tenham sucesso

no seu itinerário formativo, tornando o espaço escolar um local de acolhimento e de valorização dos sujeitos (BRASIL, 2011).

A primeira experiência do Programa Mulheres Mil no Maranhão se realizou ainda como projeto-piloto no Instituto Federal do Maranhão no Campus Monte Castelo em 2009, com o curso Básico de Qualificação Profissional em Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos, voltado para mulheres da comunidade da Vila Palmeira, bairro da periferia de São Luís, onde várias famílias se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e diversas mulheres não tiveram oportunidade de estudar e de se capacitar profissionalmente (FABBRO, 2011). E também no Campus Centro Histórico, onde foi oferecido o Curso Básico de Qualificação Profissional em Artesanato/Biojoias, para mulheres moradoras das adjacências do Centro Histórico.

Através desses cursos, como demonstra FABBRO (2011, p.2):

O IFMA busca a melhoria na qualidade de vida das alunas participantes, familiares e comunidade, a inserção das mulheres no mercado de trabalho, reconhecimento dos saberes trazidos, validação das habilidades e competências existentes e elevação da escolaridade [...].

A partir dessa primeira experiência em São Luís, e com a institucionalização em 2011 do Projeto Mulheres Mil – como programa nacional –, ocorreu a expansão dessa proposta para mais três campi do IFMA, situados no interior do Estado, nos municípios de Açailândia, Buriticupu e Zé Doca. Já em 2012, essa expansão alcançou também os seguintes municípios: Caxias, Codó, Santa Inês, Pinheiro, São João dos Patos, Imperatriz e São Luís – Campus Centro Histórico. No ano de 2013, os campi Bacabal, Coelho Neto, São Raimundo das Mangabeiras e Timon passaram a desenvolver atividades do Programa Porém esta pesquisa centrou-se na implementação do Programa Mulheres Mil no Campus São Luís/Monte Castelo, onde ocorreram as primeiras ações no âmbito do Instituto Federal do Maranhão.

De acordo com informações dos relatórios técnicos da Coordenadoria de Cursos Básicos e Inclusão Social da Pró-Reitoria de Extensão e Gestão do Programa Mulheres Mil, foram oferecidos pelo Campus Monte Castelo no período de 2009 a 2013, Cursos de Qualificação Básica/ou Formação Inicial e Continuada em: Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos; Camareira em Meios de Hospedagem; Customização de Roupas; Atendente de Lanchonete e Cuidador de

Idosos. Esses cursos tiveram variação de carga horária de 160 a 480 horas-aulas e, durante o período mencionado, foram formadas nestes cursos trezentas e quarenta e seis mulheres.

Dessa forma, a opção por este objeto de estudo foi motivada por questões de ordem pessoal e pelo interesse da pesquisadora em aprofundar conhecimentos sobre as questões de gênero, gestado desde sua graduação em Serviço Social com a participação no Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Racial, Mulheres e Feminismos (GERAMUS), também pela sua inserção como servidora (Assistente Social) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), e ainda pela motivação social em contribuir com este estudo para o debate e aprimoramento das políticas públicas com a transversalidade de gênero.

A proposta do estudo orientou-se pelo entendimento das assimetrias entre os sexos, construídas nas sociedades em cada época histórica, ou melhor, no reconhecimento das desigualdades entre homens e mulheres e nas contradições produzidas nas relações de gênero. Essas assimetrias ou diferenciação entre os sexos são representadas de forma histórico-social como naturais e traduzidas para a prática em sociedade, através da concepção de que o masculino se sobrepõe ao feminino, a partir de uma visão patriarcal e androcêntrica.

Partiu-se, portanto, da compreensão de movimento da realidade social, buscando-se sua essência, considerando os indivíduos como sujeitos da história, em condições determinadas (Marx, 1983). Assim, o estudo deu ênfase à questão de gênero e à condição das mulheres na sociedade, reconhecendo-se que estas são sujeitos da alteração das desigualdades sociais e de gênero, reforçadas na ordem social vigente.

Acerca dessas desigualdades, pode-se entender que elas são de ordem histórica, social, cultural e econômica, visto que o sistema capitalista se assenta na divisão de classes e num processo econômico de exploração e dominação de uma classe sobre outra, onde há concentração de toda a riqueza produzida nas mãos de poucos em detrimento da grande maioria.

Ademais esse sistema utiliza também as desigualdades de gênero, pois a construção inteiramente social do ser homem e ser mulher define os espaços e imagens específicas para elas. Daí, visualizam-se as desigualdades que permeiam as mulheres no mundo do trabalho, traduzidas nas formas mais precárias e

inseguras de inserção, por exemplo, com menor remuneração, mesmo em atividades que exigem jornada de trabalho, grau de instrução e responsabilidade equivalentes à dos homens.

Outro reflexo dessa construção é a dificuldade de acesso a cargos de poder e decisão; a dificuldade de dispor de seu próprio corpo (nisso se insere o discurso do instinto maternal, de que a mulher nasceu para ser mãe); e as formas mais cruéis de violência a que estas são submetidas diariamente, em nome de uma moral cultural burguesa e machista.

Assim, a sociedade capitalista se afirma como tal porque cria mecanismos para sua manutenção e aprofunda e utiliza as desigualdades baseadas na classe, no gênero e na etnia. No que se refere à situação das mulheres, pode-se entender que a opressão e a exploração a que estão submetidas não são simplesmente uma questão de gênero, mas de etnia e também de classe. Conforme Saffioti (2004, p.125), é a “imbricação entre patriarcado, racismo e capitalismo”.

Para essa autora, a fusão dessas três estruturas revela um único sistema de dominação-exploração. Entretanto, essa imbricação não é pacífica nem harmônica, tratando-se assim de uma unidade contraditória. O sistema patriarcado-racismo-capitalismo beneficia o homem branco, rico e heterossexual, e contribuiu para a preservação de injustiças nas relações homem-mulher, nas relações entre etnias e nas relações entre as classes sociais.

Compreende-se ainda que o Programa Mulheres Mil se insere no contexto de reordenamento do capital, de inspiração neoliberal, em que as políticas públicas, orientadas pelos ditames do Banco Mundial, passam a ter o enfoque em programas de combate à pobreza, mas com caráter meramente compensatório.

Esse reordenamento se inscreve nas mudanças decorrentes do processo de reestruturação produtiva, com alteração no modelo de produção e regulação social até então prevalecente, o fordista/keynesiano. Como resultado, há o desmonte das políticas sociais básicas, como, por exemplo, saúde e educação; visualiza-se a perda do seu caráter universal, pois o que impera nesse contexto é a ordem mercadológica. Cresce o desemprego e a desregulamentação da legislação trabalhista, o que acarreta o aumento da população em situação de pobreza, com rebaixamento da qualidade de vida e da cidadania.

Nesse cenário, o Banco Mundial exerce grande influência sobre os rumos do desenvolvimento mundial, em razão do volume dos seus empréstimos, da

abrangência de suas áreas de atuação e do caráter estratégico que desempenha no processo de reestruturação neoliberal dos países em desenvolvimento, por meio de políticas de ajuste estrutural.

Sobre a ênfase dada pelo Banco Mundial ao combate à pobreza, Soares (2000, p.27) destaca: “suas propostas se restringem ao financiamento de programas sociais compensatórios voltados para as camadas mais pobres da população, destinados a atenuar as tensões sociais geradas pelo ajuste”.

Em 1985, o Banco Mundial criou a primeira unidade Women in Development, e desde 2002 elabora planos de ação em gênero, que apresentam maneiras de atingir as mulheres por meio de projetos reforçadores, muitas das vezes, dos seus papéis tradicionais.

Nesse sentido,

Em 2007, o Banco demarca claramente o foco de suas preocupações com relação ao gênero: uma questão de inteligência econômica. Assim, o Banco procura demonstrar os supostos efeitos positivos da globalização e da liberalização dos mercados para o equilíbrio das relações de gênero (RIBEIRO, 2013, p.9).

Sabe-se que as políticas sociais neoliberais são marcadas pelo caráter compensatório e emergencial, simbolizado pela ideia de redes de segurança que buscam amortecer as tensões sociais resultantes das medidas liberalizantes. Os programas de transferência condicionada de renda, por exemplo, enquadram-se nessa perspectiva e manejam, em grande medida, as tarefas reprodutivas das mulheres, tratando-as como gestoras da pobreza.

Assim, ao se reviver o credo liberal, sob a força do neoliberalismo<sup>1</sup>, o Estado é convidado a retirar paulatinamente sua regulamentação do mercado e a aplicar políticas liberalizantes e privatizantes. Essa força não se configura apenas por sua natureza econômica, mas também no campo político-institucional e nas relações sociais.

Para Pereira (2000, p. 67), o Estado, a partir do ideário neoliberal, elege como alvo a redução de sua participação nas atividades econômicas e a desregulamentação dos mercados. E afirma que “por essa perspectiva, o Estado

---

<sup>1</sup> O Neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e América do Norte, onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de Bem-Estar (Anderson, 1995, p.9).

não mais teria funções empresariais, cedendo lugar ao mercado, nem assumiria o papel de provedor social, dando vez à iniciativa privada mercantil e não mercantil”.

Já para Perry Anderson (1995, p.22), o neoliberalismo se apresenta como:

Um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo a sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional [...].

E esse movimento de ajuste neoliberal atinge com mais força os países subdesenvolvidos, como os da América Latina, inclusive o Brasil. Desde os anos 1980 e com maior intensidade nos anos 1990, sob o discurso de integração na economia internacional, é marcada a entrada desses países da periferia capitalista no processo de reordenamento do capital de cunho neoliberal. Para tanto, foram introduzidos elementos de ortodoxia liberal em suas políticas econômicas, com distinto grau de intensidade, de acordo com a realidade de cada país, mas que tinham objetivos em comum, quais sejam:

a) aumentar o grau de abertura da economia para o exterior a fim de lograr maior grau de competitividade de suas atividades produtivas; b) racionalizar a participação do Estado na economia, liberalizar os mercados, os preços e as atividades produtivas; c) estabilizar o comportamento dos preços e de outras variáveis macroeconômicas (SOARES, 2002, p.24).

Ainda à luz do levantamento feito por Soares (2002), em relação ao ajuste neoliberal, há uma diversidade nas consequências econômicas, políticas e sociais entre os países da América Latina, que leva em consideração o período de implantação, o tipo e a intensidade das políticas de ajuste, a estruturação da economia, do Estado e das políticas públicas. Desse modo, o comum em todos os países latino-americanos é o agravamento das condições anteriores de desigualdade social e o surgimento de novas formas de pobreza e exclusão social, sobretudo devido ao aumento maciço do desemprego.

Por outro lado, a luta levantada por movimentos feministas e de mulheres no século XX (décadas de 70 e 80), em torno da redemocratização do País e da noção de direitos para a inclusão na agenda das políticas públicas de questões relativas à vida da classe trabalhadora, e, principalmente das mulheres, no que diz respeito ao acesso a bens e serviços públicos, como: água, saneamento, escolas, creches e postos de saúde – colocando em foco a situação da mulher na sociedade

– passa, crescentemente, a ser substituída na ótica governamental pela perspectiva de focalização das políticas públicas no segmento feminino, segundo o ideário neoliberal e os ditames do Banco Mundial.

Vale ressaltar que as medidas neoliberais e suas consequências econômicas e sociais tornaram-se mais evidentes no Brasil a partir dos anos 1990, com o lançamento do Plano Real e a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidente, tornando-se visível para a política econômica a necessidade de um plano de estabilização para combater a inflação com políticas de cunho recessivo. Com isso, o Estado se insere na estratégia global do neoliberalismo, renunciando ao papel de agente econômico produtivo e empresarial, sendo substituído pelo livre jogo do mercado.

No social o que se vislumbra é um Estado Mínimo, cumprindo no setor das políticas públicas, de recorte social, apenas funções básicas. Conforme Zé Paulo Neto (2012, p. 422, grifos do autor),

A desqualificação do Estado tem sido, como é notório, a pedra de toque do privatismo da *ideologia neoliberal*: a defesa do "Estado mínimo" pretende, fundamentalmente, "o Estado máximo para o capital"; nas palavras de Przeworski, constitui um "projeto histórico da Direita", dirigido para "liberar a acumulação [capitalista] de todas as cadeias impostas pela democracia".

Portanto, a tendência geral no contexto neoliberal é a restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias direcionadas à pobreza. Para Behring e Boschetti (2011, p.56), “as possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o trinômio do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: *a privatização, a focalização e a descentralização*<sup>2</sup>”.

Outra consequência desse movimento é uma maior mercantilização da força de trabalho, traduzida numa desproteção da legislação trabalhista, e nisso verifica-se o aumento do desemprego, subemprego e da informalidade, além da terceirização e flexibilização das condições de trabalho, associando-se a esses fatores a pobreza e a exclusão social. Esse cenário marcado pelo trabalho

---

<sup>2</sup> As autoras Behring e Boschetti (2011) chamam a atenção para esse aspecto no sentido de que este não ocorra como partilhamento de poder entre as esferas públicas, mas como mera transferência de responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas e novas modalidades jurídico-institucionais correlatas, componente fundamental das reformas e das orientações dos organismos internacionais para a proteção social.

precarizado e desregulamentado tem absorvido uma significativa parcela do trabalho feminino, como mão de obra barata, ocupando funções de menor qualificação e inserida nos espaços marcados pela informalidade, sem mencionar que as mulheres exercem uma dupla jornada de trabalho – trabalhando dentro e fora de casa.

Na separação de papéis entre homens e mulheres na sociedade, o trabalho doméstico é uma atividade predominantemente feminina. Segundo dados do IBGE, a jornada média semanal das mulheres nessas atividades é 2,5 vezes maior que a masculina. Em 2011, as mulheres dedicavam, em média, 27,7 horas semanais a afazeres domésticos, enquanto os homens destinavam somente 11,2 horas de seu tempo para tais atividades (PNAD, 2012).

O crescimento do desemprego, o aumento dos postos de trabalho subcontratados, temporários, com jornada parcial e com menores rendimentos concentram, principalmente, a mão de obra feminina. De acordo com o pontuado por Gonçalves (2003, p.129), com base na pesquisa realizada pela União Brasileira e Corrente Sindical,

A precarização das condições de trabalho afeta bastante as mulheres na medida em que é criado um fosso entre um pequeno número de trabalhadores qualificados e um grande número de não qualificados. Este fosso tem uma clivagem de gênero, já que as mulheres são a maioria entre os não qualificados.

Conforme dados da PNAD 2012, a desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres tem se reduzido nos últimos anos, mas as mulheres ainda recebem menos que os homens, em média, 73,3% do rendimento deles. Além disso, pode-se constatar que, entre os mais escolarizados (12 anos ou mais de estudo), a desigualdade de rendimentos é mais elevada dado que as mulheres recebem 59,2% do rendimento auferido pelos homens, mesmo possuindo escolaridade de nível superior.

Evidencia-se que os ‘desajustes’ do neoliberalismo têm atingido de forma mais perversa a classe trabalhadora, e incluem-se aí as mulheres, sobretudo as pobres e negras, das cidades e também da zona rural, que aparecem nas pesquisas como segmento mais vulnerável e precarizado da população. É o que muitos autores têm apontado como fenômeno das políticas neoliberais, de feminização da pobreza. Como destaca Duque-Arrazola (2008, p.23, grifos da autora):

Todas estas mudanças materializam-se no aumento globalizado da pobreza, particularmente nos países periféricos que, uma análise na

perspectiva de gênero, revela quanto tal agravamento da pobreza tem afetado sobremaneira as mulheres da classe trabalhadora ou classes subalternas, em especial das camadas mais empobrecidas, chegando a caracterizar-se esse processo de pauperização como *feminização da pobreza*.

Ainda a esse respeito, Farah (2004, p.55), acrescenta:

Com base na noção de feminização da pobreza, organizações como o Banco Mundial recomendam a focalização de políticas de combate à pobreza. Documento do banco, intitulado *Toward Gender Equality*, analisa o papel das políticas públicas na redução das desigualdades de gênero, propondo, explicitamente, a focalização em mulheres das políticas de educação, saúde, serviços de extensão rural, infraestrutura rural e urbana, e em áreas como segurança e geração de emprego e renda. A proposta de focalização (*targeting women*) baseia-se no argumento de que esta garantirá maior eficiência às políticas de combate à pobreza: a atenção privilegiada às mulheres – seja por seu papel na família, seja por sua presença decisiva nos assuntos ligados à moradia e ao bairro, seja ainda pela presença significativa de mulheres entre a população pobre – terá impacto na sociedade como um todo.

Nesse sentido, a mobilização pela inclusão de políticas públicas na perspectiva de gênero (entende-se que o recorte em gênero se dá pelo reconhecimento das assimetrias criadas histórica e socialmente entre os sexos) e a implementação de ações diferenciadas para mulheres caminham lado a lado com as propostas de cunho neoliberalizantes, de cortes de gastos públicos no social, com a focalização e a seletividade, transparecendo um pseudo interesse para com a superação das desigualdades de classe, gênero e raça/etnia.

Essas três estruturas (classe, gênero, etnia), como aponta Saffioti (2004, p.125) estão entrelaçadas, são fruto de uma realidade historicamente construída, e se associam a um nó.

Por isso,

[...] difícil é lidar com esta nova realidade, formada pelas três subestruturas: gênero, classe social, raça/etnia, já que é presidida por uma lógica contraditória, distinta das que regem cada contradição em separado. [...] o importante é analisar estas contradições fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. Não se trata da figura do nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes. [...] E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novo patriarcado-racismo-capitalismo – historicamente construída.

Assim, no debate sobre a implementação de políticas públicas e programas para as mulheres, há uma tensão entre a construção da mulher, como sujeito de direitos – haja vista que na concepção usual os direitos das mulheres estariam inclusos nos direitos do homem, este tido como representante legítimo da

espécie humana – e de transformação social, e a acepção de mecanismos internacionais, que enfatizam a eficiência de aplicação dos recursos financeiros e a ‘funcionalização’ da mulher como ‘instrumento’ e ‘potencializadora’ do desenvolvimento pelo ‘papel’ que desempenha na família como mãe e cuidadora (FARAH, 2004).

Para Bandeira (2005), as políticas públicas no Brasil quando são feitas e dirigidas às mulheres, não contemplam necessariamente a perspectiva de gênero que considere a diversidade no processo de socialização de homens e mulheres.

As políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Isso implica que não priorizam a importância e o significado que se estabelece no relacionamento entre os sexos; ao contrário, a centralidade posta na mulher-família reafirma a visão essencialista de que a reprodução e a sexualidade causam a diferença de gênero de modo simples e inevitável (BANDEIRA, 2005, p.8).

Contudo, com base na mobilização dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil, e também na plataforma de ação decorrente da Conferência Mundial sobre a Mulher<sup>3</sup>, constituiu-se a agenda das políticas públicas para as mulheres no país com diretrizes nas áreas de: violência contra as mulheres; saúde; educação, meninas e adolescentes; geração de emprego e renda (combate à pobreza); trabalho; infraestrutura urbana e habitação; questão agrária; incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública (transversalidade); acesso ao poder político.

O texto base da conferência enfatiza que a erradicação da pobreza deve ser baseada em um crescimento econômico sustentável, no desenvolvimento social, na proteção ambiental e na justiça social, e requer a participação da mulher no processo de desenvolvimento econômico e social. E ainda, a promoção da independência econômica das mulheres, principalmente pelo trabalho, assegurando a todas elas a igualdade de acesso aos recursos produtivos, às oportunidades e aos serviços públicos. Observa-se, assim, que a proposta do Programa Mulheres Mil é uma das respostas governamentais para as demandas e lutas dos movimentos de mulheres e feministas.

---

<sup>3</sup> Conferência organizada pelas Nações Unidas em Beijing/Pequim no ano de 1995, para a discussão da “situação de discriminação e inferioridade em que se encontram as mulheres em várias esferas da vida social, em quase todos os países”. (Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher)

Esse Programa está alinhado a um conjunto de políticas públicas do Governo brasileiro, voltadas aos eixos citados acima. Daí ter-se traçado como objeto de estudo a sua experiência no Instituto Federal do Maranhão/Campus São Luís-Monte Castelo.

O Programa pretende integrar um conjunto de ações de políticas públicas que visam à inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em contexto de vulnerabilidade. Em suma, “o Programa Nacional Mulheres Mil é uma proposta de aliar a educação ao trabalho, visando à diminuição de problemas sociais em comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano” (BRASIL, 2011, p.5).

Portanto, ao se refletir sobre esta pretensão, é necessário problematizar a concepção de inclusão e vulnerabilidade, assim como a de empregabilidade, qualificação, competência e empreendedorismo, que norteiam a proposta do Programa. A questão é se tais concepções referem-se a uma possibilidade de emancipação humana ou concorrem para reforçar o tradicional papel ocupado pelas mulheres no âmbito da divisão sexual do trabalho.

E ainda, para se analisar a perspectiva da inclusão, é fundamental entender a dualidade exclusão/inclusão na sociedade capitalista, e que esse fenômeno assume características próprias em cada período histórico. O processo de exclusão social se apresenta como um processo multifacetado e afeta diretamente todo o conjunto da vida social. “Este processo excludente estabelece relações de ordem econômica, social, política, cultural, educacional, ecológica, etc., e tende a ser reproduzido por mecanismos que o sustentam e o expandem.” (VAZ, 2002, p. 107).

Em termos de definição, a exclusão social se apresenta como uma situação de privação coletiva de uma parcela significativa da população, no acesso a uma cidadania plena. Para Melo (2005), a exclusão aparece menos como um estado de carência do que como uma trajetória ao longo da qual à insuficiência de renda e falta de recursos diversos somam-se as desvantagens acumuladas pelas pessoas no seu cotidiano miserável.

E que a dualidade exclusão/inclusão no capitalismo está estritamente ligada à inserção dos indivíduos à sociedade pela via do trabalho, pois este define a sua condição social. Assim, as metamorfoses do capital e as transformações no mundo do trabalho impactam sobremaneira as trajetórias de exclusão dos sujeitos sociais, e quando essas trajetórias são analisadas em termos de relações de

gênero, visualiza-se particularidades nas formas de inclusão de homens e mulheres, a exemplo da inserção das mulheres no mundo do trabalho, muitas das vezes, em ocupações de menor prestígio e baixa remuneração.

Logo, há de se pensar como historicamente as mulheres têm sido vistas ou incluídas no mundo do trabalho, numa definição de espaços e tarefas específicas para elas construídas, baseadas numa visão patriarcal, que cultua uma supremacia masculina em relação ao feminino.

Outra proposta do Programa, presente em seu texto oficial, se embasa no acesso de mulheres, em situação de vulnerabilidade, à educação e ao mundo do trabalho, partindo do saber já adquirido na sua trajetória de vida e reconhecendo suas capacidades e habilidades produtivas, como forma de promover melhoria das condições de vida no que tange ao econômico e ao cultural, lançando bases para a mudança da realidade social de exclusão à qual elas e suas famílias estão submetidas (BRASIL, 2011). Nesse sentido, qual a concepção de empoderamento adotada pelo Programa? Como esta concepção contribui para que as mulheres inseridas no Programa promovam mudanças na sua realidade?

Discutir sobre vulnerabilidade nos leva à inferência de que determinados processos sociais conduzem a um evento potencialmente adverso, uma incapacidade de resposta e a uma inadequada adaptação das pessoas a uma situação. Tal vulnerabilidade pode decorrer de situações de exclusão social e da dificuldade de acesso aos mecanismos básicos para a sobrevivência.

Segundo Melo (2005, p. 13):

A noção de vulnerabilidade é particularmente útil porque exprime várias situações: identificar grupos que estão em situação de risco social, grupos que devido a padrões comuns de conduta têm probabilidade de sofrer algum evento danoso, identifica grupos que compartilham algum atributo comum e por isso são mais propensos a problemas similares.

Considerando essa noção de vulnerabilidade, pode-se depreender que as mulheres das classes subalternas estão mais propensas a situações de exclusão social e pobreza, pois a elas são, reservados os piores postos de trabalho, levando-as a obter menor remuneração, e ainda são vinculadas às atividades informais e sem nenhuma garantia trabalhista.

Em seu texto oficial, o Programa ressalta o recorte de gênero segundo a percepção das desigualdades construídas entre os sexos, e ainda a ampliação do papel das mulheres na luta pela superação de tais desigualdades, assumindo

também a chefia de suas famílias, além de serem responsáveis pelo sustento e pelo desenvolvimento educacional, cultural e social dos filhos (BRASIL, 2011). Daí se questiona: Como se processa a eleição dos cursos ofertados? Como são levantadas as demandas das mulheres? Como o recorte de gênero tem sido considerado nas ações do Programa? De que forma o Programa tem contribuído para a superação das desigualdades históricas que atingem as mulheres?

Observa-se ainda que a deterioração dos postos de trabalho e o aumento das famílias chefiadas por mulheres representaram o crescimento da inserção feminina em atividades laborativas, de tal modo que

A porcentagem de famílias chefiadas por mulheres na América Latina oscila entre 25 e 35%. Além dessas existem as famílias em que a contribuição da mulher à renda é igual ou superior à dos homens, o que não se detecta nos censos de população nem nas pesquisas domiciliares devido à definição de chefia que é utilizada (ARRIAGADA apud ABRAMO, 2000, p.114).

No que concerne ao Brasil, os dados expostos no Comunicado do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) Nº 65, com base das evidências da PNAD/2009 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), apontam no período de 2001 a 2009 a continuidade do aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres no país. O percentual nesse intervalo de tempo subiu de aproximadamente 27% para 35%, o que em termos absolutos representa aproximadamente 22 milhões de famílias que identificaram como principal responsável uma mulher em 2009.

Entretanto, a massiva inserção das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas não representou uma diminuição significativa das desigualdades profissionais entre homens e mulheres. A segmentação dos postos de trabalho para mulheres, as diferenças de acesso a cargos elevados nas hierarquias ocupacionais e as desigualdades salariais continuam impregnadas nas ocupações femininas.

Outro aspecto considerado na proposta do Programa é que as mulheres, público-alvo, por residirem em áreas de extrema pobreza, sofrem um processo de exclusão educacional e social, estando à margem de direitos, preenchendo assim as estatísticas do analfabetismo e/ou do analfabetismo funcional. Dessa forma, a PNAD/2009 mostra que a “taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade entre homens é de 9,8% e entre as mulheres é de 9,6%” (BRASIL, 2011, p.6).

Baseando-se numa perspectiva interpretativa e crítica, buscou-se então: compreender se o Programa incorpora as questões de gênero numa visão de

superação das assimetrias entre os sexos, ou se ele reforça os papéis construídos social e historicamente para as mulheres; identificar que tipos de cursos são ofertados; como se dá seu planejamento e execução; quais os lugares que as mulheres ocupam no mundo do trabalho após sua participação no Programa; quais as mudanças provocadas em suas vidas após essa participação.

Assim, partiu-se do pressuposto de que os programas de geração de renda para as mulheres estão condicionados pelo cenário imposto pelo neoliberalismo, com a perspectiva de focalização de políticas de combate à pobreza. Como demonstram os estudos de Carloto e Gomes (2011), Farah (2004), Silveira (2004), dentre outros (as) estudiosos (as) da temática.

Para Carloto e Gomes (2011, p.142),

A configuração das políticas pautadas na geração de renda, que no projeto neoliberal, tem como foco mulheres pobres, incorpora os elementos da divisão sexual do trabalho, ativando estratégias de intervenção que acabam por reproduzir as desigualdades de poder entre os sexos, reforçando ou mantendo os padrões que as criam.

Um segundo pressuposto é que o desenvolvimento das ações de geração de renda para as mulheres teria como objetivo manter a sobrevivência da família por meio de estratégias alternativas ao mercado formal de trabalho, e que seriam compatíveis com o desempenho das atividades domésticas. De acordo com Silveira (2004), as ações de geração de renda que se pautam nessa perspectiva ignoram o processo de construção da cidadania calcada na visão de sujeitos integrais que circulam nos espaços públicos e privados com autonomia.

Nesse sentido, os estudos apontam que as políticas traduzidas em programas de geração de renda para as mulheres refletem ações focalizadas e compensatórias que reforçam o caráter de “feminização da pobreza”<sup>4</sup>, pois caminham para soluções de alívio da pobreza e não de ações articuladas com o processo de redistribuição de poder entre os sexos. O caráter neoliberal presente nessas propostas enfraquece as reivindicações surgidas no movimento feminista e coloca em discussão as possibilidades de construção da cidadania e melhoria de qualidade de vida das mulheres, em particular das mais pobres.

---

<sup>4</sup> Conforme Yanoulas (2011) a categoria feminização possui um significado qualitativo, seria, portanto, uma categoria em desenvolvimento, em processo de construção. E que semanticamente vem sendo utilizada como substantivo para dar feição feminina a algum aspecto da vida social. Serve dessa forma, para entender as expressões da feminização da pobreza não apenas em aspecto quantitativo, mas de uma forma que tipifica a pobreza em termos de gênero, pois essa atinge de maneira diferenciada homens e mulheres.

Entendendo então, o contexto em que esse programa é realizado no País, e à luz das referências bibliográficas, pode-se depreender que os órgãos governamentais implementam programas voltados para as mulheres, mediante o reconhecimento da expressão feminina da pobreza e do papel da mulher na organização familiar e social, levando em consideração as recomendações dos órgãos multilaterais como o Banco Mundial, reforçando as abordagens que consideram a mulher responsável pelas tarefas domésticas e cuidados com os filhos, num processo de valorização de “traços” e “habilidades” femininas.

Portanto, a partir dos questionamentos levantados e dos pressupostos traçados, o estudo tem como objetivo principal avaliar os impactos do Programa Mulheres Mil na ótica de egressas em São Luís/MA na promoção de geração de renda para mulheres. E no intuito de aprofundar a análise e obter uma maior aproximação da realidade, definiu-se como objetivos específicos da pesquisa: conhecer as particularidades do Programa Mulheres Mil desenvolvido no IFMA/Campus Monte Castelo; identificar como se processa a inclusão e permanência das mulheres em suas ações; apreender os impactos da qualificação ofertada pelo supracitado Programa para fins de inserção e permanência das mulheres no mundo do trabalho em São Luís.

O modelo de pesquisa utilizado foi o de pesquisa avaliativa, uma das modalidades da pesquisa social aplicada, que evidencia um julgamento de valor, fundamentando-se no conhecimento da realidade.

Para Arretche (2001, p.29):

É certo que qualquer forma de avaliação envolve necessariamente um julgamento, vale dizer, trata-se precipuamente de atribuir um valor, uma medida de aprovação ou desaprovação a uma política ou programa público particular, de analisá-la a partir de uma certa concepção de justiça (explícita ou implícita).

A avaliação não é, pois, um ato neutro, nem exterior às relações de poder. É um ato técnico e também político que exige objetividade, ou seja, rigor científico (SILVA, 2001).

A modalidade de pesquisa avaliativa adotada no estudo foi do tipo avaliação de impacto. Esse tipo de avaliação permite analisar de que modo se processa o alcance dos objetivos do Programa, isto é, os efeitos previstos ou desejados, considerando também os efeitos imprevistos, positivos ou negativos, decorrentes das ações implementadas.

A avaliação de impacto refere-se também às alterações ou mudanças efetivas na realidade social que o Programa intervém ou por ele são provocadas. “Mudanças quantitativas e qualitativas decorrentes das ações do programa sobre as condições de vida da população-alvo, tendo, portanto, como critério a efetividade” (SILVA, 2001, p.85).

Para Draíbe (2001, p.8),

As avaliações de impacto tratam de medir as mudanças pretendidas ou, se se quiser, resultados mais duradouros, verificados no grupo-objetivo. Pois bem, os indicadores de impactos devem ser capazes de medir os efeitos líquidos do programa – e somente do programa – sobre a população-alvo.

Em relação ao Programa Mulheres Mil, na versão realizada em São Luís, o que se questionou foi: se o programa conseguiu promover mudanças na vida das mulheres atendidas; os tipos de inserção e permanência no mundo do trabalho e se essa inserção impactou na renda familiar delas.

Para melhor organização do estudo avaliativo sobre os impactos do Programa Mulheres Mil/Campus São Luís-Monte Castelo, no que tange à geração de renda para as mulheres, teve-se como balizadores as seguintes dimensões: ocupações desenvolvidas pelas egressas do Programa e modificações na renda familiar das mulheres. E como indicadores: formas de inclusão no mundo do trabalho e atividades desenvolvidas após qualificação profissional que propiciaram a elevação da renda familiar.

O percurso metodológico foi organizado a partir de dois momentos: o primeiro momento foi de levantamento bibliográfico com revisão de literatura para apropriação teórica sobre as relações de gênero, divisão sexual do trabalho, mundo do trabalho, políticas sociais, Programa Mulheres Mil. E ainda, levantamento documental referente aos documentos internos da organização e outros pertinentes a este estudo, como: o texto base do Programa Nacional Mulheres Mil; a Portaria Nº 1.015/2011, que institui o Programa e o guia metodológico para sua execução; relatórios e documentos da equipe técnica que coordena o Programa no Campus Monte Castelo; os planos dos cursos realizados no Programa.

O segundo momento se caracterizou pela reconstituição empírica do objeto, momento em que se deu o esforço investigativo com a coleta de dados e informações, cuja sistematização propiciou aproximações e descobertas sobre o fenômeno pesquisado.

Desse modo, a pesquisa de avaliação de impactos centrou-se numa abordagem qualitativa do fenômeno, possibilitando a apreensão de aspectos subjetivos não explícitos. Entretanto, os dados quantitativos foram considerados para o levantamento dos cursos oferecidos e o número de mulheres capacitadas no período de 2009 a 2013. Pois, como afirma Minayo (2006, 2011), as abordagens qualitativas e quantitativas não são incompatíveis e podem ser integradas num mesmo projeto de pesquisa. A autora acredita numa relação fértil e frutuosa entre abordagens quantitativas e qualitativas que devem ser vistas como complementares.

Nesse sentido, para se aproximar da realidade investigada, através da pesquisa de campo se coletaram dados e informações com os profissionais envolvidos na implementação e execução do Programa, neste caso com o (a) coordenador (a) do Mulheres Mil do IFMA/Campus Monte Castelo, a quem cabe toda a organização e todo o planejamento deste. Os encontros com a coordenador (a) para repasse de informações e acesso a documentos pela pesquisadora foram sempre realizados a partir de contato prévio e agendamento de acordo com a disponibilidade de horários dele (a). E sempre nas dependências do Campus, especificamente na sala reservada para as atividades de coordenação.

As mulheres participantes dos cursos do Programa Mulheres Mil foram sujeitos de suma importância no processo de coleta de dados e informações, por isso, entrevistaram-se as mulheres formadas nos cursos do Mulheres Mil de 2009 e 2013. A amostra foi intencional, selecionada no universo de mulheres participantes do Programa, as quais foram capacitadas no primeiro ano de seu funcionamento, uma vez que tais mulheres já possuíam um tempo maior de formação.

Quanto às que foram qualificadas no ano de 2013, isto se deu porque este foi o último ano em que o Mulheres Mil fez parte da Lei Orçamentária Anual (LOA), que define os recursos para as ações dos Institutos, e a seleção das mulheres ainda fora realizada pelo IFMA/Campus Monte Castelo, pois no ano seguinte o Programa MMIL passou a integrar o PRONATEC<sup>5</sup>.

Para o dimensionamento da quantidade de entrevistas se seguiu o critério de saturação. “Por critério de saturação se entende o conhecimento formado pelo

---

<sup>5</sup> A integração do Programa Mulheres Mil ao PRONATEC modifica a forma de repasse dos recursos, antes previstos na LOA, a definição dos cursos e o encaminhamento das mulheres para esses cursos passam a ser feitos pelas Secretarias demandantes, no caso, as Secretarias Municipais de Assistência Social. O IFMA passa a ser somente o executor dos cursos.

pesquisador, no campo, de que conseguiu compreender a lógica interna do grupo ou da coletividade em estudo” (MINAYO, 2006, p.198).

Foram realizadas entrevistas com 13 mulheres participantes do Programa Mulheres Mil dos anos de 2009 e 2013, que tiveram duração de 20 a 40 minutos, as quais foram gravadas com a autorização delas, após a explicação do objetivo da pesquisa.

As entrevistas foram agendadas previamente e realizadas em local e hora, de acordo com a disponibilidade de cada uma. Neste texto, as entrevistadas foram identificadas com a sigla MMIL (Mulher Mil) seguida de um número correspondente à ordem das entrevistas, por exemplo, MMIL 1, MMIL 2, etc. Já os membros que ocuparam o cargo de coordenador (a) durante o período investigado foram nomeados pelos seguintes pseudônimos: Rosa, Margarida e Lírio. Isso se deu no intuito de preservar a identidade dos sujeitos participantes deste estudo.

Além do levantamento bibliográfico e da consulta documental, adotou-se a realização de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas são consideradas conversas com finalidade. “Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa [...]” (MINAYO, 2006, p.261).

Para a entrevista com a equipe gestora, se esboçou um roteiro preliminar de questões, tais como: Quais os cursos oferecidos pelo Programa Mulheres Mil do Campus Monte Castelo no período de 2009 a 2013? Como ocorreu a escolha e oferta dos cursos e quais aspectos foram levados em consideração? Qual a carga horária e o tempo de duração dos cursos? Quantas mulheres foram matriculadas e quantas concluíram os cursos? A equipe participou de algum tipo de capacitação para atuar no Programa e sobre quais temáticas? Qual o entendimento a respeito da situação da mulher na sociedade e sobre as relações de gênero?

Em relação à entrevista com as mulheres, o roteiro foi o seguinte: Como tomou conhecimento do Programa Mulheres Mil? Como era a sua rotina antes de participar do Programa? Ocorreu alguma mudança após a participação no Programa: familiar, pessoal? Conseguiu se inserir no mercado de trabalho após realizar o curso do Programa Mulheres Mil, de que forma? A inserção é na área do curso em que se qualificou? Conseguiu auferir renda após a participação no curso?

A pesquisa de campo foi realizada a partir da declaração de anuência por parte da Direção Geral do Campus Monte Castelo. As entrevistas foram precedidas pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e nelas se primou pela preservação do anonimato dos sujeitos entrevistados e pelo o uso das informações para fins acadêmicos de elaboração da dissertação e artigos científicos. Também deixou-se explícita a liberdade que os sujeitos participantes da pesquisa teriam de desistir dela a qualquer tempo, sem nenhum ônus ou prejuízo.

Por fim, a análise e sistematização dos dados articulados ao referencial teórico pesquisado subsidiaram a elaboração do texto final desta proposta de pesquisa. A análise dos dados teve por base a técnica de análise de conteúdo, “que permite tornar replicáveis e válidas inferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos” (MINAYO, 2006, p. 303). A partir desta técnica pôde-se ir além da aparência do que foi relatado pelos diversos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Na análise de conteúdo, a análise temática é a mais difundida nas Ciências Sociais e, nela é preciso um sistema classificatório, através do qual o investigador busca encontrar categorias – expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo investigado será organizado e analisado (MINAYO, 2006). Nesta pesquisa, foram consideradas às seguintes categorias para análise do material coletado nas entrevistas: inclusão, emancipação humana, geração de renda, qualificação de mulheres e políticas públicas para mulheres.

Diante do exposto, este trabalho dissertativo apresenta a sistematização e os resultados da pesquisa estruturados na seguinte ordem: além da presente introdução, onde se buscou delinear o objeto de estudo, destacando-se o referencial teórico-metodológico e os procedimentos utilizados na pesquisa empírica; no primeiro capítulo, recupera-se parte do debate teórico sobre as lutas dos movimentos de mulheres e feministas para a construção histórica das políticas públicas para as mulheres e como que no atual contexto neoliberal essas políticas vêm sendo pensadas e redesenhadas.

No segundo capítulo, tem-se como foco principal o Programa Mulheres Mil desenvolvido pelo IFMA/Campus Monte Castelo e como se dá sua proposta de geração de renda para as mulheres por meio dos cursos ofertados, discutindo-se ainda como as noções de empregabilidade, qualificação, competência e empreendedorismo se inserem nessa proposta.

No terceiro capítulo, a partir da aproximação com a realidade empírica e da análise dos dados coletados, buscou-se discutir analiticamente os impactos da qualificação ofertada pelo Programa Mulheres Mil para as mulheres formadas pelos diversos cursos em relação à sua inserção e permanência no mundo do trabalho em São Luís.

Por fim, tecem-se as considerações finais, sem se ter a pretensão de esgotar a complexidade da questão investigada, mas sim de contribuir para futuras pesquisas e debates em torno da geração de renda para mulheres em São Luís/MA.

## **2 O PROGRAMA MULHERES MIL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES**

Neste capítulo apresenta-se a importante contribuição da luta dos movimentos de mulheres e feministas para a construção histórica de políticas públicas que incorporem as demandas das mulheres, os desafios, os avanços e as conquistas em torno dessas políticas e como estas vêm sendo redesenhadas segundo os preceitos neoliberais.

Aborda-se ainda, nesse contexto, como as políticas pensadas para as mulheres sofrem um redimensionamento para o enfoque de combate à pobreza, tendo os programas de geração de renda, dentre os quais o Programa Mulheres Mil é exemplo, papel fundamental na concepção de desenvolvimento e igualdade de gênero proposta pelo Banco Mundial, órgão emblemático do capitalismo neoliberal.

### **2.1 As lutas dos movimentos de mulheres e movimentos feministas**

As mulheres lutam para serem incluídas nos espaços de organização e participação, haja vista a construção histórica da posição dos homens no topo da hierarquia social. Esta construção consubstancia-se na caracterização do espaço público/político como lócus masculino e no espaço privado/doméstico como esfera feminina.

Como destaca Okin (2008), ao discutir sobre a dicotomia público/privado na perspectiva de gênero, não se pode entender a esfera pública sem levar em conta o fato de que são generificadas, de que foram construídas sob a afirmação da superioridade e da dominação masculinas e de que elas pressupõem a responsabilidade feminina pela esfera doméstica.

Nesse sentido, a condição de subjugação e inferioridade a que as mulheres estão submetidas é corroborada pelo machismo e pelo patriarcalismo arraigados na sociedade, que constroem um conjunto de ideias repassadas historicamente como verdadeiras acerca do papel a ser desempenhado pelo sexo feminino.

Dessa maneira, o machismo e o patriarcalismo historicamente são entendidos como um sistema que cria relações sociais e imprime desigualdades e assimetrias baseadas nas diferenças entre os sexos. Eles justificam-se tomando por

base um falso princípio: o de que as mulheres são humanamente inferiores aos homens e não devem ter acesso aos mesmos lugares que estes na sociedade.

O papel a ser desempenhado pelas mulheres é definido, assim, em consonância com a estrutura patriarcal, como forma de dominação e opressão da mulher pelo homem, considerado como o centro das relações sociais, e pelas relações de gênero que constroem, histórica e culturalmente, imagens diferenciadas para homens e mulheres dentro de uma sociedade. Para Saffioti (1987, p.8) “a sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem”.

Como afirma Lauretis (1994, p.213), o gênero cria um sistema de representação que atribui, em diversos aspectos como identidade e valores, significado aos indivíduos conforme seu sexo. Assim, “o gênero tem a função (que o define) de constituir indivíduos concretos em homens e mulheres”.

Dessa forma, o gênero se refere aos papéis de feminino e masculino, construídos com base nas relações sociais. Portanto, essa categoria se refere à relação social existente entre os sexos, ou seja, as mulheres se constroem na relação social com os homens e vice-versa.

Como Scott (2005) aponta, o uso do termo gênero comporta um elenco de tantas posições teóricas quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos, isto é, as relações sociais fundadas a partir das diferenças entre os sexos e que são construídas nos diversos espaços da sociedade, de forma social, cultural, histórica e política.

Assim, há de se observar que a diferenciação biológica entre homens e mulheres é utilizada para caracterizar um conflito entre ambos e uma autonomia de um sobre o outro: do masculino sobre o feminino, como Beauvoir (1970, p.15) ilustra:

Compreende-se que a dualidade dos sexos, como toda dualidade, tenha sido traduzida por um conflito. Compreende-se que, se um dos dois conseguisse impor sua superioridade, esta deveria estabelecer-se como absoluta.

O gênero, como categoria explicativa visa rejeitar o determinismo biológico, numa perspectiva relacional de cunho analítico e político, de apreensão do caráter sócio-histórico e cultural das distinções baseadas no sexo. Ele “pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas

ou, então, como são ‘traduzidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico’” (LOURO, 1997, p.22).

Percebe-se, então, que as desigualdades de gênero são produzidas no bojo da organização social, refletindo a discriminação, opressão, subjugação e submissão das mulheres nos diversos campos da vida em sociedade: econômico, político, cultural, etc.

Para Scott (2005, p.4), o gênero se refere às origens sociais das identidades<sup>6</sup> subjetivas dos homens e das mulheres, pois é uma categoria socialmente construída. Conforme essa autora,

O gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos (...). Se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres.

As desigualdades de gênero são ratificadas ainda pelo patriarcalismo, sistema no qual a subordinação e opressão das mulheres são entendidas como algo natural, justificando-se pelo fato de que os homens seriam “humanamente superiores” às mulheres.

A esse respeito, Amarós declara:

O patriarcado como sistema classificatório separa o espaço público do espaço privado e do espaço social. Fundamentalmente, o poder político patriarcal constitui um sistema de relações de cerimônias, de códigos, de identificação do poder do outro (...) (AMARÓS apud LIMA, 1999, p.129).

Esse sistema impõe um controle sobre as mulheres, refletindo no domínio do corpo e da sexualidade destas, no impedimento do acesso ao poder e aos locais de decisão e também na exclusão ou precária inclusão no mundo do trabalho.

O patriarcado é, assim, um fenômeno histórico caracterizado por uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. Baseia-se no controle e no medo, em uma sistemática de exploração-dominação que os homens exercem sobre as mulheres. Portanto, como ressalta Saffioti (2004), o patriarcado torna-se um regime que dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres praticamente sem restrição, configurando-se num tipo hierárquico de relação que invade todos os espaços da sociedade e representa uma estrutura de poder baseada tanto na

---

<sup>6</sup> O gênero é parte constitutiva da identidade dos sujeitos. Há de se compreender “os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias” (LOURO, 1997, p.24).

ideologia quanto na violência. E mais, “este regime ancora-se em uma maneira de os homens assegurarem para si mesmos e para seus dependentes, os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida” (SAFFIOTI, 2004, p.105).

Presume-se que para a produção e reprodução diária da vida haja uma economia domesticamente organizada que sustenta a ordem patriarcal, pois às imagens socialmente construídas para feminino e masculino “corresponde uma certa divisão social do trabalho, conhecida como divisão sexual do trabalho, na medida em que ela se faz obedecendo ao critério de sexo” (SAFFIOTI, 2004, p.58).

Para Okin (2014, p. 301-308), a divisão sexual do trabalho tem sido fundamental para sustentar também a dicotomia público/doméstico. Ela afirma que

Os homens são vistos como, sobretudo, ligados às ocupações da esfera da vida econômica e política e responsáveis por elas, enquanto as mulheres seriam responsáveis pelas ocupações da esfera privada da domesticidade e reprodução. As mulheres têm sido vistas como ‘naturalmente’ inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família.

Pode-se compreender que há, através da divisão sexual do trabalho, a divisão de tipos de atividades específicas para as mulheres, o que reforça a reprodução de papéis sexuais. Dessa maneira, a divisão sexual do trabalho, como aspecto da divisão social do trabalho contém fortemente a dimensão dominação/exploração.

Para Saffioti (1987, 2004), na dimensão dominação/exploração está contida a fusão patriarcado-racismo-capitalismo. Não se trata de uma simples soma, mas de uma simbiose, ou seja, essa tríade representa a face dessa dimensão. Dessa maneira, a estrutura de dominação/exploração unifica três ordens: gênero – raça/etnia – classe social, numa espécie de “nó”, e o movimento de cada uma dessas ordens nesse “nó” é que levará à síntese desse processo, ou melhor, dessa estrutura.

Conforme essa autora,

O patriarcado, com a cultura especial que gera e sua correspondente estrutura de poder, penetrou em todas as esferas da vida social [...] De outra parte, o capitalismo também mercantilizou todas as relações sociais, nelas incluídas as específicas de gênero [...] Da mesma forma, a raça/etnia, com tudo que implica em termos de discriminação e, por conseguinte, estrutura de poder, imprimiu sua marca no corpo social por inteiro. A análise das relações de gênero não pode, assim, prescindir, de um lado, da análise das demais, e, de outro, da recomposição da totalidade de acordo com a composição que, nesta nova realidade, ocupam as três contradições básicas (SAFFIOTI, 2004, p.126).

Nesse sentido, percebe-se que a sociedade capitalista utiliza e reforça o conteúdo presente no patriarcado e nas desigualdades construídas social e historicamente entre homens e mulheres, incorporando-os em sua dinâmica de produção e reprodução da vida social.

Diante desta condição de subordinação e dominação das mulheres, surgem, a partir do século XVIII, principalmente na França e nos Estados Unidos, movimentos de contestação da ordem desigual entre homens e mulheres, os Movimentos Feministas (movimento plural, com uma diversidade de vertentes em seu interior) que, em meio a sua heterogeneidade, se expressam como movimento político em favor da transformação das relações desiguais de poder entre os sexos.

Andrée Michel em *O feminismo uma abordagem histórica* (1982), demonstra que nos diferentes períodos históricos da sociedade, como do Paleolítico ao Neolítico, as mulheres gozaram de muito poder e prestígio. E a passagem para a sociedade capitalista demonstrou que a história da condição da mulher passou a ser de repressão, mas também de resistência e luta por sua emancipação.

Convém salientar que as mulheres constituíram notável vanguarda nos movimentos sociais do século XIX, que viam a necessidade de mudar um sistema econômico e social que esmagava as famílias operárias.

Nascido na França na primeira metade do século XIX, o feminismo popular é composto principalmente pelas mulheres das classes médias e pelas operárias. Reivindicava direitos políticos e econômicos para as mulheres e baseava-se no postulado de que esses direitos seriam obtidos, em primeira instância pela luta dos trabalhadores por uma sociedade socialista [...] mas não tiraram uma conclusão teórica fundamental: isto é, que a emancipação das mulheres só pode ser realizada pelas próprias mulheres. Foi nos Estados Unidos que essa ideia foi enunciada, na mesma época por uma norte-americana, Margaret Fueller, uma transcendentalista que vivia num falanstério fourierista [...] Ideia essencial que anunciava os movimentos feministas que virão a seguir e que continuarão existindo até o final do século XX (MICHEL, 1982, p. 61-62).

Desse modo, o feminismo representa uma luta específica das mulheres, que propõe o combate às desigualdades e explorações baseadas no sexo, buscando a emancipação política e social feminina. Como destaca Soares (1998, p.33):

O feminismo é a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo.

Para Buarque (s/d), o feminismo como ação política das mulheres em favor da transformação das relações de poder entre homens e mulheres deve incidir na transformação da sociedade, por meio do combate às desigualdades, discriminações, opressões e explorações baseadas no sexo, com contribuições teóricas e práticas, nos campos da organização política, das leis, dos hábitos e costumes, dos saberes e dos governos.

A história desse movimento de luta pela emancipação da mulher é marcada por sua não singularidade e sua diversidade de tendências: conservantismo, liberalismo, marxismo dogmático, feminismo radical e feminismo socialista (SAFFIOTI, 1987). E ainda, por três grandes momentos, ou três ondas, como algumas autoras classificam.

A primeira onda foi no final do século XIX e início do XX, com o movimento sufragista e a luta por outros direitos democráticos. A reivindicação das mulheres girava em torno do direito de votar e ser eleita.

Iniciado nos Estados Unidos, o movimento sufragista foi a primeira luta feminista internacionalista, pois envolveu mulheres de vários países do mundo e incorporou os métodos tradicionais de luta da classe trabalhadora, como passeatas massivas, assembleias, greves de fome e enfrentamentos brutais com a polícia, nos quais muitas ativistas foram presas e assassinadas (TOLEDO, 2001, p. 78)

No Brasil, o direito de voto só foi conquistado em 1932 (24 de fevereiro), durante o governo de Getúlio Vargas, em que foi promulgado um novo código eleitoral, dando direito de voto às mulheres. Essa conquista foi decorrente da mobilização de mulheres desde os anos 20 e teve Bertha Luz como grande líder do movimento sufragista brasileiro.

A segunda onda de lutas feministas ocorreu a partir dos anos 1960 e agitou mulheres de praticamente todos os países pela liberação sexual. A ascensão do movimento feminista nesse período não ocorreu de modo isolado, mas, pelo contrário, estava articulada com a luta de classes. “As principais bandeiras do movimento eram: creches gratuitas que funcionassem 24 horas por dia e sob o controle da comunidade; aborto livre e gratuito; igualdade de acesso ao trabalho e à educação” (TOLEDO, 2001 p.89).

Sabe-se que no Brasil, o golpe militar de 1964 instalou longos anos de um regime marcado por cassação de direitos políticos, censura, prisões arbitrárias, tortura, desaparecimento, exílio. E a partir de dezembro de 1968, com o decreto do

AI-5 (Ato Institucional nº 5), as condições de qualquer atuação política tornaram-se extramente duras e perigosas no país (PINTO, 2003).

A terceira onda do feminismo ocorreu em 1970. Nesta terceira fase do movimento feminista, observa-se intensamente a intersecção entre o movimento político de luta das mulheres e a academia, quando começam a ser criados nas universidades, inclusive em algumas universidades brasileiras, centros de estudos sobre a mulher, estudos de gênero e feminismos.

No Brasil, como, aliás, em outras nações, é impossível separar produção intelectual sobre o assunto, originariamente desenvolvida no seio das universidades, da militância feminista. São expressões acadêmicas desse momento 17 teses de mestrado e 08 de doutoramento no quinquênio 1970-1974 (SAFFIOTI, 1987).

A luta das mulheres e feministas<sup>7</sup> no Brasil tem maior expressão a partir dos anos setenta. Criadas por organizações sindicais e por lideranças que retornaram do exterior, as reivindicações das mulheres encontraram eco em dois pontos básicos: com as mudanças na estrutura produtiva, com maior incorporação das mulheres no mercado de trabalho, principalmente nos anos do chamado milagre brasileiro, e na asfixia produzida pela falta de liberdade política no país.

Para Pinto (2003, p.45), “a grande maioria das militantes feministas dos primórdios do feminismo no Brasil esteve envolvida ou foi simpatizante da luta contra a ditadura no país, tendo algumas delas sido presas, perseguidas, exiladas pelo regime”.

Essa autora ressalta que o movimento feminista no Brasil se organiza, por um lado, a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta consequências definitivas para a vida, e que há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência muito clara por parte dos grupos organizados de que aqui ainda são gritantes: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social, e que este não é um problema que pode ficar fora de qualquer luta específica, torna-se uma questão central.

---

<sup>7</sup> Parte-se do entendimento de que o movimento feminista é uma das expressões dos movimentos de mulheres. “As mulheres das periferias dos centros urbanos, das pequenas comunidades rurais, as que atuam nos sindicatos compõem a outra face do movimento de mulheres” (SOARES, 1998). Ou ainda, “o movimento de mulheres, à semelhança de outros movimentos sociais, representa uma noção analítica, que abarca um imenso guarda-chuva, abrigando ações coletivas diversas, com diferentes significados, alcances e durações”. (PAOLI apud SOARES, 1998).

O ano de 1975 foi definido pela ONU (Organização das Nações Unidas), como o Ano Internacional da Mulher, o que marca positivamente a história do feminismo, pois a questão da mulher a partir daí ganhava novo *status*. No nosso país, muitos eventos de natureza e abrangência diferenciadas possibilitaram a entrada definitiva das mulheres e de suas questões na esfera pública. Como exemplo, tem-se o evento patrocinado pela ONU e realizado no Rio de Janeiro, com o título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira” (PINTO, 2003).

O momento de redemocratização nacional, marcado principalmente pela anistia aos presos e exilados políticos e a reforma partidária tiveram grande influência para o movimento feminista durante a década de 1980. Com o avanço desse processo de redemocratização surgia uma nova divisão entre as feministas: de um lado, as que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação da esfera estatal e, de outro, as autonomistas que viam nessa aproximação um sinal de cooptação.

Conforme Pinto (2003), o encontro entre movimento e o campo político traz uma problemática fundamental que deriva da própria natureza do movimento social, colocando-o frente a duas alternativas: atrelar-se a um partido e ameaçar sua unidade e sua autonomia ou se manter unido e limitar sua participação política à pressão.

A institucionalização do movimento<sup>8</sup> aconteceu quando em 1985 foi criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) pelo presidente José Sarney, cumprindo promessa de Tancredo Neves. Este órgão foi fruto da mobilização que começou com a Campanha das Diretas Já. Ele estava ligado ao Ministério da Justiça, possuía orçamento próprio e sua presidente tinha *status* de ministro.

O Conselho Nacional figurava como órgão de articulação das demandas do movimento feminista e de mulheres em geral. Com o governo Collor, o Conselho perdeu seu orçamento e passaram a ser indicadas para a direção e também como conselheiras, mulheres com pouca tradição no movimento feminista. Mesmo com essas inflexões, o CNDM tratou de quase todos os temas contemplados pela luta feminista e de mulheres, desde questões consensuais, como creches até as

---

<sup>8</sup> Essa institucionalização do movimento e das lutas feministas e de mulheres é entendida aqui como a criação de espaços na esfera governamental voltados à defesa dos direitos das mulheres e a criação de políticas públicas que atendam as suas necessidades.

polêmicas ligadas a sexualidade, direito reprodutivo e legalização do aborto, legislação trabalhista para empregadas domésticas, senão exatamente CLT, pelo menos garantindo direitos básicos assegurados por essa Consolidação.

O Conselho Nacional iniciou o que posteriormente se converteria em uma estratégia de transversalização da perspectiva de gênero, de fato inaugurando na América Latina uma maneira de fazer/conceber políticas públicas transversais cujos objetivos e metas nasciam da demanda social (MONTAÑO, 2003).

O CNDM surge sob o influxo das aspirações por obter a representação das mulheres na democracia no âmbito de processos de transição da ditadura, ao contrário de outros organismos que mais adiante surgiriam ao influxo da reforma do Estado e a busca de governabilidade. Isso explicaria a ênfase democrática e de representação que teve a ação do CNDM, frente à ênfase na gestão e a governabilidade que parece caracterizar a construção institucional em outros países (MONTAÑO, 2003, p.8).

O CNDM se fez presente como aglutinador de um conjunto amplo dos movimentos de mulheres e feministas com propostas para a Assembleia Constituinte de 1988, que incorporassem os direitos das mulheres relativos a trabalho, saúde, direitos de propriedade, sociedade conjugal e outros.

A mobilização do movimento feminista durante os preparativos para a Constituinte e durante o próprio período dos trabalhos constituintes possivelmente é um dos melhores exemplos, na então jovem democracia brasileira, de organização da sociedade civil com o objetivo de intervir diretamente no campo político (PINTO, 2003, p. 78).

As bandeiras de luta em torno da violência contra a mulher e da saúde da mulher se tornaram temas centrais. A violência sempre tratada como tabu na sociedade, sob o jugo do poder do homem sobre a mulher, extrapolou o espaço privado das relações e se tornou uma demanda premente. Em 6 de agosto de 1985, foi criada a primeira delegacia especializada em defesa das mulheres (DEM) no estado de São Paulo. Essas delegacias se popularizaram por todo o país e se constituíram numa política bem sucedida fruto das lutas das mulheres e feministas.

Saffioti (1987), ao se referir à Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, ressaltou ter havido uma gigantesca afluência de mulheres, sejam elas próprias portadoras de queixas, porque vítimas de violência masculina, ou sejam portadoras de queixas sobre violência praticadas contra seus filhos menores, de quem são representantes legais.

Em relação à saúde das mulheres, que incluía temas tradicionais como os cuidados com a maternidade e com a prevenção do câncer, havia também temas

que envolviam controvérsias e preconceitos, como planejamento familiar, sexualidade e aborto. Como fruto dessas demandas, foi criado, em 1983, pelo Ministério da Saúde, o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), o qual foi, sem dúvida, uma das mais bem sucedidas intervenções de movimento social organizado na esfera das políticas públicas (PINTO, 2003, p.84).

É importante pontuar ainda, mesmo que sucintamente, a experiência do movimento feminista e de mulheres no Maranhão, que teve seu marco inicial na segunda metade da década de 70 e maior amplitude na década de 1980, cuja organização ocorreu da necessidade de luta contra a discriminação sofrida pelas mulheres na sociedade.

Sobre esses movimentos no Maranhão, Ferreira (2007, p. 89) explicita:

O Grupo de Mulheres da Ilha, o primeiro a se organizar, em julho de 1980, era constituído de professoras universitárias, educadoras populares, profissionais liberais, microempresárias, estudantes etc. Inicialmente, as discussões sobre a questão da mulher ficaram restritas apenas à capital do Estado. No decorrer da década de oitenta, outros grupos foram se formando, a exemplo do 8 de Março, União de Mulheres, Espaço Mulher, Viva Maria, Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, núcleos de partidos e, já no final dos anos oitenta, núcleos de mulheres ligados a sindicatos de bancários, comerciários e ferroviários, criando posteriormente, o núcleo de mulheres da CUT – Central Única dos Trabalhadores – além da articulação das trabalhadoras rurais que se organizavam tanto dentro da esfera dos sindicatos quanto fora deles.

Em São Luís, o movimento feminista foi marcado por particularidades concernentes à nossa formação social, política e econômica, sob forte influência e presença do Estado na sua relação com a sociedade civil.

Corroborando essa assertiva, Rocha (2003, p. 82) destaca:

A emergência do movimento feminista em São Luís ocorre no bojo de um amplo processo iniciado na segunda metade da década de 70, na luta pela redemocratização do Estado brasileiro e da reorganização e fortalecimento da sociedade civil, e, ao mesmo tempo, sob a influência das mudanças evidenciadas no movimento feminista europeu e norte-americano com repercussão no Brasil [...].

Assim, o movimento feminista que emergiu nos anos de 1980, no Maranhão, especificamente em São Luís, buscava enfrentar as questões de gênero, combater a desigualdade entre homens e mulheres e garantir o respeito à cidadania feminina. Sua luta se dava no âmbito da sociedade civil e nas diferentes esferas do Estado.

Em face da contextualização traçada, compreende-se que as lutas de mulheres e feministas foram essenciais para publicizar a questão da mulher, sua exclusão e desigualdade, e que essa problemática deve extrapolar a esfera privada. Trouxe para as agendas dos movimentos as questões da igualdade na educação, dos direitos reprodutivos e da saúde, da participação política das mulheres, da discriminação no trabalho e das políticas de emprego, do cuidado com as crianças, da pobreza, do bem-estar e da violência contra a mulher.

Para Farah (2004, p. 51),

Ao mesmo tempo em que denunciavam desigualdades de classe, os movimentos de mulheres – ou as *mulheres nos movimentos* – passaram também a levantar temas específicos à condição da mulher como direito a creche, saúde da mulher, sexualidade e contracepção e violência contra a mulher.

Então, é possível afirmar que a história desses movimentos é também a da constituição das mulheres como sujeito coletivo, em que estas deixam a esfera privada e passam a atuar no espaço público, tornando públicos temas até então confinados à esfera privada.

Deve-se considerar, igualmente, que a diversidade e multiplicidade que envolvem o movimento colocam em pauta a congregação de ideais que visem à melhoria das condições de vida das mulheres, pois o movimento de mulheres e feministas contribuiu e ainda contribui para inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas num regime de sociedade democrático.

## **2.2 As políticas públicas para as mulheres no Brasil: desafios, avanços e conquistas**

A origem das políticas públicas é comumente relacionada aos movimentos de massa social-democratas e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental no final do século XIX, mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, após a Segunda Guerra Mundial (pós-1945) (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

As políticas públicas são ações governamentais destinadas a resolver determinadas necessidades públicas, tais como: sociais (saúde, assistência, habitação, educação, emprego, renda ou previdência), macroeconômicas (fiscal,

monetária, cambial, industrial) ou outras (científica e tecnológica, cultural, agrícola, agrária), e se traduzem em planos, programas e projetos.

Considerando-se ainda o exposto por Silva (2008, p.90), como caracterização de política pública, esta autora destaca:

Política pública é uma forma de regulação ou intervenção na sociedade. Trata-se de um processo que articula diferentes sujeitos que apresentam interesses e expectativas diversas. Representa um conjunto de ações ou omissões do Estado, decorrente de decisões e não decisões, constituída por jogos de interesse, tendo como limites e condicionamentos os processos econômicos, políticos, sociais e culturais de uma sociedade determinada.

As políticas públicas são, portanto, fruto de diversas coalizões e são condicionadas pelo contexto histórico do qual emergem. Elas podem ser entendidas ainda como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses. Por isso, as políticas não são neutras, e é importante observar como são construídas e a quem beneficiam.

A esse respeito, Yazbek (2010, p.62) assim se manifesta:

Sabemos que a Política Pública entendida aqui, como intervenção do Estado no âmbito do atendimento das necessidades básicas dos cidadãos, responde a interesses diversos, ou seja, expressa relações, conflitos e contradições que resultam da desigualdade estrutural da sociedade capitalista.

Ante o exposto, compreende-se, que as políticas sociais constituem uma forma de regulação social das relações Estado/Sociedade, de modo que o escopo dessa relação configura o reconhecimento público do direito ao atendimento das necessidades da população, que deixam a esfera privada da provisão e passam a ser responsabilidade do Estado (YAZBEK, 2010).

As políticas sociais e a concepção de padrões ou sistemas de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.

Contudo, os sistemas de proteção social nos países de capitalismo avançado foram marcados pelo pleno emprego e por políticas sociais que promovessem a reprodução social da força de trabalho. Assim, a pressão das classes trabalhadoras e a capacidade do sistema capitalista de criar mecanismos que garantam sua manutenção estão imbricadas nesse processo.

Há que se reconhecer que, nos países da América Latina, em particular no Brasil, os sistemas de proteção social não podem ser caracterizados da mesma maneira como estes ocorreram nas sociedades de capitalismo avançado. Pois, aqui, a realidade histórica é diferenciada, haja vista que o próprio desenvolvimento da economia foi tardio, baseado na lógica agroexportadora, e não houve se quer, o desenvolvimento do pleno emprego.

Nessa perspectiva, o ano de 1923 é a chave para a compreensão do formato da política social no Brasil com a aprovação da Lei Eloy Chaves, que instituiu a obrigatoriedade de criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para algumas categorias estratégicas de trabalhadores, a exemplo, dos ferroviários e portuários, dentre outras. As CAPs foram as formas originárias da previdência social brasileira, junto com os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), sendo o dos funcionários públicos o primeiro a ser fundado, em 1926. Por fim, em 1927, foi aprovado o polêmico Código de Menores, de conteúdo claramente punitivo da chamada delinquência juvenil, orientação que só veio a se modificar substantivamente em 1990, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Para Sposati (2013), as políticas de cunho social no Brasil só ganham visibilidade após o período ditatorial, ela denomina esse processo como regulação social tardia. Essas políticas não tiveram um alcance social universal, e sua construção se deu respaldada em visões marcadas pelo paternalismo e autoritarismo, transfigurando a noção de direitos para a de bem-estar.

Desse modo, o enfretamento da questão social no período ditatorial foi caracterizado por um mix de repressão e assistência, tendo em vista manter sob controle as forças do trabalho que despontavam, o que é corroborado por Behring e Boschetti (2011, p.137) neste texto:

No mesmo passo em que se impulsionavam políticas públicas, mesmo restritas quanto ao acesso, como estratégia de busca de legitimidade, a ditadura militar abria espaços para a saúde, a previdência e a educação privadas, configurando um sistema dual de acesso às políticas sociais: para quem pode e para quem não pode pagar.

A partir de 1974, começaram a transparecer os primeiros sinais de esgotamento do projeto tecnocrático e conservador do regime ditatorial, em decorrência dos impactos da economia internacional e também dos limites internos. Esses sinais se tornaram mais expostos com o esgotamento do chamado milagre

brasileiro e com o aprofundamento das dificuldades de formulação de políticas econômicas de impacto nos investimentos e na redistribuição de renda impulsionou a organização das lutas sociais no sentido da retomada do Estado democrático de direito.

Nesse contexto, a Constituinte (1980) foi um processo duro de mobilizações de projetos e interesses mais específicos e também diversos, configurando campos definidos de forças. O texto da Constituição refletiu a disputa de hegemonia, mas contemplou avanços em alguns aspectos, a exemplo, os direitos sociais, com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e políticos.

O pacto social formado a partir da Constituição Federal de 1988, que representou um alargamento do alcance social das políticas sociais no País, não conseguiu se intensificar devido à nova ordem social que se instaurara internacionalmente, baseada nas prerrogativas do receituário neoliberal. Decorre daí o caráter que assumem as políticas sociais no Brasil, relacionado à focalização e ao repasse de benefícios oriundos de programas de transferência de renda, que não modificam radicalmente a vida dos beneficiários, mas impulsionam o consumo e a lógica de mercado a partir da representação do cidadão/consumidor.

Por isso, ao se pensar na particularidade das políticas públicas para as mulheres no Brasil, observa-se que estas são fruto das lutas dos movimentos feministas, a partir da década de 1970, em torno da inclusão da perspectiva de gênero na agenda, e de ações governamentais, com o intuito de se estabelecerem pautas políticas voltadas para as demandas das mulheres. Todavia, na sua proposição, é preciso que esteja presente o sentido de mudanças que contemplem a condição emancipatória e a dimensão de empoderamento<sup>9</sup> das mulheres.

É oportuno destacar que o termo empoderamento usado pelo movimento de mulheres e feministas a partir da década de 1970, compreende a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição da mulher como submissa, ou seja, representa um desafio de superação das relações patriarcais.

Nesse sentido, o movimento de mulheres tem situado o empoderamento na dimensão das relações de gênero e no campo das lutas contra a posição

---

<sup>9</sup> Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência de sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir (Costa, 2014, p. 7).

socialmente subordinada das mulheres em contextos específicos (como família, trabalho, política).

Para Lisboa (2008, p.2),

O termo empoderamento chama a atenção para a palavra 'poder' e conceito de poder enquanto relação social. O poder (na ciência política geralmente vinculado ao Estado) pode ser fonte de opressão, autoritarismo, abuso e dominação. Na proposta do feminismo pode ser uma fonte de emancipação, uma forma de resistência.

Esse termo tem sido comumente usado também nos discursos de desenvolvimento, por muitos órgãos governamentais e não governamentais, e nas propostas de políticas de combate à pobreza traçadas pelo Banco Mundial, perdendo nesse processo sua conotação radical.

Como afirma Sardenberg (2006), para muitas dessas agências e órgãos, o empoderamento das mulheres é visto como um instrumento para o desenvolvimento, para a democracia, para erradicar a pobreza, etc.; não é um fim em si próprio. Para o feminismo, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio.

A partir dessa breve discussão sobre empoderamento, é importante frisar que as políticas públicas com recorte de gênero são as que reconhecem as diferenças de gênero, histórico-sociais e culturalmente criadas na sociedade, e com base nesse reconhecimento implementam ações diferenciadas dirigidas às mulheres.

Desse modo,

É importante distinguir entre o que são políticas que têm a perspectiva da igualdade de gênero e aquelas que têm por alvo preferencial as mulheres; essa 'divisão' não significa que não estejam relacionadas. Em outras palavras, não é o fato de as mulheres serem centrais em determinadas políticas ou programas para que sua centralidade esteja assentada em uma perspectiva ou enfoque de gênero, ou seja, na construção da igualdade e no combate às discriminações. Por exemplo, políticas que reforçam o papel tradicional das mulheres como mães e cuidadoras dos filhos e das pessoas idosas, sem dar alternativas e/ou suporte para estas funções, não são políticas que buscam transformar o papel tradicional das mulheres – ou seja, não contribuem para transformar as relações de gênero (BRASIL, 2014, p.4).

Ademais, em geral, as políticas para as mulheres apresentam uma visão restrita do feminino como parte da reprodução social. A centralidade é posta na mulher-família, reforçando a noção essencialista da relação entre os sexos como

algo natural e imutável, não contemplando a autonomia e o empoderamento das mulheres. Ressalta-se porém, que as políticas com enfoque em gênero reconhecem o processo diferenciado de socialização do masculino e feminino, as desigualdades de distribuição de poder entre os sexos e devem instaurar um processo de ruptura da visão tradicional sobre o feminino.

Para as políticas públicas de gênero, é fundamental que se estabeleça o sentido da mudança, que corresponde ao caráter emancipatório de superação das desigualdades de gênero. E segundo a afirmação de Silveira (2004), para que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sociais, pressupõem-se práticas de cidadania ativa para a concretização da justiça de gênero, sobretudo pela responsabilidade do Estado de redistribuir riqueza e poder entre regiões, classes, raças e etnias, entre mulheres e homens etc.

Assim, traçou-se um quadro ilustrativo com resumida diferenciação entre as políticas públicas voltadas para as mulheres e as políticas públicas com enfoque em gênero.

QUADRO 1 – ENFOQUE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS PÚBLICAS DIRIGIDAS ÀS MULHERES	POLÍTICAS PÚBLICAS COM PERSPECTIVA DE GÊNERO
Formas de intervenção estatal baseadas no assistencialismo e numa visão essencialista da mulher.	Formas de intervenção estatal que promovem a autonomia e a cidadania ativa das mulheres.
Não tendem a levar em conta as desigualdades entre os sexos e podem atuar como reforço dos papéis e estereótipos tradicionais.	Levam em consideração as desigualdades entre os sexos e motivam a mudança dos papéis e estereótipos tradicionais de gênero.
Circunscritas a uma área estatal específica.	Transversais a todas as áreas e níveis de governo.
Podem ser desenvolvidas por funcionários/as que não tenham refletido sobre as desigualdades de gênero e suas consequências.	Requerem um grupo de funcionários/as e políticos/as conscientizados/as com a perspectiva de gênero.

Fonte: Elaborado com base em Bandeira (2005) e Prá (2014).

Logo, o grande desafio para as políticas públicas voltadas às mulheres é atingir a mudança, a transformação das desigualdades de gênero na perspectiva da transversalidade. Nesse sentido, Bandeira (2005, p.5), ao pensar sobre a transversalidade, destaca:

Por transversalidade de gênero nas políticas públicas entende-se a ideia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo. Esta transversalidade garantiria uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, conseqüentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres.

No âmbito dos feminismos e dos estudos de gênero, a palavra transversalidade é associada ao conceito de *mainstreaming*, ou seja, de corrente principal. Em termos simples, adotar tal posição significa integrar determinada vertente em todas as políticas públicas. Por exemplo, todas as decisões da agenda pública de uma sociedade deveriam levar em conta o ponto de vista de gênero (PRÁ, 2014).

O significado da expressão transversalidade de gênero está ligado ao histórico internacional dos movimentos de mulheres, pois as dificuldades de repercussão em torno “de suas demandas e reivindicações frente aos Estados Nacionais e às instituições governamentais foram determinantes para que buscassem agir de maneira mais expressiva e contundente, sobretudo, na Europa Ocidental” (BANDEIRA, 2005, p.9).

Com a primeira Conferência Mundial de Mulheres, realizada no México em 1975, propostas e recomendações foram formuladas, com o intuito de melhorar a condição de vida das mulheres no mundo e de acesso às mesmas oportunidades que os homens. Os governos nacionais se comprometeram em cumprir tais recomendações. Entretanto, mesmo com as sucessivas Conferências relativas aos Direitos Humanos das Mulheres: a Convenção para Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher – CEDAW (1979), a Conferência Internacional sobre a Mulher em Nairobi (1985) a Conferência de Beijing (1995) e de Beijing +5 (2000), ficou evidente que o compromisso assumido não se concretizou plenamente.

Na Conferência Mundial das Mulheres de Beijing (1995), a questão da transversalidade de gênero (*gender mainstreaming*) foi reconhecida com maior ênfase e permeou toda a documentação de recomendações produzida, direcionada a reafirmação da garantia de incorporação da melhoria da condição das mulheres em todas as dimensões da sociedade: econômica, política, cultural e social.

A partir dessa Conferência, identificaram-se doze áreas de preocupação prioritária, a saber: a crescente proporção de mulheres em situação de pobreza

(fenômeno que passou a ser conhecido como a feminização da pobreza); a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a violência contra a mulher; os efeitos dos conflitos armados sobre a mulher; a desigualdade quanto à participação nas estruturas econômicas, nas atividades produtivas e no acesso a recursos; a desigualdade em relação à participação no poder político e nas instâncias decisórias; a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; as deficiências na promoção e proteção dos direitos da mulher; o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios; a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; e a necessidade de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da menina (Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995).

A identificação dessas doze áreas torna-se um guia fundamental para os governos, em âmbito federal, estadual e municipal, no sentido da proposição e implementação de políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero e superação da discriminação.

No Brasil, em âmbito federal, foi criada em 2003 a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR, ligada à Presidência da República, como resultado de reivindicações dos movimentos de mulheres por um organismo estatal direcionado à elaboração de políticas específicas para as mulheres e para garantir a inclusão da perspectiva de gênero nas demais ações estatais.

A partir da SPM/PR, foram realizadas três Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM) - em 2004, 2007 e 2011 - e elaborados dois Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM); o primeiro, referente ao período de 2004-2007 e o segundo, de 2008-2014, em processos que envolveram a intensa participação de representantes do Estado e da sociedade civil (GONZALEZ, 2013).

A questão da superação da pobreza entre as mulheres e as ações voltadas para a autonomia financeira destas, através de políticas de trabalho e geração de renda, assume maior ênfase a partir da Conferência de Beijing, pois em relação à geração de emprego e renda e combate à pobreza, e trabalho, se prevê o apoio a projetos produtivos voltados à capacitação e organização das mulheres, à criação de empregos permanentes para o segmento feminino da população e ao

incremento da renda familiar e a garantia de direitos trabalhistas e combate à discriminação.

Soares (2004) ressalta, ao discutir a respeito da superação das desigualdades que atingem as mulheres e que estão embasadas na construção sociocultural e histórica das relações de gênero, na divisão sexual do trabalho e na distribuição desigual do poder, que um dos eixos fundamentais para essa superação é o da autonomia pessoal e econômica das mulheres.

A autora afirma ainda:

É nele que devem atuar as políticas de combate à pobreza, levando em consideração as condições das mulheres e a importância que estas políticas têm assumido a nível local. Aqui é preciso entender a pobreza das mulheres; que são mais vulneráveis para enfrentar a situação da pobreza. A cada dia, mais mulheres trabalham fora de casa, mas o desemprego é maior entre as mulheres em relação aos homens; recebem uma remuneração menor; e, são em maior número nos trabalhos informais. Além disto, o trabalho que realizam é invisível (SOARES, 2004, p.119).

O que se pode compreender é que a falta de autonomia econômica expressa a impossibilidade das mulheres de gerarem renda para si, e isso as coloca em situação mais vulnerável, além de aumentar a possibilidade de importantes grupos de mulheres caírem na pobreza.

Mais de um bilhão de pessoas no mundo vivem atualmente em condições de extrema pobreza, sendo que 70% destas pessoas são mulheres. Além de serem responsabilizadas pela reprodução social, são também as maiores vítimas da precarização das políticas públicas. E são elas as que mais estão inseridas na informalidade e nos empregos precarizados, sem garantias ou direitos trabalhistas assegurados (MÉSZÁROS, 2002).

Os dados do IBGE/PNAD-2011 demonstram que a população feminina ocupada está mais concentrada em trabalhos precários que abrangem cerca de 37% dessa população, considerando-se as empregadas sem carteira (11,9%), as trabalhadoras domésticas (15,5%), as trabalhadoras na produção para o próprio consumo (5,1%) e as não remuneradas (4,4%) (BRASIL, 2013).

Na análise da pobreza com base em desigualdades de gênero e cor/raça, os níveis de pobreza são muito elevados entre a população negra em geral, com piores níveis entre as mulheres negras. Entre estas, 39,8% delas estão em situação de pobreza. Os homens negros em situação de pobreza são 38,1% do total de homens negros. Na população branca, 19,9% das pessoas têm rendimento familiar

*per capita* de até ½ salário mínimo. As mulheres brancas em situação de pobreza são 20,3% do total de mulheres brancas. Os homens brancos em situação de pobreza são 19,5% (BRASIL, 2013).

Registra-se a partir desses dados, uma tendência acentuada no sentido do crescente empobrecimento entre as mulheres, que aumenta de maneira desproporcional em relação à pobreza entre os homens. Conforme Yannoulas (2003, p.133),

O fenômeno da feminização da pobreza é influenciado pela rigidez das funções culturalmente atribuídas às mulheres – o que por sua vez, decorre das identidades de gênero – assim como pelo limitado acesso das mulheres ao poder, à educação, à capacitação, aos recursos econômicos (incluindo o crédito). Ainda que a pobreza afete a todos os lares em geral, as mulheres suportam carga desproporcional ao procurar o consumo doméstico de bens e serviços em condições de crescente escassez e de diminuição do gasto público em políticas sociais.

Assim, a questão da autonomia econômica é um dos temas principais dos movimentos feministas e de mulheres, sendo que o acesso das mulheres, em especial as das classes mais populares, às oportunidades econômicas é um aspecto-chave no debate, sem esquecer-se, é claro, da clássica divisão sexual do trabalho e suas implicações para a almejada autonomia financeira e econômica.

Martins e Storni (2014) afirmam que as políticas públicas voltadas para autonomia econômica das mulheres das classes populares ou em situação de vulnerabilidade econômica e social se inserem no rol das políticas sociais, no caso, aquelas de promoção social, tanto em sua vertente setorial (trabalho e renda, por exemplo) quanto transversal (igualdade de gênero, por exemplo). As políticas de trabalho e renda devem se concretizar em direito ao trabalho como parte dos direitos humanos, já que na Constituição Brasileira o trabalho é considerado como um direito social<sup>10</sup>.

Em resumo, no âmbito das políticas de trabalho e renda, para além da abordagem de gênero, o foco principal é a concretização do direito ao trabalho como um direito específico que integra o rol dos direitos humanos e, com base neste pressuposto, a organização de um sistema (integrado) de políticas governamentais que viabilizem tal direito (MARTINS; STORNI, 2014, p.6).

---

<sup>10</sup> Na Constituição Federal de 1988, o art.6º estabelece: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Contudo, a concretização desse direito deve ocorrer num processo que permita a superação das desigualdades de acesso ao trabalho e geração de renda pelas mulheres, numa perspectiva de desconstrução das discriminações e construção da sua participação na sociedade a partir de mudanças na divisão sexual do trabalho e nos papéis tradicionalmente atribuídos a elas.

Essa mudança é necessária, pois, conforme Carloto e Gomes (2011, p.133):

As práticas sociais das mulheres estruturaram-se em torno da imagem materna e conjugal, assim como o trabalho feminino teve sua vinculação direta à esfera doméstica, à família e à produção dos cuidados; funções que, na ordem patriarcal, assumem um *status* inferior na construção da sociedade e, por isso, invisibilizados enquanto atividades de relevância econômica.

É possível observar ainda que a maioria das ações voltadas para a promoção da autonomia financeira das mulheres está inserida no rol da política de assistência social e nas de geração de oportunidades na área de trabalho e renda. Para essas ações, o público alvo geralmente são mulheres em situação de pobreza, com dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho e com perfil de baixa escolaridade e qualificação profissional, que vivem em áreas com poucos serviços públicos (como creches e escolas para os filhos) e de altos índices de conflito e violência.

É importante mencionar que essas ações seguem a conjuntura atual para as políticas públicas, de cunho neoliberal, com focalização em segmentos empobrecidos da sociedade, em especial as mulheres pobres, sem romper com a ótica seletiva e emergencial e marcadamente de caráter paliativo.

### **2.3 A redefinição das políticas para mulheres no contexto neoliberal: as imposições do Banco Mundial e o Programa Mulheres Mil**

O processo de reestruturação produtiva do capital traz rebatimentos sobre as formas de inserção no mundo do trabalho para homens e mulheres, marcadas pelo desemprego, pela terceirização e flexibilização dos direitos trabalhistas. Embora tenha havido uma precarização do trabalho de forma geral para as mulheres, esse processo representou uma pressão para o trabalho informal, instável e precário.

Nesse sentido, Antunes (2005; 2009) expõe que as mudanças na estrutura produtiva e no mercado de trabalho possibilitaram a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho feminina. As mulheres passaram a ser absorvidas pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part time*, precarizado e desregulamentado, por serem consideradas mais adaptáveis às dimensões polivalentes do trabalho na produção flexível.

Isso revela como a inserção das mulheres nos espaços de produção social e econômica fica significativamente comprometida. No Brasil, apesar dos avanços que a sociedade tem registrado<sup>11</sup> em relação à condição feminina, as mulheres continuam em situação de desvantagem em relação aos homens. Mesmo com oito anos ou mais de estudo, a sua participação no mercado formal de trabalho, por exemplo, ainda é bastante inferior à dos homens, já que se inserem nos chamados redutos femininos, com menor valorização, salários mais baixos e condições precárias.

Dessa forma, o aumento da pobreza entre as mulheres está vinculado majoritariamente à qualidade de sua inserção no mundo do trabalho, decorrente das mudanças ocorridas a partir da reestruturação capitalista. As clivagens de gênero expressas pela divisão sexual do trabalho assumem também forte influência sobre os espaços ocupados pelas mulheres e sobre o desenho das políticas públicas, que seguem a tendência conjuntural de focalização das políticas de combate à pobreza.

Segundo Melo (2005), partindo dos estudos da Cepal sobre o tema pobreza, esta seria um fenômeno multidimensional, que associa subconsumo, desnutrição, condições precárias de vida, baixa escolaridade, inserção instável no mercado de trabalho e pouca participação política e social. A pobreza é o resultado de um processo social e econômico de exclusão social, cultural e política.

Essa mesma autora destaca ainda que, quando se trata de pobreza, é essencial o recorte de gênero, uma vez que as condições objetivas de trabalho se apresentam de formas diferentes para homens e mulheres.

Ou seja,

Para as mulheres esta realidade de carências é mais aguda, uma vez que elas realizam uma gama enorme de atividades não remuneradas, seja no âmbito mercantil, seja no seio da família, pela dedicação às atividades do

---

<sup>11</sup> Como avanços pode-se destacar o aumento cada vez maior de mulheres escolarizadas, o ingresso em profissões de prestígio ou ditas de reduto masculino, ocupando postos de comando (mesmo que lentamente).

lar que as fazem ser majoritariamente dependentes da provisão masculina para o sustento de suas famílias. [...] há uma nítida relação entre divisão do trabalho e a pobreza das mulheres; a inserção feminina aconteceu em paralelo com o crescimento das atividades informais, das atividades sem remuneração e aumento das taxas de desemprego (MELO, 2005, p.16-17).

É nessa dimensão que se observa as imposições do Banco Mundial<sup>12</sup> para as políticas públicas voltadas para gênero e desenvolvimento. Como afirma Said (2014):

Nos programas do Banco Mundial de apoio à mulher, a noção de direitos é substituída por uma visão de mercado na qual o objetivo passa a ser maximizar a atividade econômica delas. Tal perspectiva denota o não reconhecimento do Banco de que as mulheres são sujeitos de direitos. Ao analisar ao longo do tempo as políticas para as mulheres nas quais o banco investe, vê-se que ele retira a mulher do lugar de grupo vulnerável – e, portanto, somente receptora dos investimentos – para dar-lhe o status de contribuinte em função de sua maior “eficiência” na promoção do crescimento econômico, ou seja, as potencialidades das mulheres passam a ser usadas com fins de lucro.

Essa concepção passa a integrar as políticas de países demandantes de empréstimos do Banco Mundial, dentre eles, o Brasil, haja vista este órgão ter sido um dos pioneiros na produção de pesquisas sobre as questões de gênero com uma visão mercadológica. Por isso, as reflexões e os conceitos produzidos por ele reforçam o modelo de exploração e dominação vigente, pois mesmo com os avanços e conquistas da luta das mulheres por acesso a direitos, a disputa com o capital ainda é desigual (SAID, 2014).

O discurso oficial do Banco Mundial é que “a igualdade de gênero está no coração do desenvolvimento. É o objetivo de desenvolvimento correto e é política econômica inteligente” (Banco Mundial, 2011, p.10). Nessa concepção, a igualdade de gênero tem importância instrumental, porque uma maior igualdade de gênero contribui para a eficiência econômica e a obtenção de outros resultados essenciais de desenvolvimento.

Assim, o Banco Mundial utiliza-se de lentes econômicas para explorar quais intervenções políticas e ações sociais mais amplas podem ser praticadas para reduzir essas diferenças de gênero e melhorar os resultados de desenvolvimento de um modo geral.

---

<sup>12</sup>Criado em 1944, o Banco Mundial atualmente é composto por um conjunto de instituições lideradas pelo BIRD (Banco para Reconstrução e Desenvolvimento), que abrange quatro outras agências: a IDA (Associação Internacional de desenvolvimento), a FIC (Corporação Financeira Internacional), a ICSID (Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos) e a MIGA (Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais).

Trata-se, portanto, de um discurso que na prática não rompe com as desigualdades às quais as mulheres estão submetidas, visto estas serem funcionais ao sistema econômico vigente. O que se visualiza são políticas de caráter emergencial e compensatórias, havendo um deslocamento da noção de universalidade de direitos das políticas sociais para o enfoque na pobreza.

No estudo de Lima (2014) sobre a política para as mulheres no Brasil, materializado no III PNPM, ele demonstra que aparece nessa proposta política a necessidade de rompimento do ciclo de pobreza entre as mulheres e o reconhecimento de que é necessário o acesso delas às condições objetivas de inserção no mundo do trabalho e a espaços profissionalizantes.

Contudo, acerca dessa preocupação em torno da autonomia das mulheres presente nas ações do III PNPM, ele assevera:

Focam a capacitação para o mercado (posição de emprego) ou a organização e o financiamento de iniciativas de empreendedorismo urbano ou rural (posição de autônomo/cooperado), jamais ultrapassando a condição de remédios de caráter afirmativo, incapazes de fomentar uma transformação econômica profunda no sentido de abolição das classes sociais (LIMA, 2014, p.227).

Face ao exposto, pode-se inferir que a abertura de linhas de financiamento voltadas para programas de alívio à pobreza são indicadores da tentativa do Banco Mundial de construir novas bases de legitimidade, atenuando as críticas aos programas de ajuste estrutural para proteger-se das evidências da degradação ambiental e dos efeitos de suas políticas no crescimento internacional da pobreza e da exclusão. Ou seja, a recente ênfase no combate à pobreza tem um caráter também instrumental em que os programas sociais visam garantir o suporte político e a funcionalidade econômica, necessários ao novo padrão de acumulação baseado no neoliberalismo (SOARES, 1998).

Assim, a agenda política dos organismos multilaterais para redução da pobreza se assenta num discurso com duas vias: a educação e a inserção no mundo do trabalho. Tal discurso evidencia ainda que a educação das mulheres pode interromper o ciclo intergeracional da pobreza e levar à sua inserção no mundo do trabalho, pois elas precisam ser qualificadas para se tornarem empregáveis. Contudo, a questão central para a qual convergem essas duas vias é a participação da mulher na redução da pobreza.

É, pois calcados no discurso da igualdade de gênero que muitos programas voltados para as mulheres são executados. Discurso este que pode se apresentar com um caráter conservador ou reprodutor da construção dos diferentes papéis e atribuições socialmente impostos a homens e mulheres.

Diante disso, na tessitura deste estudo destaca-se o Programa Nacional Mulheres Mil, instituído pelo governo federal em 21 de julho de 2011 (Portaria Nº 1.015/2011) e que está inserido na proposta do Plano Brasil sem Miséria<sup>13</sup>. O seu texto oficial demonstra que ele integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2011).

O Programa pretende que mulheres moradoras de áreas com baixo índice de desenvolvimento humano tenham acesso à formação educacional, profissional e tecnológica, que lhes permita elevação da escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho por meio do estímulo ao empreendedorismo, às formas associativas solidárias e à empregabilidade (BRASIL, 2011).

Esse Programa é coordenado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), tendo como instituições parceiras: a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Secretaria de Direitos Humanos; o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). Ele é realizado pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET's) e tem como público alvo preferencial mulheres de 18 a 60 anos, com perfil de baixa renda, baixo nível de escolaridade, moradoras de comunidades integrantes de Territórios da Cidadania<sup>14</sup> e/ou com baixo índice de desenvolvimento humano.

---

<sup>13</sup> O Plano Brasil sem Miséria do governo da presidente Dilma Rouseff, instituído em 2 de junho de 2011, tem a finalidade de superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações. Será executado pela União em colaboração com Estados, Distrito Federal, Municípios e com a sociedade (Decreto 7492/2011).

<sup>14</sup> “O Programa Territórios da Cidadania, lançado em 2008 pelo Governo Federal, tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Ações relacionadas ao desenvolvimento social, à organização sustentável da produção, à saúde, saneamento e acesso à água, educação, cultura, infraestrutura, e ações fundiárias estão sendo articuladas nesses

O Mulheres Mil traz na construção de sua proposta o reconhecimento das assimetrias de gênero, na medida em que se pauta em dados que demonstram o crescente número de mulheres que ampliaram o seu papel na sociedade e em suas comunidades, assumindo a chefia de suas famílias, e que são responsáveis não só pelo sustento financeiro de suas residências, mas também pelo desenvolvimento cultural, social e educacional dos seus filhos e demais membros da família, fato que repercute nas futuras gerações e no desenvolvimento igualitário e justo do país (BRASIL, 2011).

Ademais, partindo de dados da PNAD (2009), ele apresenta o reconhecimento das disparidades de renda entre homens e mulheres: “no que se refere à renda, 73% das mulheres – no papel de cônjuge – ganham menos que o marido, sendo que 37,2 % recebem até 50% do total obtido pelo companheiro” (BRASIL, 2011, p. 5).

Aliadas a isso estão às dificuldades de acesso à oferta de formação e qualificação profissional e cidadã que respeitem as peculiaridades e dificuldades dessa parcela da população que tem tripla jornada de trabalho, pois, além da atividade laboral de subsistência (domésticas, marisqueiras, costureiras, entre outras), como detectado nos 13 estados [experiência projeto piloto], cuidam de filhos, da casa e muitas são responsáveis pelo cuidado dos familiares mais idosos (BRASIL, 2011, p.5-6).

Nesse sentido, os principais objetivos do Programa Mulheres Mil são (BRASIL, 2011, p.9):

- Estimular a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade.
- Possibilitar o acesso à educação profissional e tecnológica do alunado não tradicional.
- Ofertar cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com elevação de escolaridade e formação cidadã, sendo a carga horária mínima de 160 horas.
- Articular mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas e solidárias e a empregabilidade.

Vale destacar também alguns dos impactos previstos na proposta do Programa, abaixo elencados (BRASIL, 2011, p.10):

---

Territórios com participação social e a integração entre Governo Federal, Estados e Municípios. Ele aglutina municípios com mesmo perfil econômico e ambiental” (MDS, 2014).

- Reduzir as desigualdades sociais e contribuir para a erradicação da miséria no país.
- Contribuir para a melhoria dos índices de equidade e igualdade de gênero no Brasil.
- Reduzir os índices de violência doméstica.
- Melhorar a renda familiar nas comunidades em situação de vulnerabilidade.
- Melhorar as relações familiares e comunitárias.

Com objetivos e impactos traçados, o Programa prevê ainda um processo metodológico que possibilite a melhoria do acesso de mulheres à educação e ao mundo do trabalho. Essa metodologia contemplaria um sistema definido como de acesso, permanência e êxito do Mulheres Mil. Conforme o texto oficial, essa metodologia seria,

um instrumento facilitador no processo de implantação e implementação de programas, projetos e ações que contemplem o acolhimento, a educação, a qualificação e formação profissional e tecnológica, a estruturação de empreendimentos, o acesso ao mundo do trabalho [...] (BRASIL, 2011, p.11).

De acordo com a proposta do Programa, esse sistema de acesso, permanência e êxito possibilitaria fomentar a equidade de gênero, a emancipação e o empoderamento das mulheres pelo acesso à educação e ao mundo do trabalho e ainda estabelecer parcerias com as entidades e empresas visando à inserção das alunas no mundo produtivo por meio do empreendedorismo, de associações solidárias, empregabilidade e incubadoras tecnológicas sociais.

Ao analisar a proposta do Programa, observa-se que a todo momento o texto referencia a possibilidade de acesso das mulheres à educação, qualificação profissional e tecnológica como mecanismo para sua inserção no mundo do trabalho, conduzindo-as até à própria ideia de autonomia econômica, bandeira de luta tão premente no movimento de mulheres e feministas, e que é incorporada à concepção de desenvolvimento de organismos internacionais como o Banco Mundial. No entanto, está mais atrelada a uma racionalidade econômica e de redução de índices de pobreza do que a uma perspectiva emancipatória, como a que propugna o movimento e que, na forma de sociedade capitalista, é bandeira constante de luta.

Mesmo colocando em pauta a possibilidade da equidade de gênero, esses programas se referem mais a um apaziguamento da pobreza entre as mulheres do que a ações articuladas para a superação das desigualdades e distribuição de poder entre os sexos. Isso porque muitos dos cursos propostos para a qualificação profissional dessas mulheres parecem refletir atividades comumente realizadas no espaço doméstico, relacionadas ao cuidado, ao preparo da alimentação, à arrumação da casa etc.

Nesse sentido, questões como autonomia e empoderamento das mulheres em sentido amplo não aparecem na proposta oficial do Programa de forma detalhada e explícita, mas diluída na proposição de este possibilitar “acesso às ações educacionais e de inclusão e permanência no mundo do trabalho” (BRASIL, 2011, p.6) pelas mulheres a partir dos cursos de qualificação profissional a serem realizados no interior dos institutos federais.

Outro ponto de observado na redação oficial do Programa é que a questão da transversalidade de gênero, concebendo-a como importante instrumento para orientar uma visão de competências políticas, institucionais e administrativas, que incorpore a noção de superação das assimetrias de gênero nas distintas esferas de atuação governamental, não é tratada ou explicitada com a devida importância. Mesmo quando é colocado o rol de secretarias governamentais e instituições parceiras do Programa, e “instituições parceiras em potencial: Ministérios, Estatais e entidades públicas; Governos Estaduais, municipais, Organizações da Sociedade Civil e Internacionais” (BRASIL, 2011), a transversalidade de gênero não é pontuada como fundamento a ser incorporado por todas as políticas públicas propostas pelo Estado brasileiro e desenvolvidas considerando-se as especificidades de mulheres e homens.

No caso empírico do Programa Mulheres Mil realizado no Campus São Luís – Monte Castelo, observou-se que, em 2009, quando tiveram início as atividades, ainda como projeto piloto do instituído Programa, o curso de qualificação profissional desenvolvido foi o de Qualificação Profissional em Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos. No decorrer dos anos (2010 a 2013), foram incluídos novos cursos: Curso Básico de Qualificação Profissional em Camareira; Atendente de Lanchonete; Customização de Roupas e Cuidador de Idosos.

Essas qualificações ofertadas pelo Campus supracitado em sintonia com o propugnado oficialmente no Programa Nacional Mulheres Mil tiveram por objetivo: “promover a qualificação profissional de mulheres com baixo poder aquisitivo, de forma a possibilitar-lhes o ingresso / reingresso no mercado de trabalho a fim de exercerem atividades que envolvam procedimentos técnicos inerentes à sua qualificação profissional” (Plano de Curso Mulheres Mil/Campus Monte Castelo, 2013).

Nos tipos de cursos e no seu objetivo principal está implícita a discussão de como a possibilidade de autonomia econômica das mulheres pode ser alcançada, se as propostas de qualificação profissional e futura inserção no mundo do trabalho se processam a partir das atividades ditas femininas, configurando práticas historicamente invisibilizadas e de baixo prestígio e valor social.

Ainda é possível refletir como é nítido nos objetivos do supracitado Programa o discurso da qualificação profissional como essencial para o enfrentamento do desemprego, como se tal situação estivesse deslocada dos condicionantes de ordem conjuntural e estrutural (as mudanças e os impactos para o mundo do trabalho decorrentes do processo de reestruturação produtiva), e sua superação dependesse apenas do esforço e da elevação das competências individuais.

Dessa forma, o discurso da empregabilidade oculta a natureza íntima do desenvolvimento do capital, ou seja, a lógica da produção destrutiva e da exclusão social (ALVES, 2014). Esse conceito é ainda significativo da lógica ideológica do processo de reestruturação produtiva, determinando o âmago das políticas de formação profissional, e tende a tornar-se natural nas ideologias de formação profissional no capitalismo global.

Assim, o conceito de empregabilidade, conforme Alves (2014, p.5),

opera com clareza ideológica as contradições da mundialização do capital, um sistema mundial de produção de mercadorias centrado na lógica da financeirização e da “produção enxuta”, totalmente avesso às políticas de pleno emprego e geradora de desemprego e exclusão social. É por isso que a mundialização do capital tende a disseminar, como eixo estruturador de sua política de formação profissional, o conceito de empregabilidade, que aparece, como relativo consenso, nos discursos de neoliberais ou sociais-democratas, como requisito básico para superar a crise do desemprego.

Além disso, o discurso da empregabilidade expressa ainda uma tentativa de individualização do problema desemprego, uma vez que condiciona a

possibilidade de inserção no mercado de trabalho ao sucesso ou ao fracasso de cada um.

Outro aspecto presente na proposta do Programa é o caráter empreendedor e até mesmo cooperativista, centralizado na organização autônoma do trabalho, facilmente incorporado pelas agendas políticas, principalmente em meados dos 1990, período de maior concretude do projeto neoliberal no País. Vê-se, portanto, a estreita relação entre os fundamentos neoliberais e as propostas dos programas de geração de renda.

Como destaca Barbosa (2007), durante os anos de 1990 a 2000, as políticas de geração de renda e ocupação foram uma constante na agenda pública, adquirindo mais centralidade nos anos recentes, principalmente nas vertentes “qualificação” e “pequeno negócio”.

A autora aponta que essa perspectiva voluntarista aparece em narrativas de exaltação da liberdade e da independência do trabalho por conta própria ou como pequeno empregador; alimenta-se a ideia de mercado aberto e atrativo à mobilidade social, como se o empenho individual empreendedor nivelasse os indivíduos no mercado. Nisso evidencia-se uma forte carga ideológica que pressupõe a concepção de se desenvolver habilidades individuais para construir o próprio negócio e a pensar a vida ao sabor do mercado e não com a estabilidade de uma carreira profissional de longo prazo.

Desse modo, há que se entender que o Programa aqui investigado é fruto de uma conjuntura histórica pautada em preceitos neoliberais e que a proposta de autonomia econômica das mulheres nesse contexto precisa ser (re) discutida a fim de se pensar o debate acerca das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho, como de fundamental importância para compreensão da organização das práticas sociais na sociedade e os aspectos que contribuem para a invisibilidade feminina.

As políticas e programas voltados para geração de renda de mulheres devem, pois incorporar elementos que vão além da necessidade econômica, mas que atendam outras necessidades que visem à desobrigação das mulheres das tarefas domésticas, possibilitando-lhes a participação em outras atividades (cultura, lazer, política) que influenciem decisivamente na capacidade de conquista de sua autonomia.

### **3 O PROGRAMA MULHERES MIL E SUA PROPOSTA DE INCLUSÃO E PERMANENCIA DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO EM SÃO LUÍ-MA**

Neste capítulo aborda-se de forma breve sobre o dualismo inclusão/exclusão social, entendendo-o como processo multidimensional que se expressa em cada época histórica, de acordo com questões de ordem econômica, social e cultural. Na atual conjuntura, a precariedade das relações de trabalho se apresenta como fator preponderante na discussão sobre inclusão/exclusão social e nos leva à necessidade de compreender as categorias empregabilidade, qualificação profissional, competência e empreendedorismo tão expressas no novo modelo de organização do trabalho e da produção.

As particularidades do Programa Mulheres Mil também são apresentadas, no intuito de revelar a organização deste Programa no IFMA/Campus Monte Castelo para o alcance de sua proposta de inclusão e permanência das mulheres no mundo do trabalho em São Luís.

#### **3.1 Inclusão, formação e qualificação profissional no contexto do trabalho incerto: breves considerações**

Na base da inclusão/exclusão, hoje instalada, está implícita a compreensão de que a sociedade capitalista que exclui é a mesma que se propõe incluir e integrar, e também criar formas de participação que, na conjuntura em que são gestadas, beiram mais à condição de privilégios do que de direitos. Para Martins (2002), o capitalismo que se expande à custa da redução dos custos do trabalho, debitando na conta dos trabalhadores e dos pobres o preço do progresso sem ética nem princípios, privatiza ganhos, nesse caso, injustos, e socializa perdas, crises e problemas sociais.

A inclusão social pode ser definida como a possibilidade de ter assegurados a igualdade de direitos e o respeito às diferenças. Na perspectiva de gênero, a inclusão social de mulheres se daria em termos de valorização e aumento da participação feminina, com a efetivação de direitos “em todas as dimensões de convivência social, laboral, política, especialmente em setores estratégicos da

sociedade, ocupados em sua maioria por homens” (COSTA; MAZZARDO, 2014, p.14).

A implementação de políticas públicas que atendam às demandas da população feminina (políticas de combate à discriminação de gênero, de combate às violências mais explícitas e também das violações sutis diluídas no cotidiano da cultura patriarcal) são indispensáveis ferramentas na luta pelo rompimento das assimetrias de gênero e conseqüentemente inclusão social das mulheres, a qual só pode ser materializada a partir do seu amplo acesso à educação, ao emprego, à propriedade e ao poder político. Entretanto, essa almejada inclusão esbarra nos condicionantes da sociedade capitalista, que reforça a concentração de poder e decisão nas mãos masculinas e as responsabilidades domésticas e/ou maternas, que recaem sobre a figura feminina.

No capitalismo, qualquer processo de inclusão social passa pelo mercado, pois os indivíduos estão sujeitos às injunções deste, que, de forma invisível e impessoal, regula as suas vidas. Conforme Demo (1998), em seu artigo Exclusão Social: categorias novas para realidades velhas, a inclusão no capitalismo pela via do mercado ainda é a mais garantida e estrutural, por isso, a questão da empregabilidade detém papel central em todas as novas iniciativas de inserção social. Assim, “a exclusão é profundamente um processo pelo qual, maiorias são afastadas dos acessos integradores principais na sociedade, sobretudo o mercado de trabalho” (DEMO, 1998, p.23).

A exclusão social é entendida ainda como uma situação de privação de uma parcela significativa da população à cidadania plena, ou seja, ao acesso a direitos civis, políticos e sociais.

O fato de a exclusão social estar associada às situações de privação e do não exercício pleno de direitos é abordado nos estudos de Potyara Pereira (2008), sobre as necessidades humanas e sua satisfação como garantia de direitos aos indivíduos que compõem a coletividade social, pois é necessário privilegiá-las como matéria de direito, a ser enfrentada por políticas resultantes de decisões coletivas.

Para essa autora, a definição de necessidades básicas se dá a partir do entendimento de que o conceito de básico se refere a algo fundamental, principal, primordial, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela se acrescenta. Na sua visão,

O básico [...] que qualifica as necessidades a serem satisfeitas (necessidades básicas) constitui o pré-requisito ou as condições prévias suficientes para o exercício da cidadania em acepção mais larga (PEREIRA, 2008, p. 26).

Dessa forma, “o conceito de necessidades básicas assumiu papel preponderante na justificação de direitos sociais e das políticas públicas que lhes são correspondentes” (PEREIRA, 2008, p.37). Para Pereira, só assim é possível falar em direitos fundamentais, dos quais todo cidadão é titular, e cuja concretização se dá por meio de políticas correspondentes. Pois aqueles que não usufruem bens e serviços sociais básicos ou essenciais, sob a forma de direitos, não são capazes de se desenvolver como cidadãos ativos.

Assim, no que diz respeito às necessidades básicas, é preciso considerar-se um dado fundamental: “a ocorrência de sérios prejuízos à vida material dos homens e à atuação destes como sujeitos (informados e críticos), caso essas necessidades não sejam adequadamente satisfeitas” (PEREIRA, 2008, p.67).

Para Sposati apud (Vaz, 2002, p.107),

Exclusão social é a impossibilidade de poder partilhar da sociedade e leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de uma parcela significativa da população. Por isso exclusão social não é só pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública. É, portanto, um processo múltiplo que se explica por várias situações de privação da autonomia, do desenvolvimento humano, da qualidade de vida, da equidade e da igualdade.

Então, é possível perceber que o processo da exclusão social é multidimensional, se expressando de acordo com cada época histórica, definido por questões de ordem econômica, social e cultural, que afetam uma grande parcela da população, excluída dos espaços integradores da sociedade, marcados nesta sociedade capitalista pelo acesso ao mundo do trabalho e do consumo.

Por outro lado, a precariedade dos mercados de trabalho é um novo fator que se torna preponderante na discussão sobre inclusão/exclusão social. As profundas transformações que marcam o fim da séc. XX e início do séc. XXI, em função da rápida globalização econômica, abertura comercial, ajustes nos níveis macro e microeconômicos incidem sobre o mundo do trabalho e sobre a vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

Nesse sentido, Ramalho e Santana (2003, p.13) destacam que

O trabalho, um dos eixos centrais de vertebração da ordem social moderna, ficou enfraquecido, com a chamada crise do trabalho, e a sociedade sofreu as consequências através de problemas sociais diferenciados, no que já vem sendo designado como a nova era das desigualdades, marcada, entre outras características, pela perda de institutos de proteção social, pelo aumento da taxa de pobreza global e pelo aumento das disparidades sociais, enfim pela ampliação das margens de vulnerabilidade social e econômica.

Essas novas relações que permeiam o mundo do trabalho nos revelam que cada vez mais trabalhadores (as) estão sujeitos (as) a entradas e saídas cíclicas do mercado de trabalho. “O novo perfil da classe trabalhadora é o de exclusões cíclicas cada vez mais demoradas, mais espaçadas, do mercado de trabalho” (MARTINS, 2002, p.29).

O trabalhador moderno, que cada vez mais as empresas buscam, não é simplesmente aquele fundamentado na especialização taylorista e fordista do passado, quando uma profissão era centrada numa determinada atividade. O novo modelo de organização do trabalho e da produção deu origem à chamada “desespecialização multifuncional” ao “trabalho multifuncional”, que em verdade expressa a enorme intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho (ANTUNES, 2006). Assim, o que se requer é um novo tipo de trabalhador, com múltipla qualificação, com habilidades na condução técnica e gerencial de seu trabalho.

A especialização taylorista/fordista previa a subdivisão das funções e suas correlativas atividades (tanto na esfera da produção quanto da administração), o que possibilitava a cada trabalhador o cumprimento completo da tarefa pela qual era responsável, sem a necessidade de acumular conhecimentos e habilidades além de um nível mínimo. Associada a isso, estava a padronização dos produtos e do próprio processo produtivo para a organização de uma produção de larga escala com vistas ao consumo de massa.

Nas palavras de Pinto (2007, p.45)

A ideia principal no sistema taylorista/fordista [...], é elevar a especialização das atividades de trabalho a um nível de limitação e simplificação tão extremo que, a partir de um certo momento, o operário torna-se efetivamente um “apêndice da máquina” (tal como fora descrito, ainda em meados do século 19, por Karl Marx, ao analisar o avanço da automação na indústria da época), repetindo movimentos tão absolutamente iguais num curto espaço de tempo quanto possam ser executados por qualquer pessoa, sem a menor experiência de trabalho no assunto.

Desse modo, a instabilidade macroeconômica mundial coloca em questionamento o sistema de organização do trabalho baseado no fordismo/taylorismo a partir de 1970, o qual passa a ser visto como uma camisa de força para as novas necessidades de crescimento. Ocorre, então, um redimensionamento das estratégias de padronização em larga escala, para a crescente agregação tecnológica, maior qualidade e personalização dos produtos.

De acordo com Pinto (2007), surge o interesse por novas experiências de organização do trabalho e da produção industrial dentro de uma lógica de especialização flexível, inspiradas, sobretudo, no modelo japonês do toytismo. Esse modelo tem por fundamento a manutenção de uma empresa enxuta e a necessidade da flexibilização dos mercados de trabalho, das relações de trabalho, dos mercados de consumo e das barreiras comerciais.

Com a adoção desse novo modelo, o emprego despencou em índices alarmantes, assim como houve diminuição dos custos sociais do trabalho, que, com a precarização, transformou-se numa alternativa rentável ao capital. O que se observa, a partir dessa nova conjuntura, é a iniquidade expressa em níveis elevados de desocupação por longa duração, feminização do contingente desempregado ou empregado precarizado, maior dificuldade da juventude para se inserir no mercado de trabalho e ainda redução (quando não eliminação) de direitos que foram conquistados através de duras e longas lutas sociais.

Como afirma Barbosa (2007, p. 41):

Ao desemprego associa-se a precarização baseada na degradação das condições e relações de trabalho, que reestrutura o mercado e aumenta a heterogeneidade social com trabalhos parciais, terceirizados, temporários, com sérias consequências para os processos de solidariedade e de formação de identidades coletivas entre os trabalhadores.

Nessa conjuntura, uma questão que se coloca é a formação/qualificação profissional, envolta numa realidade em que cresce o desemprego e na qual a situação de trabalho é cada vez mais incerta.

Por isso, a formação profissional é vista como uma resposta estratégica, mas polêmica, face aos problemas postos pela globalização econômica, pela reestruturação produtiva, pela busca da qualidade e da competitividade, pelas transformações do mundo do trabalho e pelo desemprego estrutural (FRANCO, 1998).

Para Gentili (1998), na era de ouro do capitalismo, a promessa integradora da escolaridade estava fundada na necessidade de definir um conjunto de estratégias orientadas para criar condições educacionais para um mercado de trabalho em expansão e ainda confiança na possibilidade de atingir o pleno emprego, de modo que a era de ouro ou anos dourados do capitalismo de 1940/60 foram

Marcados pela vigência do Welfare State que atingiu uma parcela de países centrais importantes, principalmente da Europa Ocidental, período em que houve uma clara simbiose entre o welfare state e o padrão taylorista e fordista, em ascensão nos EUA desde os anos 1920 (ANTUNES, 2006, p. 42).

Tem-se nesse contexto a noção de qualificação baseada na ideia de capital humano, que nasce associada à defesa da modernização capitalista, por meio da industrialização e do estabelecimento do padrão fordista de organização e gestão do trabalho.

Essa concepção de qualificação, hegemônica por mais de três décadas, ancora-se nos modelos taylorista/fordista de organização da produção e do trabalho, e entra em crise com a adoção de sistemas de produção flexíveis e com a criação de novas formas de organização do trabalho, no âmbito do sistema capitalista, no final dos anos 1980 (MANFREDI, 2007).

Gentili (1998, p.81) destaca ainda:

Morta definitivamente a promessa do pleno emprego, restará ao indivíduo (e não ao Estado, às instâncias de planejamento ou às empresas) definir suas próprias ações, suas próprias escolhas que permitam (ou não) conquistar uma posição mais competitiva no mercado de trabalho. A desintegração da promessa integradora deixará lugar à difusão de uma nova promessa, agora sim, de caráter extremamente privado: a promessa da empregabilidade.

Convém ressaltar, porém que, a posse de novas qualificações não garante ao indivíduo um emprego no mundo do trabalho, pois a aquisição de novos saberes e competências apenas habilitam o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito.

A promessa da empregabilidade apresenta-se, então, como a capacidade individual para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece, desmanchando-se então, a garantia do emprego como direito social.

Assim, o discurso da empregabilidade se alia ao discurso da qualificação profissional, pois a retórica de atribuir o desemprego à desqualificação profissional

dos (as) trabalhadores (as) é latente. Há a individualização da questão, sem se contestar a conjuntura econômica e política que caracteriza tal retórica, qual seja, a de desemprego estrutural e expansão de formas de trabalho cada vez mais precarizadas e informais.

As análises de Pochmann (2011), em sua obra *O trabalho no Brasil pós-neoliberal*, demonstram que a partir da década de 90 o avanço de medidas desregulamentadoras da contratação de mão de obra convergiu, aceleradamente, para o movimento geral de desestruturação do mercado de trabalho, com indicadores de forte elevação do desemprego, da ocupação informal e da precarização das relações de trabalho. Nesse contexto, ocorre o fortalecimento da visão governamental a respeito do desemprego como problema de qualidade na oferta de mão de obra, o que garantiu

A elevação do gasto público com cursos de qualificação profissional de curtíssimo prazo, lamentavelmente sem impactos suficientemente positivos para contra-arrestar o processo mais amplo de desvalorização do trabalho (POCHAMMAN, 2011, p.75).

Daí que a flexibilização do mercado de trabalho e a precarização das relações de trabalho se expressam, nessa mesma conjuntura, fortemente para o segmento feminino, pois as mulheres estão inseridas em empregos de tempo parcial que podem ser compatibilizados com os trabalhos domésticos e, como mão de obra secundária aceitam salários inferiores, até porque, em face do aumento do desemprego, seriam provavelmente as primeiras a serem dispensadas.

Antunes apud Nogueira (2006, p. 110) destaca que:

Quando se constata que a tendência do trabalho em tempo parcial está reservada mais para a mulher trabalhadora, levanta-se a hipótese de que essa situação ocorre porque o capital necessita também do tempo de trabalho das mulheres na esfera produtiva sendo isso imprescindível para o processo de valorização, uma vez que seria impossível para o capital realizar seu ciclo produtivo sem o trabalho na esfera doméstica.

Diante desse contexto, as propostas de geração de renda para as mulheres se situam em programas para inserção destas no mundo do trabalho, orientados principalmente pela perspectiva de políticas de qualificação profissional e incentivo ao empreendedorismo; foi o que se observou nas particularidades do Programa Mulheres Mil desenvolvido em São Luís pelo IFMA/Campus Monte Castelo.

### 3.2 As particularidades de inclusão e permanência do Programa Mulheres Mil no IFMA/Campus Monte Castelo

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, com sede em São Luis, foi criado pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras. É autarquia com atuação no estado do Maranhão, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Atualmente o IFMA agrega 24 unidades: Açailândia, Alcântara, Bacabal, Barra do Corda, Barreirinhas, Buriticupu, Caxias, Centro Histórico, Codó, Coelho Neto, Grajaú, Imperatriz, Maracanã, Monte Castelo, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Santa Inês, São João dos Patos, São José de Ribamar, São Raimundo das Mangabeiras, Timon, Viana e Zé Doca.

Desde 2009, o Campus Monte Castelo vem realizando os cursos de qualificação do Programa Nacional Mulheres Mil, através de uma coordenadoria local do Programa, composta por um (a) coordenador (a) geral, que é responsável por organizar toda a estrutura dos cursos, os processos de seleção das mulheres a serem atendidas e por articulações com setores e departamentos da instituição para realização dos cursos a serem oferecidos.

Após visitas à coordenadoria do Programa, as conversas realizadas com o atual coordenador e a organização dos documentos coletados, pôde-se sintetizar no Quadro 2, abaixo, os cursos oferecidos no período de 2009 a 2013. Tentamos expressar de maneira fidedigna os dados coletados, pois, durante esse período, houve mudança de coordenadores no Programa (uma coordenadora de 2009 a 2011, duas coordenadoras de 2011 a 2012, e um coordenador de 2013 até o presente momento). Assim sendo, muitas informações e documentos ficaram incompletos nesse processo.

QUADRO 2 – RELAÇÃO DE CURSOS DO PROGRAMA MULHERES MIL- IFMA/CAMPUS MONTE CASTELO

ANO	CURSO	CARGA HORÁRIA	VAGAS/MATRÍCULAS	MULHERES FORMADAS
2009	Curso Básico de Qualificação Profissional em Preparo, Conservação, Congelamento de Alimentos	480 horas/aula	40	38

QUADRO 2 – RELAÇÃO DE CURSOS DO PROGRAMA MULHERES MIL- IFMA/CAMPUS MONTE CASTELO (Continuação)

ANO	CURSO	CARGA HORÁRIA	VAGAS/MATRÍCULAS	MULHERES FORMADAS
	Congelamento de Alimentos			
2010	Curso Básico de Qualificação Profissional em Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos.	480 horas/aula	40	37
2011	Curso Básico de Qualificação Profissional em Camareira	320 horas/aula	50	44
	Curso Básico de Qualificação Profissional em Culinária Avançada	160 horas/aula	30	25
	Curso Básico de Qualificação Profissional em Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos.	360 horas/aula	25	21
	Curso Básico de Qualificação Profissional em Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos	180 horas/aula	18	18
	Curso Básico de Qualificação Profissional Introdução à Culinária	180 horas/aula	20	13
	Curso Básico de Qualificação Profissional em Artesanato	s/i	15	6
2012	Curso Básico de Qualificação Profissional em Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos	260 horas/aula	25	19

Fonte: Documentos e informações coletados na Coordenadoria do Programa Mulheres Mil

\*s/i – sem informação

QUADRO 2 – RELAÇÃO DE CURSOS DO PROGRAMA MULHERES MIL- IFMA/CAMPUS MONTE CASTELO (Continuação)

2012	Curso Básico de Qualificação Profissional em Camareira em Meios de Hospedagem	240 horas/aula	24	19
	Curso Básico de Qualificação Profissional em Atendente de Lanchonete	160 horas/aula	21	13
	Curso Básico de Qualificação Profissional em Customização de Roupas	160 horas/aula	24	17
2013	Curso Básico de Qualificação Profissional em Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos	240 horas/aula	46	38
	Curso de Formação Inicial e Continuada em Camareira em Meios de Hospedagem	240 horas/aula	25	17
	Curso de Formação Inicial e Continuada em Cuidador de Idosos	180 horas/aula	37	21

Fonte: Documentos e informações coletados na Coordenadoria do Programa Mulheres Mil

A escolha e oferta dos cursos ocorreram, levando-se em consideração as possibilidades estruturais do campus, a formação profissional dos recursos humanos disponíveis, bem como as parcerias realizadas para tal. Logo após, realizou-se sua divulgação junto às mulheres, por meio de Associação de Moradores, como ocorrido em 2009 no bairro da Vila Palmeira, e dos Centros de Referência de Assistência Social, em 2012, na comunidade de São Francisco e Ilhinha e, em 2013, nas comunidades de Divinéia, Sol e Mar e Vila Luizão. Portanto, para o planejamento dos cursos, foi possível observar que não houve nenhuma pesquisa prévia ou diagnóstica para sua oferta nem a participação das mulheres nas ações de planejamento.

Quando se questionou sobre a motivação que levou a Coordenadoria do Programa a planejar, ofertar e divulgar os cursos em determinado bairro da cidade, obteve-se como resposta o seguinte:

O fator motivador, por exemplo, para o curso de atendente é que observamos um crescimento no ramo de alimentação na área do São Francisco, então vislumbramos a possibilidade de enquadrar as alunas nesse ramo, já que elas tinham um ponto positivo por morarem próximo à área. Não houve um grande fator motivador para customização. Aproveitamos o ensejo e o ofertamos, por se tratar de algo acessível a qualquer mulher daquela área que pudesse **ter uma renda própria, sem mesmo sair de casa**. Lembro-me que o difícil na época era explicar o que era "customização", mas deu certo! (MARGARIDA, 2014, grifo nosso).

Como na proposta nacional do Programa não há uma definição de quais cursos devem ser oferecidos, cada instituição fica livre para planejá-los e executá-los. Daí, percebeu-se que o Campus Monte Castelo leva em consideração questões de ordem administrativa (recursos humanos, infraestrutura), e que os cursos propostos partem da visão dominante sobre as atribuições historicamente impostas às mulheres, seguindo um rol de qualificações, cuja maioria possui baixa visibilidade e pode ser conciliada com as obrigações domésticas, dado bem presente na fala acima, quando a entrevistada refere que as mulheres podem qualificar-se para “ter renda sem mesmo sair de casa”.

Durante o período pesquisado, foi possível perceber que o Campus Monte Castelo, através da Coordenadoria do Programa, desenvolveu alguns convênios para a realização dos cursos apresentados no quadro mencionado.

Os principais foram com o Serviço Nacional de Aprendizagem para o Comércio (SENAC), com a atuação de profissionais do quadro técnico dessa instituição para ministrar disciplinas nos cursos de Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos e Camareira em Meios de Hospedagem. E com o Tribunal de Justiça e a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Presidiária, no intuito de se realizarem cursos de qualificação profissional para as detentas do Sistema Prisional de Pedrinhas e do Centro de Reeducação e Inclusão Social de Mulheres Apenadas do Maranhão (CRISMA), tendo sido ofertados Preparo, Conservação, Congelamento de Alimentos, Introdução à Culinária e Qualificação Profissional em Artesanato nos anos de 2011 e 2012.

Em 2013, foi firmada colaboração com a Secretaria de Estado de Segurança Pública, tendo sido realizado o Curso de Formação Inicial e Continuada em Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos, para as comunidades

abrangidas pela Unidade de Segurança Cidadã da Vila Luizão - Divinéia, Vila Luizão e Sol e Mar.

Todos os cursos foram organizados com disciplinas pertencentes ao que foi definido como base comum (Português, Matemática, Higiene e Segurança do trabalho, Empreendedorismo, Ética, Noções de Informática e Atividades institucionais) e disciplinas específicas, que se referem às particularidades de cada curso ofertado, como se visualiza nos Quadros 3 e 4 abaixo.

QUADRO 3 – DISCIPLINAS BASE COMUM DOS CURSOS OFERTADOS PELO IFMA/CAMPUS MONTE CASTELO

CURSOS	DISCIPLINAS BASE COMUM
Curso Atendente de Lanchonete	Português Higiene e Segurança do Trabalho Ética Atividades Institucionais Matemática Empreendedorismo Noções de informática
Curso de Customização de Roupas	
Cursos de Preparo, Conservação e Congelamento	
Curso de Cuidador de Idosos	
Curso de Camareira em Meios de Hospedagem	
_____	
_____	

Fonte: Documentos e informações coletados na Coordenadoria do Programa Mulheres Mil.

QUADRO 4 – DISCIPLINAS ESPECÍFICAS DOS CURSOS OFERTADOS PELO IFMA/CAMPUS MONTE CASTELO

CURSOS	Curso Atendente de Lanchonete	Curso de Customização de Roupas	Cursos de Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos	Curso de Cuidador de Idosos	Curso de Camareira em Meios de Hospedagem
DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	Noções de Inglês	Noções de Moda e Tendência	Boas Práticas de Fabricação de Alimentos	Competências do Cuidador de Idosos	Fundamentos da Capacitação Profissional
	Imagem Pessoal (Perfil Profissional)	Técnicas de Costuras à Mão	Salgados para Festas	Fundamentos da Capacitação Profissional	Introdução ao Turismo e Hotelaria

Fonte: Documentos e informações coletados na Coordenadoria do Programa Mulheres Mil.

QUADRO 4 – DISCIPLINAS ESPECÍFICAS DOS CURSOS OFERTADOS PELO IFMA/CAMPUS MONTE CASTELO (Continuação)

<b>CURSOS</b>	<b>Curso Atendente de Lanchonete</b>	<b>Curso de Customização de Roupas</b>	<b>Cursos de Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos</b>	<b>Curso de Cuidador de Idosos</b>	<b>Curso de Camareira em Meios de Hospedagem</b>
<b>DISCIPLINAS ESPECÍFICAS</b>	Atendimento ao Cliente e Noções de Hospitalidade	Transformação da Modelagem	Pizzas	Direito do Idoso	Departamento de Governança
	Bebidas	Tingimento e descoloração de tecido	Culinária Regional	Fisiologia do Envelhecimento	Técnicas de Trabalho da Camareira
	Boas Práticas de Fabricação de Alimentos	Pintura Livre	Congelamento	Administração de Medicamentos de Idosos	Prática Supervisionada
	Técnicas de Preparo de Lanches e Similares	Impressão artesanal em tecido	Bolos e Sobremesas	Saúde do Idoso	Orientação para o Mercado de Trabalho
	-----	Apliques e adesivos	-----	-----	Noções de Inglês
	-----	Oficina de bordado	-----	-----	-----

Fonte: Documentos e informações coletados junto à coordenação do Programa Mulheres Mil.

É importante destacar que no tocante às disciplinas de base comum, as Atividades institucionais, com oito horas/aula, se destinaram à realização do mapa da vida das alunas<sup>15</sup> e palestras a respeito de temas como saúde das mulheres e violência contra as mulheres.

A inserção das mulheres nos cursos do Programa se deu, no primeiro momento ainda quando era Projeto-Piloto Mil, com a divulgação deste na comunidade da Vila Palmeira, e após sua institucionalização, em 2011, através de seleção pública via edital. Nesse instrumento, foram disponibilizadas todas as regras

<sup>15</sup> Instrumental que estimula as mulheres a organizar sua história de vida numa cronologia que possibilite que cada uma visualize e apresente sua trajetória.

da seleção, o perfil das mulheres público-alvo do Programa e a maneira como estas seriam selecionadas.

Em geral o perfil das mulheres consistia em “possuir no mínimo 18 anos e ser cadastrada no CAD Único dos programas sociais do governo federal” (Editais Mulheres Mil/Campus Monte Castelo, 2014). Em relação à escolaridade, a exigência era de, no mínimo, ensino fundamental incompleto. A seleção das mulheres ocorreu por meio de questionário socioeconômico e entrevista social com a equipe psicossocial ou comissão própria constituída pela direção geral da instituição.

Nos casos em que os cursos foram oferecidos dentro dos espaços de privação de liberdade, as mulheres foram encaminhadas pela direção desses espaços, e lá foram ministradas todas as disciplinas dos cursos de qualificação.

Como mecanismo de garantia da permanência das mulheres nas ações do Programa, foram disponibilizadas informações e encaminhamentos aos serviços oferecidos na instituição, em que estas poderiam ser inseridas, como os programas de assistência estudantil – médico, odontológico, alimentar, transporte e apoio psicossocial – realizados no âmbito da Coordenadoria de Assistência ao Educando. As alunas recebiam ainda, auxílio financeiro, como suporte para formação acadêmica, no valor de cem reais, fardamento e material didático.

Essas ações para permanência das mulheres visaram ao alcance do objetivo que norteia toda a proposta do Programa: “Inclusão educativa e sua promoção social e econômica. Por meio da formação e elevação de escolaridade, pretende-se dar-lhes condições de melhorar seu potencial de empregabilidade, a qualidade de suas vidas, de suas famílias e de suas comunidades” (BRASIL, 2014). Para tanto, o Programa prevê que seja “estruturado e implementado um conjunto de ações visando à inserção da população feminina no mundo do trabalho de forma sustentável” (BRASIL, 2014).

Observa-se, então, na realidade empírica investigada, que é persistente a dificuldade de estruturar ações de inserção das alunas no mercado de trabalho, conforme o coordenador local ressaltou:

O campus dispõe de um setor Escola-Empresa, mas há dificuldade de diálogo com o mesmo, e devido a problemas internos do setor ainda não foi possível articulação para inserir as alunas do Mulheres Mil em estágios. Essas parcerias para questão da inserção no mundo do trabalho estão sendo maturadas.

O que há são conversas com os fornecedores, como supermercados X, onde foi repassado para as alunas do curso da área de alimentos o

encaminhamento de currículos para processo seletivo. No caso do curso de camareira, as alunas são encaminhadas para estágio pelo SENAC. E no curso de cuidador de idosos, após uma visita técnica realizada no Asilo de Mendicidade, solicitaram o envio de currículo pelas alunas (Lírio, 2014).

O que foi possível apreender é que o Programa Mulheres Mil no Campus Monte Castelo ainda não conseguiu estruturar ações em relação à inserção das alunas no mercado de trabalho, com formação de um banco de dados de órgãos/empresas públicas e/ou privadas que poderiam receber essas mulheres capacitadas.

Isso traz à tona novamente a discussão estrutural das implicações do recrudescimento dos postos de trabalho e da dualidade qualificação profissional/empregabilidade. Como se a qualificação profissional fosse dotada de uma receita milagrosa que levaria ao emprego, repassando ao indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso em relação à sua inserção no mercado de trabalho, quando, na realidade, não há postos de trabalho suficientes para todos (as) os (as) trabalhadores (as).

Assim, a categoria da empregabilidade, que difere da ideia de emprego estável, torna-se expressiva no contexto de retração do investimento produtivo e, portanto, do crescimento do desemprego, da insegurança e da desproteção social, típicos do atual cenário econômico.

Para Sousa e Pereira (2006, p.75),

Situando-se nessa conjuntura sócio-histórica, as medidas educativas estão desenhadas nas políticas, aqui consideradas em íntima articulação com a ideia de empregabilidade que nelas se caracteriza como a capacidade individual de movimentar-se em um contexto marcado pela retração do investimento produtivo, com normas de contrato flexíveis, configurações heterogêneas de ocupação e constante prenúncio de desemprego.

Outra categoria presente nessa discussão, que emerge como exigência também do novo modelo de regulação capitalista, diz respeito à noção de competência. O conceito de competência envolve atributos que extrapolam o mero desempenho técnico e está mais ligado a uma dimensão subjetiva e cognitiva do indivíduo, que deve se mostrar capaz de abstrair conhecimentos práticos e teóricos, incorporar valores e atitudes. Em outros termos, com capacidade ampliada para avaliar e intervir.

A noção de competência se insere, como princípio norteador, nas atuais políticas de educação/qualificação profissional e trabalho e geração de renda, pois

ela adquire relevância nesse contexto de intensas mudanças produtivas e organizacionais.

Nas palavras de Sousa e Pereira (2006, p. 81):

A noção de competência, subliminar ou explícita nessas políticas, coloca-se como uma atualização da noção de qualificação profissional frente às novas demandas do capital. Situa-se, portanto, como resultado de um elo entre aprendizado formal e a experiência adquirida no próprio exercício laboral, o que envolve, além do domínio de tarefas e operações, conhecimentos, habilidades sociais e intelectuais, atitudes e comportamentos requisitados em determinadas áreas de trabalho ou setores da economia.

Portanto, a noção de competência é parte integrante dessa lógica que orienta a estratégia de recomposição das relações entre capital e trabalho, possuindo, então, dimensões político-ideológicas e culturais relevantes.

Nas palavras de Lavinias (2001), o divisor de águas entre trabalhadores empregáveis ou não empregáveis reside no seu grau de aptidão para um determinado trabalho. No enfoque da competência, há muito mais em jogo do que tão somente a aptidão específica. Demandam-se qualidades cujo domínio tem aprendizado distinto e também outras dimensões cumulativas (sociais, políticas, intelectuais e culturais).

Outra noção presente nesse contexto de desestruturação das relações de trabalho, realçadas pela precarização dos empregos, informalidade e desemprego, diz respeito à questão do empreendedorismo acompanhada da ascensão da cultura do autoemprego em suas variadas formas (cooperativismo, associativismo e economia solidária).

O cooperativismo e o associativismo são formas seculares de produção e organização das relações de trabalho, e atualmente se colocam como alternativas ao contemporâneo processo de desemprego e exclusão social. A economia solidária também aparece nesse processo com práticas referenciadas na propriedade coletiva e associada. Nas palavras de Singer (2003, p.33), ela “surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho”.

Em seu sentido mais amplo, a questão do cooperativismo e do associativismo pode significar a possibilidade de “emancipação para a classe trabalhadora” (HINS, 2014, p.177). A cooperação pode ser considerada como um dos meios para se atingir a emancipação total da classe trabalhadora, “como um tipo

de oficina do futuro, quando, juntamente com o patronato, também as outras causas da exploração tiverem sido definitivamente abolidas” (HINS, 2014, p.178).

Essas formas de organização do trabalho se baseiam no princípio da mutualidade, a qual consiste em

Que os membros pratiquem entre si a reciprocidade do empréstimo, do desconto, das garantias, dos serviços e dos produtos, intercambiando todos os produtos e serviços por aquilo que valem, isto é, por aquilo que custam como trabalho e como despesas, ou mais claramente, como custos de consumo do produtor e custos de ferramentas e matérias-primas (BUCHENER ET AL, 2014, p.170).

Contudo, essas duas formas são apropriadas pelo capital e revestidas de outros sentidos, assumindo novo papel nesse contexto de recrudescimento das relações de trabalho. Como afirma Pochmann (2011, p.71), há a revitalização de distintas formas de trabalho autônomo, e

Com isso, houve a ampliação dos negócios no Brasil associados a empreendimentos de natureza formal cooperativa e empresas sem mais a presença de empregados (unipessoais). Ou seja, a conversão de empresas de assalariamento em empreendimentos travestidos de cooperativas devido à possibilidade de contratação de mão de obra sem custos sociais e trabalhistas, assim como a transformação de antigos empregados assalariados em empreendedores de si próprios com menores custos de contratação pelas empresas.

A noção de empreendedorismo é incorporada nas propostas governamentais de geração de trabalho e renda, como observado no Programa Mulheres Mil, pois este traz também como objetivo:

Capacitar as educandas para a compreensão e o exercício da economia solidária, do empreendedorismo, do cooperativismo e do associativismo como oportunidades de geração de renda e de melhor desempenho no mundo produtivo (BRASIL, 2014, p.26).

O empreendedorismo não é uma invenção do capitalismo, mas ganhou relevo no contexto contemporâneo. Para Munhoz et al (2008), o capital passa a disseminar a ideia de que os trabalhadores podem, autonomamente, encontrar novos meios de aquisição de renda, seja por atividades *free-lancers*, seja por empreendimento próprio.

Uma forte carga ideológica está presente nessa noção, e os argumentos mais comuns, conforme Alvim et al (2012, p. 5), são:

i) de que o *ethos* empreendedor, enquanto característica universal pode ser desempenhado indiscriminadamente por todo e qualquer indivíduo, excluído

ou não do sistema produtor de mercadorias; **ii**) de que o empreendedorismo consiste em uma boa solução para o problema do desemprego estrutural; e, finalmente **iii**) de que serão aproveitadas, a partir da razão empreendedora, características inerentes aos próprios indivíduos que, “naturalmente”, já possuem o DNA de empreendedor.

Essa forte carga ideológica propugna a cultura do autoemprego, que se baseia na defesa do trabalho por conta própria, como mobilizador de virtudes empreendedoras. O empreendedorismo passa a compor a base da nova cultura do trabalho desvinculada do assalariamento e individualista.

Nas palavras de Barbosa (2007, p.83-84):

O empreendedorismo consiste num desdobramento da ideologia e da institucionalidade neoliberal voltada para a liberalização da economia e a quebra das regulamentações sociais [...] A retomada do empreendedorismo na cultura restauracionista dos tempos que ocorrem o reatualiza e o reinsere nas necessidades essenciais do processo de acumulação e de dominação social.

Ainda de acordo com essa autora, o pequeno negócio, como empreendimento, aparece como possibilidade para trabalhadores desempregados, tendo em vista o enxugamento, o incremento tecnológico, microeletrônico e informacional das grandes empresas.

Assim, a cultura do autoemprego, seja como realidade concreta, seja como ideologia, se realiza por conta própria e passa a compor e dar coerência ao mundo de subjetividades coletivas presentes na reestruturação capitalista.

Ela torna-se útil no novo ordenamento político e econômico do sistema capitalista, caracterizado pela restrição de direitos e de empregos formais, em que o Estado limita sua atuação para com as políticas sociais, inclusive a educação pública, política organizada em estreita relação com as demandas postas pelo mundo do trabalho. As determinações do capital afetam tal política por esta fazer parte da totalidade dos processos sociais, afinal, os processos educacionais e os processos sociais de produção e reprodução estão intimamente ligados.

Para Mészáros (2008, p. 35, grifos do autor),

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema de capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas.

Dessa maneira, as mudanças oriundas da forma de organização da produção e do trabalho repercutem no direcionamento das atividades político educacionais de um país, haja vista que por meio da educação se procede à transmissão e o entendimento do saber social e historicamente produzido. Nesse sentido, o processo educativo não é neutro. Como assevera Mészáros (2008, p. 44), as determinações gerais do capital afetam profundamente cada âmbito particular com alguma influência na educação. “A questão crucial, sob domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema”.

A retomada do empreendedorismo no contexto neoliberal, simultaneamente ao desassalariamento sem precedentes da classe trabalhadora, só pode ser entendido se se partir do pressuposto de que é um elemento importante da ideologia no mundo capitalista contemporâneo, pois há imposição de um conjunto de ideias, valores e comportamentos, formulados a partir dos interesses de um grupo social relevante, claramente direcionado para a manutenção de relações de dominação/exploração (ALVIM et al, 2012).

No Brasil, a proporção de homens e mulheres empreendedores/as em estágio inicial se aproximou a 50,7% e 49,3%, respectivamente, em 2010, conforme dados extraídos da pesquisa realizada pela GEM-Brasil (Global Entrepreneurship Monitor) (COSTA, 2012).

A autora destaca que cabe observar, no período estudado (2002 a 2010), que a diferença em termos percentuais foi diminuindo, chegando a proporção feminina a superar a masculina em 4,8 p.p. e 6,0 p.p. nos anos de 2007 (52,4%) e 2009 (54%). Ela conclui que estes e outros dados levam a equipe do GEM a afirmar que a mulher brasileira é uma das que mais empreendem no mundo.

Contudo, o aumento da participação das mulheres brasileiras em atividades empreendedoras não assegura que se trate de um trabalho com remuneração adequada e contínua, exercido em condições de autonomia e equidade e com garantias trabalhistas efetivas.

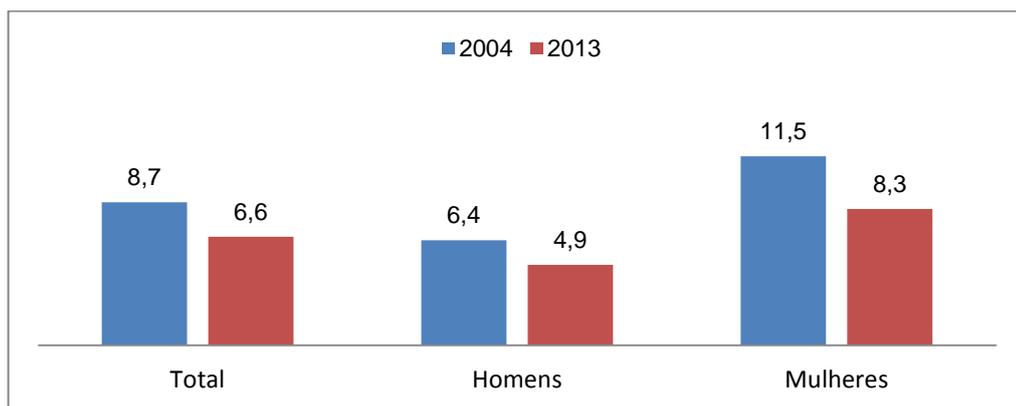
Para Bulgavoc et al (2010, p. 338), o crescimento da participação da mulher nessa atividade é uma característica do empreendedorismo dos países pobres ou em desenvolvimento, e analisando os dados da pesquisa GEM do ano de 2007, as autoras destacam:

Os países da América Latina encontram-se no *ranking* de maior participação feminina na taxa de empreendedorismo (TEA). Entre os sete países com maior taxa de empreendedorismo feminino destacam-se, por ordem decrescente: Peru (26%), Tailândia (26%), Colômbia (19%), Venezuela (17%), República Dominicana (14,5%), China (13,4%) e Brasil (12,7%).

Com bases nesses dados, é possível refletir que essas práticas de empreendedorismo vêm crescendo em países pobres ou em desenvolvimento, como o caso do Brasil, pois, nesses países, o contexto de pobreza e exclusão social é agravado com o processo de reordenamento do capital, e as atividades empreendedoras apresentam-se como alternativas de sobrevivência e inserção no mercado de trabalho.

Isso se dá principalmente para o segmento feminino, uma vez que a pobreza e a desigualdade se expressam de maneira mais contundente devido à posição social, econômica e histórica que as mulheres ocupam na sociedade. Conforme dados expostos na síntese de indicadores sociais/2014 do IBGE (indicados no Gráfico 1), a população feminina teve uma redução no nível de desocupação, no período de 2004-2013, um pouco maior que a masculina, mas as mulheres representam ainda o maior contingente de desocupados (3,7 milhões) e registraram a maior taxa de desocupação (8,3%).

GRÁFICO 1 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO POR SEXO NO BRASIL (2004-2013)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

O fato de as tarefas domésticas ainda aparecerem como de responsabilidade feminina faz com que por meio do autoemprego elas tentem amenizar o conflito entre a vida familiar e a vida profissional. Nas palavras de Bulgacov et al (2010, p.341):

A profissionalização da mulher não ocorre na mesma perspectiva que a masculina. O homem busca o trabalho como sua principal atividade, enquanto a mulher define sua carreira buscando equilibrar a vida familiar, seus sonhos e objetivos, com a vida profissional. Nesse sentido, o empreendedorismo é visto, para as mulheres, como uma alternativa de geração de trabalho e renda, possibilitando-lhes ter controle do seu tempo, seu futuro e seu destino profissional.

Na realidade do Programa Mulheres Mil/Campus Monte Castelo, essa questão do empreendedorismo é tratada em disciplina que compõe o conteúdo programático dos cursos (conforme demonstrado no Quadro 3). Nessa disciplina, de acordo com as informações repassadas pela Coordenação do Programa:

O conteúdo tratado foi direcionado de acordo com cada curso, e repassado às alunas de maneira simples. Trabalhou-se o conceito de empreendedorismo, como este faz parte das discussões do mundo do trabalho, do emprego, da empregabilidade, apresentado a elas o que é ação empreendedora, através de um plano de negócios simplificado, e micro empreendedor individual.

Abordamos também sobre cooperativismo, trabalhando conceito, forma e prática de como montar uma cooperativa. Realizamos, ainda, palestra com a Assistente de Negócios do Cred Amigo do Banco do Nordeste, onde foi explicado às alunas sobre financiamento para pequenos negócios (LÍRIO, 2014).

É possível observar, nesse contexto de desemprego e informalidade, o impulso ao empreendedorismo, fomentado pelas prerrogativas neoliberais, presentes nas propostas de qualificação profissional e geração de renda para as mulheres, o impulso à figura jurídica do (a) Micro Empreendedor (a) Individual (MEI).

O MEI é amparado pela Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, que criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um MEI legalizado.

Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo, ou o piso da categoria (Portal do empreendedor, 2014).

O MEI é enquadrado no simples nacional e ficará isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL). Assim, pagará apenas o valor fixo mensal de R\$ 37,20 (comércio ou indústria), R\$ 41,20 (prestação de serviços) ou R\$ 42,20 (comércio e serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Essas quantias são atualizadas anualmente, de acordo com o

salário mínimo. Com essas contribuições, o (a) Microempreendedor (a) Individual tem acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros (Portal do empreendedor, 2014).

Outro objetivo presente ainda na proposta do Programa Mulheres Mil é “capacitar técnica e pedagogicamente equipes multidisciplinares integrantes do programa no domínio da Metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Mulheres Mil” (BRASIL, 2011, p. 9).

Nesse sentido, investigou-se se houve capacitação para os profissionais da Coordenadoria atuar no Programa. A resposta foi que no ano de 2010, 2011 e 2012, a Coordenadoria Nacional do Programa Mulheres Mil – SETEC/MEC realizou oficinas da Metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Programa Nacional Mulheres Mil. Esses encontros ocorreram em Brasília/DF e congregaram representantes de todos os estados do país.

Em 2013, as capacitações se intensificaram através de *web* conferências, e os conteúdos abordados foram em torno da metodologia de execução do Programa; orçamento disponibilizado para as ações e discussão sobre o papel da escola para atender as mulheres.

Em nível de IFMA, é realizado anualmente um fórum com representantes de todos os campi, para socialização das atividades realizadas e discussão das dificuldades e dos avanços na realização do Programa Mulheres Mil.

Nas conversas realizadas com a atual coordenador percebeu-se que a equipe responsável pelo Programa demonstra entendimento sobre a situação e o papel da mulher na sociedade. Entretanto, não aprofundam a discussão em torno das questões de gênero; nem mesmo nos próprios fóruns institucionais essa temática ganha maior ênfase, restringindo-se apenas às discussões sobre a organização prática e orçamentária dos cursos.

E como já mencionado, com as mulheres, a temática de gênero só é transversalizada em palestras sobre violência, Lei Maria da Penha e saúde da mulher, no primeiro momento do curso, nas disciplinas de base. As palestras em relação à saúde da mulher foram ministradas por profissionais da área (médica ginecologista), e abordados temas relacionados às DSTs/Aids, e também sobre o câncer de colo de útero e de mama. Os assuntos relacionados à violência doméstica, com ênfase nos tipos de violência contra as mulheres, espaços de denúncia e a própria Lei Maria da Penha foram abordados por profissionais do

IFMA/Campus Monte Castelo (assistentes sociais, professores) e delegada convidada.

Durante o período investigado, algumas dificuldades foram percebidas e até mesmo relatadas pela coordenadoria para realização dos cursos do Programa, como o atraso de algumas atividades por falta de recursos financeiros para a aquisição de material de aula prática, no caso do Curso de Preparo, Conservação e Congelamento de alimentos, e também a disponibilidade de professores para o andamento das aulas.

As dificuldades em relação ao espaço físico estrutural da instituição também foram apontadas, pois, conforme relato a seguir, há no campus muita demanda para pouco espaço, ou seja, salas de aula disponíveis para atender à demanda do Programa.

Precisamos também buscar uma solução em relação ao espaço físico que a Instituição tem para nos oferecer, pois necessitamos de um ambiente onde poderíamos atender essas alunas com um maior conforto e qualidade (ROSA, 2014).

Outra dificuldade elencada é o descompasso de tempo entre o término do curso e a certificação das alunas. De acordo com as informações, as turmas que iniciaram em 2012 nos cursos de Atendente de Lanchonete e Customização de Roupas, e os cursos de 2013: Camareira em Meios de Hospedagem, Cuidador de Idosos e a segunda turma de Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos, ainda estão em fase de organização de certificação. As alunas concluíram os cursos, mas ainda não receberam os certificados, o que gera descontentamento entre elas, como expuseram MMIL 2 e MMIL 3:

Se a gente fosse precisar do certificado pra procurar emprego?!, Eu vi no jornal uma vaga que precisava de camareira, mas que tinha que comprovar (MMIL 2).

Teve uma coisa que eu não gostei: o certificado que a gente ainda não ganhou. Pelo sacrifício que a gente fez pra tá lá, o interesse deles lá em entregar o certificado. Isso dificulta na hora de procurar um emprego na área (MMIL 3).

Pode-se depreender da aproximação com o objeto de estudo que os tipos de cursos oferecidos às mulheres e a possibilidade que estes têm de auxiliá-las na sua inserção no mundo do trabalho situam-se numa perspectiva do já tradicionalmente pensado em termos de geração de renda para o segmento

feminino, bem como na acepção dos espaços a serem ocupados por elas, historicamente marcados pelo patriarcado e pela divisão sexual do trabalho.

Conforme a afirmação de Yannoulas (2003, p. 48),

Na sociedade capitalista moderna, o trabalho feminino remunerado integrou-se a uma divisão sexual horizontal do mercado de trabalho, segundo a qual as mulheres concentram-se em um determinado setor de atividade (em função das características atribuídas culturalmente às mulheres, através da identidade feminina predominante na época considerada). Suas ocupações têm em comum o fato de serem derivadas das funções de reprodução social e cultural, tradicionalmente desempenhadas pelas mulheres. Quando não, são extensões diretas da domesticidade, requerem qualidades muito estimuladas na socialização das meninas (paciência, docilidade, meticulosidade, delicadeza etc.), por exemplo, nas linhas de montagem da indústria eletromecânica.

As qualificações profissionais ofertadas no Programa Mulheres Mil se inserem no setor de serviços e estão moldadas pelo tradicional papel feminino na esfera da reprodução, caracterizado na responsabilidade das atividades relacionadas ao preparo de alimentos, ao cuidado com a casa, com os filhos, maridos e companheiros. Nesse setor, aparecem com maior concentração as atividades de tempo parcial, segmentadas, com contratos de trabalho por tempo determinado e trabalhos em domicílios, e ainda baixas remunerações.

Ainda como aponta Yannoulas (2003), a segmentação ocupacional no Brasil é das mais acentuadas, concentrando-se o trabalho das mulheres em poucas atividades do setor de serviços: serviços pessoais, administração pública, saúde, ensino, serviços comunitários, comunicações.

Percebe-se ainda que no Programa há o incentivo a formas de empreendedorismo, tão propugnadas no atual contexto de organização do trabalho e das relações sociais, em que as mulheres possam equilibrar tais responsabilidades com a perspectiva profissional, o que se torna funcional à ordem vigente representada no já citado tripé machismo-racismo-capitalismo.

## 4 IMPACTOS DO PROGRAMA MULHERES MIL NA PROMOÇÃO DE GERAÇÃO DE RENDA PARA MULHERES EM SÃO LUÍS

Neste capítulo propõe-se realizar uma discussão em torno de possíveis impactos do Programa Mulheres Mil na promoção de geração de renda para as mulheres que participaram dos seus cursos de qualificação em São Luís. Parte-se então, da fala das mulheres, principais sujeitos da realidade empírica investigada, buscando-se entender e explanar sobre o alcance previsto na proposta do Programa na vida delas, ou seja, sua (re) inserção no mundo do trabalho.

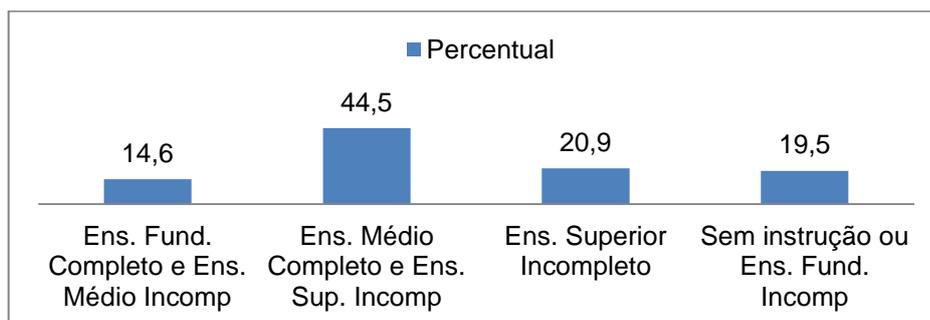
Para tanto, faz-se necessária também uma breve caracterização de São Luís com algumas informações acerca de gênero, na tentativa de evidenciar dados sobre a população feminina da cidade, conforme o disposto no tópico a seguir.

### 4.1 Estatísticas sobre a população feminina de São Luís

A capital do estado do Maranhão possui, segundo dados do IBGE (2014), população estimada em 1.064.197 habitantes e IDHM de 0,768 (ATLAS BRASIL, 2013). De acordo com o Sistema Nacional de Informações por Gênero (SNIG), a partir da análise do Censo Demográfico de 2010, a contribuição das mulheres no rendimento familiar em São Luís teve média percentual de 43,4. A taxa de mulheres, com 16 anos de idade ou mais e rendimentos de até um salário mínimo, equivaleu a 34,1%, e das mulheres com a mesma faixa de idade, sem rendimentos, foi de 35,2%.

Em relação às mulheres ocupadas, com 25 anos ou mais de idade e os diferentes níveis de formação, tem-se o seguinte gráfico:

GRÁFICO 2 – PERCENTUAL DE MULHERES OCUPADAS COM 25 ANOS OU MAIS DE IDADE



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Sistema Nacional de Informações por Gênero/IBGE (2014)

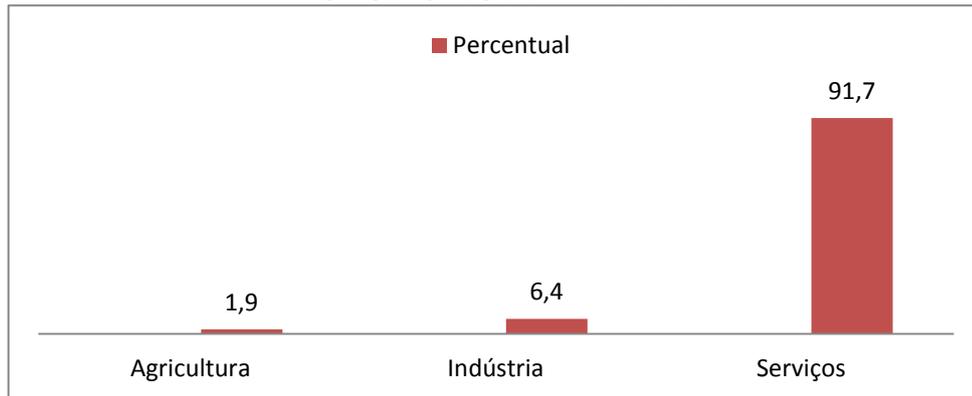
O Gráfico 2 nos remete à reflexão de que a educação é um dos atributos mais significativos para se avaliar as desigualdades existentes na sociedade, seja ela de gênero, seja racial ou econômica. Historicamente, os movimentos feministas e de mulheres têm alertado para as dificuldades enfrentadas pelas mulheres e que é necessária a igualdade de direitos, de educação e de profissionalização, para que elas ampliem sua atuação no espaço público, político e social.

É sabido que as mulheres economicamente ativas ultrapassam os homens economicamente ativos em escolaridade (geralmente elas possuem 7 anos a mais), entretanto, elas recebem salários inferiores aos dos homens. Isso revela que a escolaridade ainda não constitui um fator que possibilita às mulheres acessar postos de trabalho de igual qualidade e remuneração que os homens. Assim, os avanços das mulheres em relação à escolaridade não tem sido suficientes para alterar, de forma substancial, as desigualdades socioeconômicas.

O discurso da competência também marca esse contexto de inserção das mulheres em atividades ocupacionais, pois exige uma supervalorização da subjetividade daquele(a) que aprende ou daquele(a) que trabalha, ressaltando a capacidade de aprendizagem, de saber resolver problemas, a flexibilidade, a polivalência, entre outras características, e tende a formar trabalhadores e trabalhadoras em diferentes tipos de habilidades humano-relacionais concomitante às técnico-profissionais. Há uma explícita valorização dos recursos e qualidades femininas, relacionadas com a sensibilidade, a capacidade de comunicação (transmitir e saber escutar) e a visão de equipe (trabalho cooperativo e solidário) (YANNOULAS, 2003).

No que diz respeito à ocupação das mulheres por ramo de atividade, pode-se visualizar que a concentração de mulheres no setor de serviços se destaca em São Luís (91,7%), seguindo a tendência nacional, o que ratifica as considerações de que as mulheres se concentram em setores de atividades marcados pela divisão sexual do trabalho.

GRÁFICO 3 – PERCENTUAL DE MULHERES, COM 16 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS POR SETORES DE ATIVIDADE



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Sistema Nacional de Informações por Gênero/IBGE (2014).

A segregação ocupacional por gênero, ou seja, a concentração de oportunidades de trabalho para as mulheres em setores específicos revela como as mulheres estão em desvantagem em relação aos homens, em termos de salários, ascensão profissional e condições de trabalho. Dessa forma, os trabalhos em tempo parcial, ocasionais ou sazonais, são mais frequentes entre elas, respondendo à necessidade de harmonizar o desempenho doméstico e profissional.

Ainda ao se observar o gráfico acima, verifica-se como há uma sub-representatividade das mulheres na agricultura. Na agricultura familiar as mulheres, além de cuidar da casa, participam das atividades no campo e se responsabilizam pelos trabalhos do quintal. Na verdade realizam atividades agrícolas, como hortas, pequeno roçado para consumo, transformação de alimentos e ainda trato de animais de pequeno porte destinados ao consumo direto da família. Contudo, não são consideradas trabalho, pois não são contabilizadas em termos monetários, geralmente, esses trabalhos são considerados uma extensão das tarefas domésticas (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Os estudos de Heredia e Cintrão (2006, p.109), partindo das análises de Melo e Sabbato, ressaltam que o trabalho da mulher rural ainda é visto como ajuda e/ou extensão do trabalho doméstico, e acrescentam:

Essa é uma indicação adicional de que o trabalho da mulher nas atividades de consumo (em geral relacionadas ao “quintal”) é visto como uma extensão do trabalho doméstico, reforçando a invisibilidade que cerca a percepção sobre o papel feminino na agricultura familiar.

Ademais, as mudanças decorrentes da globalização da produção, do comércio e da reestruturação econômica mundial, visualizadas nos programas de

estabilização e ajuste estrutural, especificamente com reforma do Estado, diminuição do gasto público, privatizações e redução de postos de emprego, provocaram quedas no gasto público na área social e baixas salariais, sentidos principalmente pela população feminina.

Desse modo,

Pela sua tradicional função social de domesticidade e pelo aumento dos lares chefiados por mulheres, elas assumiram grande parte das consequências negativas dessas medidas de estabilização e ajuste estrutural, que diminuíram o papel do Estado como agente do bem-estar social com a concomitante privatização de responsabilidades sociais, principalmente nas áreas de Saúde e Educação (o denominado “ajuste invisível”). Na atualidade existem mais mulheres que trabalham remuneradamente e as mulheres em conjunto trabalham semanalmente mais horas, em condições desfavoráveis, para garantir que as crianças e os idosos da sua família tenham acesso a serviços de Educação e de Saúde (YANNOULAS, 2003, p. 59).

As mudanças assinaladas acima, além da inflexão e do aumento da precarização nos postos de trabalhos, demonstram a elevação da exclusão social e pobreza e impulsionam as mulheres a assumirem ocupações para garantir a sobrevivência de suas famílias.

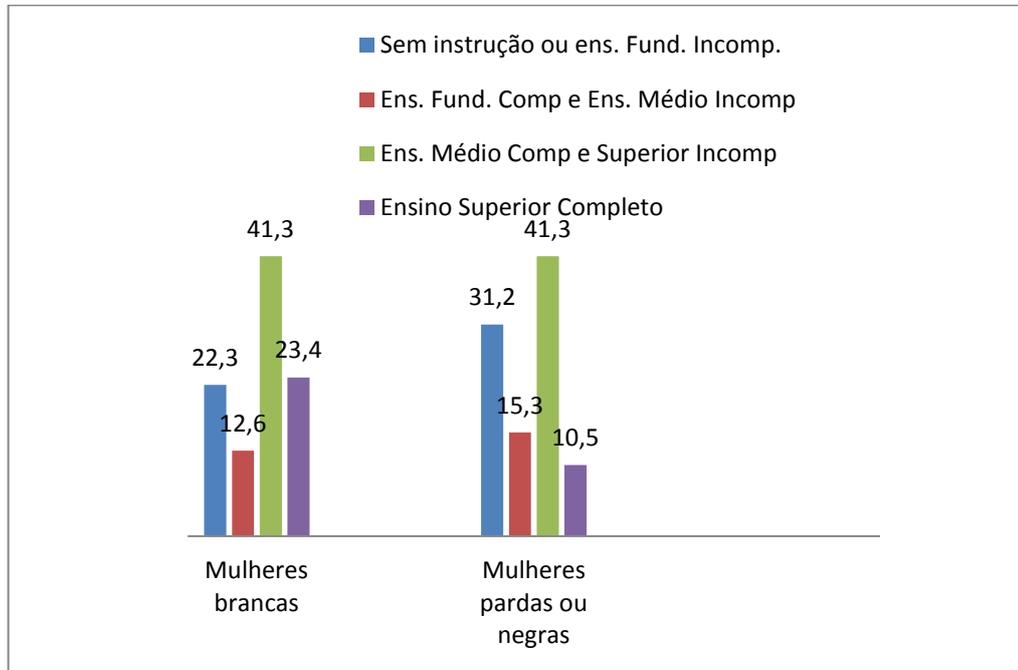
Em São Luís, a proporção de famílias chefiadas por mulheres do tipo casal e com filhos teve marca de 29,3%. Já nas famílias do tipo casal sem filho, o percentual foi de 30,2%. No tipo de famílias sem cônjuge, mas com filho, a taxa foi de 89,6%. A proporção de famílias em que a mulher era responsável pela família, com rendimento familiar *per capita* até 1/2 salário mínimo foi de 54,7%. Nas famílias em que a mulher era responsável pela família com rendimento familiar *per capita* de mais de 2 salários a taxa correspondeu a 39,4%.

Em relação à cor ou raça, nas famílias em que as mulheres brancas eram responsáveis, a taxa correspondeu a 45,1% e nas famílias em que as mulheres pardas ou negras eram as responsáveis foi de 48,3%.

Cada vez mais as mulheres têm assumido posições que exigem conciliação das atividades domésticas com os desafios profissionais – muitas das vezes marcados por ocupações precárias – e também a provisão única do núcleo familiar, sendo assim responsáveis pela sustentação econômica de suas famílias e ainda pelas tarefas impelidas a elas pela divisão sexual do trabalho, as de cuidados com a casa e com a criação dos filhos.

No que diz respeito à educação/escolaridade das mulheres em São Luís, tomando ainda como referência os dados do SNIG, observando-se os níveis de educação, e a cor ou raça da população feminina, construiu-se o Gráfico 4 a seguir:

GRÁFICO 4 – ESCOLARIDADE DAS MULHERES POR NÍVEIS DE INSTRUÇÃO E RAÇA/COR (%)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Sistema Nacional de Informações por Gênero/IBGE (2014)

Percebe-se nesse gráfico que as mulheres pardas ou negras, se comparadas às mulheres brancas, possuem maior dificuldade de acesso à educação/escolaridade, já que 31,2% dessa população não possuem nenhuma instrução ou possuem ensino fundamental incompleto. E somente 10,5% conseguiram alcançar o ensino superior completo.

Esses índices revelam que as disparidades entre as mulheres ocorrem também em termos de sexo, classe e raça/etnia e que a população de mulheres negras ocupa taxas mais elevadas em relação às dificuldades de acesso à educação e também a outras áreas, como, por exemplo, mercado de trabalho, se comparada à população de mulheres brancas.

Vale destacar ainda que

A situação da mulher negra no Brasil de hoje manifesta um prolongamento da sua realidade vivida no período de escravidão com poucas mudanças, pois ela continua em último lugar na escala social e é aquela que mais carrega as desvantagens do sistema injusto e racista do país. Inúmeras pesquisas realizadas nos últimos anos mostram que a mulher negra

apresenta menor nível de escolaridade, trabalha mais, porém com rendimento menor, e as poucas que conseguem romper as barreiras do preconceito e da discriminação racial e ascender socialmente têm menos possibilidade de encontrar companheiros no mercado matrimonial (SILVA, 2014, s/p).

Dessa forma, entende-se que a situação da mulher negra é marcada por uma dupla discriminação: ser mulher, numa sociedade machista, e negra, numa sociedade que é racista.

É possível refletir ainda que a taxa de mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (23,3% para mulheres brancas e 31,2% para pardas e negras) em São Luís é bem expressiva do analfabetismo e conforme Melo e Soares (2005), um dos principais indicadores para se mensurar a exclusão e a vulnerabilidade social enfrentada pelas mulheres.

Em termos de pobreza entre as mulheres, verificou-se de acordo com o Censo Demográfico de 2010, que da população total do município nesse ano (1.014.837), 64.439 encontravam-se em situação de extrema pobreza, isto é, com renda *per capita* abaixo de R\$ 70,00 (setenta reais). No recorte de gênero, do total de extremamente pobres em São Luís, 34.904 são mulheres (54,2%) e 29.535 são homens (45,8%) (BRASIL, 2014).

Assim, como o já exposto por Farah (2004), Melo (2005) e Yannoulas (2003), a pobreza tem recorte de gênero, o que se visualiza também no aumento da proporção de mulheres que chefiam suas famílias, no caso específico de São Luís, famílias em que a renda *per capita* é até de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, 54,7% possuem uma mulher como responsável pelo núcleo familiar. E ela se expressa ainda de maneira mais contundente para as mulheres, porque decorre da rigidez dos papéis culturalmente atribuídos a elas, refletindo no acesso limitado delas ao poder, ao trabalho, à educação e à capacitação.

Após essa caracterização estatística, com base em alguns indicadores sobre a população feminina em São Luís, é necessário frisar que as iniciativas de geração de renda para as mulheres passam a ter centralidade mediante as demandas impostas pelo novo modelo de acumulação, embasado no processo de reestruturação produtiva e no neoliberalismo. Então, indaga-se: representam práticas com possibilidade alternativa e concreta de inserção no mundo do trabalho, nesse contexto em que há intensos rebatimentos às relações de trabalho e emprego?

Vê-se que

Tais mudanças afetaram os trabalhadores em geral, porém com especificidades derivadas da continuidade da **divisão sexual do trabalho**. De um lado, os programas de estabilização e ajuste estrutural (reforma de Estado, diminuição do gasto público, privatizações, redução do emprego público) provocaram quedas no gasto público na área social e baixas salariais, entre outros efeitos particularmente sofridos pelas mulheres (YANNOULAS, 2003, p.59, grifos da autora).

Ainda é possível afirmar que, embora tenha havido uma precarização do trabalho de modo geral, para as mulheres este processo significou uma pressão maior de submissão ao trabalho informal, instável e precário. Isso por razões, tanto de ordem simbólica quanto de expressão material, relacionadas à pretensa desqualificação feminina frente ao novo padrão de acumulação, exigente da máxima qualificação da força produtiva, com a articulação entre aprendizagem formal e experiência laborativa, domínio de tarefas e operações, habilidades sociais e intelectuais.

Dessa forma, as mulheres foram assumindo, não exclusivamente, os trabalhos relacionados com o setor de serviços e os trabalhos que poderiam ser desempenhados em casa, todos, na sua grande maioria, expressão da insegurança e precariedade do trabalho: sem carteira assinada, emprego doméstico, autônomo e familiar, que oferecem baixos rendimentos.

Consoante à literatura estudada, em que se vislumbrou o aumento da responsabilidade das mulheres pela manutenção de suas famílias e no recorte de gênero na pobreza, tornou-se possível compreender que as políticas voltadas ao trabalho, especificamente as de geração de renda não têm sido suficientes para alterar substancialmente a realidade acima descrita, porque elas refletem ações focalizadas e compensatórias. Tal perspectiva focalista evidencia um esvaziamento do sentido da categoria trabalho.

Como afirma Barbosa (2007) sobre as propostas de geração de renda, estas consistiram em uma alternativa na agenda pública, tornando-se uma modalidade do sistema público de emprego, em resposta às mudanças oriundas do mundo do trabalho, em específico no que se referiu à sociedade assalariada.

As ações contidas nas propostas de geração de renda se apresentam ainda como residuais<sup>16</sup> e se destinam aos segmentos mais pobres da população. Para Gomes (2011, p. 57):

A população-alvo tornou-se aquela em situação de pobreza e gradativamente iniciativas que deveriam pertencer a uma esfera que visa o campo do mundo do trabalho, passou a ser deslocado para outras esferas como a Assistência Social, na trajetória dos programas de combate à pobreza, diminuindo relativamente a importância do desemprego enquanto questão central de uma conjuntura macroeconômica.

De posse dessas análises teóricas e considerando a conjuntura que determina as ações e programas de geração de renda no País, passe-se a discutir analiticamente os impactos do Programa Mulheres Mil em São Luís sobre a vida das mulheres participantes.

#### 4.2 Quem são as mulheres mil?

As mulheres beneficiadas pelo Programa Mulheres Mil residem em comunidades da capital São Luís consideradas periféricas e de risco social. Em sua maioria são pardas e negras, com idade entre 27 e 52 anos, já têm filhos, algumas casadas, outras, não, com diversos níveis de escolaridade, mas com predominância do Ensino Médio Completo. Grande parte é assistida por programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF).

Esse perfil se coaduna com o proposto pelo programa de “acesso de mulheres em situação de vulnerabilidade, à educação e ao mundo do trabalho” (BRASIL, 2011).

QUADRO 5 – PERFIL DAS MULHERES EGRESSAS DO PROGRAMA MULHERES MIL

NOME	IDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS	RAÇA/COR	ESCOLARIDADE	PBF
MMil 1	41 a	Casada	2	Parda	Ensino Médio Completo	Não
MMil 2	27 a	Casada	2	Parda	Ensino Médio Completo	Sim
MMil 3	33 a	União estável	2	Parda	Ensino Médio Completo	Sim

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no instrumental de entrevista.

<sup>16</sup> Entende-se neste estudo essas propostas como residuais porque fazem parte de um contexto onde as ações de geração de renda estão voltadas para o combate à pobreza, focadas apenas em minimizar seus efeitos e não em garantir a sua superação, tomando como público segmentos à margem dos processos econômicos integradores.

QUADRO 5 – PERFIL DAS MULHERES EGRESSAS DO PROGRAMA MULHERES MIL  
(Continuação)

NOME	IDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS	RAÇA/COR	ESCOLARIDADE	PBF
MMil 4	52 a	Casada	7	Parda	Ensino Fundamental Completo	Sim
MMil 5	29 a	Solteira	0	Negra	Ensino Médio Completo	Sim
MMIL 6	43 a	Casada	2	Negra	Ensino Médio Completo	Sim
MMIL 7	46 a	Solteira	2	Parda	Ensino Médio Completo	Não
MMIL 8	27 a	Solteira	1	Parda	Ensino Médio Completo	Não <sup>17</sup>
MMIL 9	47 a	Solteira	9	Negra	Ensino Fundamental Completo	Sim
MMIL 10	38 a	Solteira	0	Branca	Ensino Superior/Cursando	Não
MMIL 11	39 a	Casada	4	Parda	Ensino Médio Completo	Sim
MMIL 12	42 a	Casada	1	Parda	Ensino Médio Completo	Não
MMIL 13	36 a	Solteira	2	Negra	Ensino Superior/Cursando	Não

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir do instrumental de entrevista.

Pode-se depreender do perfil das egressas, em que doze mulheres se declararam negras ou pardas, que as dificuldades de acesso a oportunidades de trabalho, educação e capacitação são marcantes para as mulheres, ao analisar o quesito raça/cor, como já assinalado no item anterior tomando por base os indicadores do SNIG na cidade de São Luís.

No perfil das egressas entrevistadas, identificou-se que quatro mulheres são as únicas responsáveis pelo sustento da casa e dos filhos, o que corresponde dizer que 30,7% das egressas, da amostra, são chefes de suas famílias.

O aumento de famílias chefiadas por mulheres, em que estas são responsáveis pelo sustento financeiro de suas casas e pela criação dos filhos, é reconhecido na proposta de implementação de programas como o Mulheres Mil.

Em relação à escolaridade das entrevistadas, duas declararam possuir ensino fundamental completo, nove possuem ensino médio completo e duas estão cursando ensino superior (Gestão em Recursos Humanos e Engenharia Ambiental). Observou-se nessa amostra que em sua maioria as mulheres possuem sete anos ou mais de estudo, mas enfrentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o que corrobora o já discutido nesse estudo: mesmo com vários anos de estudo as

<sup>17</sup> Possui o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pois sua filha é deficiente visual.

mulheres encontram-se fora ou inseridas de forma precária no mundo do trabalho, em ocupações de menor prestígio e com baixos salários.

Dessa maneira, as mulheres foram questionadas sobre como tomaram conhecimento do Programa Mulheres Mil. Todas as entrevistadas relataram que foi através de outras mulheres, como amigas e vizinhas, o que se pode constatar nos relatos a seguir:

Tomei conhecimento do projeto através de uma amiga; como estava desempregada decidi participar. Começou primeiro na escolinha da Associação de Moradores, atrás da Escola Cema Detran, os encontros era de uma vez por semana, era tipo umas palestras, os professores vinham explicar como ia ser e para que servia o curso. No começo tinha poucas pessoas. Eles escolheram o bairro Vila Palmeira por ter pessoas de palafitas e pessoas humildes. (MMIL 1).

Fiquei sabendo por uma irmã da igreja que tinha ido ao IFMA buscar informações sobre outros cursos, aí eu avisei MMIL 3 e fomos fazer a inscrição” (MMIL 2).

Tomei conhecimento lá no meu bairro (Divinéia), a Assistente Social do posto de saúde, estava fazendo uma visita na minha casa, e me informou sobre esses cursos que iam ter na USC. Primeiro eu fiz o curso de alimentos. Quando terminei o de alimentos fiquei sabendo que iria ter a inscrição para o curso de cuidador no IFMA mesmo. Como já trabalhei com duas idosas, eu queria aprender e saber mais. Assim fiz dois cursos do Mulheres Mil!” (MMIL 4).

Eu tomei conhecimento através de uma tia minha que trabalha com uma servidora, aí ela me comentou do curso aqui. Como já possuía a experiência com trabalho de cuidadora de idosos, pois faz três anos que tiro férias de outra pessoa que trabalha como cuidadora, eu me identifiquei com a área e queria fazer o curso (MMIL 5).

A partir do momento em que tomaram conhecimento do curso, as mulheres expuseram que seu interesse em participar dele se deu pela proximidade com a área de formação, seja por já terem tido alguma experiência de trabalho, seja pelo fato que as qualificações eram relacionadas às atividades da esfera doméstica.

De certo modo, os cursos oferecidos no IFMA/Campus Monte Castelo têm reconhecido o saber acumulado por algumas mulheres em sua trajetória de vida, nas áreas de qualificação, pois, conforme o relato das egressas, algumas já tinham experiência ou habilidade com a área do curso frequentado: “Eu me identifiquei com o curso, porque já gostava dessa área de cozinha”; “Como já possuía a experiência com trabalho de cuidadora de idosos, pois faz três anos que tiro férias de outra pessoa que trabalha como cuidadora, eu me identifiquei com a área e queria fazer o curso”.

Procurou-se entender também como era a rotina das mulheres antes de ingressarem nas atividades dos cursos, a fim de visualizar alguns aspectos da divisão sexual do trabalho, categoria que se faz presente neste estudo, subsidiando a análise de como se processam essas ações de geração de renda que têm por público específico mulheres.

Seguem seus depoimentos:

Antes de participar do projeto minha rotina era de dona de casa, como 'tava' desempregada, não tinha mais nada mesmo. Era cuidar da casa, dos filhos, do marido. Hoje faço meus trabalhos de encomenda e os de casa também (MMIL 1).

A minha rotina era só dentro de casa cuidando de menino, da feira pra casa, era só assim a minha rotina (MMIL 3).

Minha rotina era caseira, não tinha ânimo e tempo pra fazer nada, era só rotina de casa, cuidar de filhos, de marido. Não tinha tempo pra sair de casa, conhecer novas pessoas (MMIL 4).

Minha rotina era dos afazeres de casa, ajudando minha mãe, e também do trabalho como consultora de cosméticos, que ainda hoje eu faço (MMIL 5).

Analisando-se as falas das mulheres, pode-se perceber como sua rotina está atrelada às funções domésticas, aos papéis femininos construídos a partir das relações sociais entre os sexos. Transparecem como tarefas determinadas e naturais, como de exclusiva atuação das mulheres na esfera privada, ou melhor, como uma forte marca da divisão sexual do trabalho.

Foi possível perceber ainda, que, mesmo com as novas atribuições profissionais (ou não), as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas tarefas domésticas, o que reafirma aquilo que se apresenta ao logo do estudo, que a posse de responsabilidades profissionais é conciliada com as de ordem doméstica.

Conforme Kergoat (2014), a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva, das mulheres, à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.).

Essa marca da divisão sexual do trabalho reflete profundamente na forma segregadora e discriminadora de inserção das mulheres na esfera produtiva, ou

seja, é profundamente delimitada pelo papel social da mulher na família e na própria manutenção da força de trabalho.

Nas palavras de Kon (2005, p.8):

Nas sociedades, as relações entre os sexos ainda são predominantemente assimétricas e hierárquicas, e são desiguais as posições ocupadas pelos indivíduos dos dois sexos, seja na esfera da produção ou das relações familiares. As oportunidades de trabalho oferecidas para cada sexo decorrem em grande parte da consideração sobre o papel da mulher na sociedade, no âmbito familiar e doméstico, e sua capacidade de conjugar o trabalho profissional com o doméstico, bem como da qualificação ou capacitação (que recebe uma conotação diferenciada de escolaridade) para exercer ocupações de maior responsabilidade.

Procurou-se identificar nas narrativas das mulheres quais mudanças, familiar, pessoal e profissional, ocorreram em suas vidas após a participação no Programa, como forma de entender qual concepção de empoderamento adotada pelo Programa resultou em mudanças para elas.

Eu me identifiquei com o curso, porque já gostava dessa área de cozinha. Já trabalhava com bolo pra mim, pra vizinho, nunca fazia pra fora porque pensava que não era capaz. Foi muito bom pro meu serviço de hoje. Porque eu queria trabalhar pra mim, em casa. Pude me valorizar como pessoa, como profissional, melhorou minha autoestima, só de voltar pra uma sala de aula depois de um tempão, é uma coisa nova. Eu pude aprimorar minha prática, pude ter mais aprendizado para valorizar meu trabalho, antes eu tinha dificuldade de colocar os preços, tinha vergonha, fazia pros vizinhos, colegas, eles davam o material e eu fazia, não cobrava nada. Aí com as aulas, com o professor me falando fui aprendendo, ele dizia 'minha filha tem que valorizar seu trabalho, tem que cobrar' (MMIL 1).

Tive mais conhecimento, com as aulas de segurança e higiene pessoal, fui mudando muita coisa em casa, de manipulação dos alimentos. Eu ia falando na minha casa para minha mãe, irmãs, pra gente ter cuidado, o que pode e não pode, pra gente ter cuidado com a saúde da gente, dos filhos da gente (MMIL 1).

O curso ajuda a gente se sentir mais útil. As disciplinas ajudaram bastante (Matemática, Português, Informática) para eu acompanhar as minhas filhas em casa. A gente passa a pensar diferente, motivação para buscar mais conhecimentos (MMIL 2).

Depois do curso tive outras descobertas, descobrir realmente o que é o mercado de trabalho, a gente aprende a se comportar, a lidar com as pessoas. Eu me senti mais preparada e motivada (MMIL 3).

Fiz amizades com as meninas, com os professores, todos foram atenciosos com a gente, e assim foi animando. Teve aquela rodada, muitas falaram dos seus problemas, que foram sofredoras (aqui na Divinéia tem muita mulher sofrida que não tem tempo de sair, de fazer amizade). Me ajudou a ter mais comunicação dentro de casa com meus filhos, dentro de casa a gente não aprende nada (viu!) é só o dia a dia de casa, lavando roupa, fazer isso e aquilo, isso vai acumulando, mas a gente saindo fora, o que se aprende já

vai colocando em prática com os filhos. A gente se inteirar no meio das pessoas e da sociedade é muito bom, ajuda a autoestima (MMIL 4)

Através do curso me trouxe muitas coisas positivas, em sentido de que eu conheci um pouco mais de mim, em relação ao que realmente eu sou como ser humano... meu lado humano. É um trabalho [cuidadora de idosos] que tem que ter vocação porque você vai viver ali, passar a fazer parte da vida daquela pessoa, até mais que a própria família... Então, foi um curso bastante positivo para 'mim' como ser humano e como formação do meu caráter. E no meu lado profissional, vai trazer muitos benefícios pra 'mim' e pra minha família, porque com o curso você é capaz de provar que pode fazer aquilo com responsabilidade (MMIL 5).

Das falas das mulheres mil pode-se apreender que os cursos do Programa contribuíram em suas vidas em questão de motivação e autoestima. A importância que as disciplinas propiciaram em termos de conhecimento refletiu na própria convivência familiar, e muitas destacaram a questão da “*descoberta*” e da “*comunicação*” que passaram a utilizar na criação e no diálogo com seus filhos. O fato de poderem no momento de realização dos cursos extrapolar as tarefas do espaço doméstico também se torna relevante nas narrativas: “dentro de casa a gente não aprende nada”, “a gente se inteirar nos meios das pessoas, da sociedade é muito bom”. É possível afirmar que a participação das mulheres no Programa contribuiu para a melhoria das suas relações familiares no que se refere aos cuidados com os filhos.

Tais depoimentos denotam o grau de generificação, dos espaços e das atividades em nossa sociedade, bem como a esfera doméstica é atrelada ao ser feminino, a quem é imputada certa invisibilidade. Assim, a possibilidade expressa pelo Programa de as mulheres frequentarem espaços novos e conhecer pessoas, além do seu círculo doméstico, aparece de forma substancial para elas. “Todo dia a gente queria saber quando ia pro IFMA. Primeiro dia de aula foi aquela empolgação, nunca tinha entrado lá, todo mundo queria estudar um dia lá” (MMIL 1).

A ideia de descobrir o mercado de trabalho, de saber como “se comportar”, e de possuir uma qualificação, fazendo com que se “sintam mais preparadas” também aparece nas narrativas. Isso é consoante com o ideário de que a partir da qualificação profissional terão predicados e condições que lhes assegurarão ir em busca de uma ocupação, de se tornar empregáveis.

Essas narrativas refletem também a intenção do Programa de inserir essas mulheres no mundo do trabalho, reconhecendo suas capacidades e habilidades produtivas, como forma de promover melhoria nas condições de vida

das mulheres, no que tange ao econômico e cultural, em busca de mudança na realidade social de exclusão a que estão submetidas.

Entretanto, a questão do empoderamento, conforme Lisboa (2008) e Sardenberg (2006) – como essencial para alteração radical dos processos sociais que (re) produzem a posição da mulher na sociedade e para a superação das relações patriarcais e machistas, contribuindo para autonomia e determinação das mulheres –, não é trabalhada nessa perspectiva no Programa. O que se percebe nas narrativas é que as mudanças oriundas da participação delas no Mulheres Mil contribuíram mais para as suas responsabilidades familiares do que para superar as assimetrias de gênero.

Desse modo, a elevação da autoestima e a motivação associada à certificação não é garantia de empoderamento, conforme vislumbrado pela perspectiva feminista, visto que, como já assinalado neste estudo a questão do empoderamento se faz presente nas relações de gênero e nas lutas das mulheres contra a sua posição subordinada em contextos específicos como família, trabalho e política.

#### **4.3 (Re) Inserção ou Não inserção: onde estão as mulheres após a qualificação?**

De acordo com alguns relatórios do Programa do ano de 2010, algumas alunas do Curso de Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos ingressantes em 2009 foram encaminhadas pela Coordenadoria a empresas do setor alimentício para estágio, e, ao final, algumas foram efetivadas, outras começaram a trabalhar de forma autônoma.

QUADRO 6 – ALUNAS ENCAMINHADAS AO MERCADO DE TRABALHO NO ANO DE 2010

<b>EMPRESA</b>	<b>MULHERES – ESTÁGIO</b>	<b>PERMANÊNCIA NA EMPRESA</b>
Bondiboca (fast-food)	10 atendidas	07 com carteira assinada
Subway	02 atendidas	02 com carteira assinada
Truts Restaurante	03 atendidas	02 com carteira assinada
Panificadora Pão - Nosso	05 atendidas	02 com carteira assinada

Fonte: Relatórios do Programa Mulheres Mil/Monte Castelo de 2010 (Coordenação do Programa Mulheres Mil, 2014).

QUADRO 6 – ALUNAS ENCAMINHADAS AO MERCADO DE TRABALHO NO ANO DE 2010  
(Continuação)

EMPRESA	MULHERES – ESTÁGIO	PERMANÊNCIA NA EMPRESA
Frans Café	01 atendida	01 com carteira assinada
<b>Situação Final</b>		
21 alunas encaminhadas para o mercado 14 alunas com carteira assinada		
Abriram seu próprio negócio- informal (dentro de casa): 5 alunas estão vendendo por encomendas produtos produzidos com base nos ensinamentos adquiridos em sala de aula.		

Fonte: Relatórios do Programa Mulheres Mil/Monte Castelo de 2010 (Coordenação do Programa Mulheres Mil, 2014).

Vale lembrar que a primeira turma do Programa Mulheres Mil, iniciada em 2009, formou no ano de 2010 trinta e oito mulheres no curso supracitado, das quais dezenove, àquela época, foram (re) inseridas no mercado de trabalho, ou pela via formal (com carteira assinada), ou trabalhando por conta própria, o que equivale a 50% das egressas daquele curso.

Com a mudança de gestão na coordenação do programa, houve descontinuidades na execução dos cursos, os dados referentes a 2010 foram os únicos encontrados que expressavam alguma ação de encaminhamento das alunas ao mundo do trabalho após formação.

Com respaldo nas entrevistas, buscou-se compreender se, após a qualificação realizada no Programa Mulheres Mil/Campus Monte Castelo, as mulheres egressas conseguiram se inserir no mercado de trabalho e de que forma, e se sua inserção se deu na área do curso em que se qualificaram, o que se expressa nas narrativas abaixo:

Eu preferi trabalhar pra mim. Trabalho em casa. Faço minhas encomendas. Fiz minha inscrição no SEBRAE de micro empreendedora, já faz quatro anos, pago R\$ 37,00. A gente tem os direitos: auxílio doença, aposentadoria. Sem contar a segurança que se tem, porque trabalho legalmente e faço minha contribuição”. (MMIL 1).

Eu trabalho como babá, mas de carteira assinada. Pelo curso fiz estágio no Hotel Veleiro, depois do estágio, no fim do ano de 2013, fiquei lá por contrato temporário, recebia o pagamento por diária mais o transporte (MMIL 2).

Eu estou no mercado de trabalho, mas não na área do curso, mas é devido também pelo pouco dessa experiência de camareira, trabalho como serviços gerais na UPA do Parque Vitória, com contrato, tudo direitinho (MMIL 3).

Eu estou com uma amiga, nós duas somos vizinhas, ela abriu um ponto na casa dela, e a gente tá trabalhando juntas com salgados, eu com minha prática e ela com a dela também. A gente funciona o dia todo... a gente prepara tudo na hora equentinho, mas o movimento maior é à noite. Do curso de idosos foi muito bom, eu queria aprender mais, mas não tô trabalhando nessa área. Tô mesmo nesse serviço por conta própria (MMIL 4).

No momento eu não estou trabalhando na área por questão pessoal; minha mãe está com problemas de saúde... e esse serviço [cuidadora de idosos] exige muito da pessoa, da força mental e física. Mas em questão da área, não me preocupo porque é muito procurada, já tive três propostas, mas estou com esse momento e quero também esperar o certificado do curso (MMIL 5).

Hoje não estou trabalhando na área, ultimamente estou trabalhando com artesanato feito de e.v.a. Mas na época que terminei o curso em 2010, consegui trabalhar na área e de carteira assinada (nunca tinha tido minha carteira assinada) fiquei 2 anos e 3 meses trabalhando numa empresa do ramo de alimentos (MMIL 11).

Eu estou trabalhando na área desde que terminei o curso, hoje eu sou auxiliar de cozinha num restaurante no shopping Rio Anil (MMIL 13).

Nesses depoimentos pode-se perceber situações diversas em relação à situação das mulheres após a qualificação realizada, em que algumas revelam preferir trabalhar por conta própria, o que se faz presente na discussão de como a qualificação ofertada pode impulsionar o empreendedorismo entre as egressas. Outras estão trabalhando em área diferente da qualificação, e outras não estão trabalhando na área, seja por questões pessoais, ligadas aos cuidados com seus familiares, seja pela própria conjuntura de recrudescimento dos postos de trabalho, tonando evidente que a posse de qualificação profissional não garante por si só acesso ao mundo do trabalho.

No quadro abaixo, identificou-se as ocupações ou atividades que as mulheres realizaram antes e/ou realizam após a qualificação profissional do Programa Mulheres Mil.

QUADRO 7 – OCUPAÇÕES/ATIVIDADES REALIZADAS PELAS MULHERES

<b>Mulheres Mil</b>	<b>Pré-qualificação</b>	<b>Pós-qualificação</b>
MMIL 1	Desempregada	Trabalha por conta própria
MMIL 2	Não trabalhava	Trabalha como babá
MMIL 3	Não trabalhava	Trabalha como serviços gerais
MMIL 4	Não trabalhava	Trabalha por conta própria
MMIL 5	Trabalhava com vendas de cosméticos	Trabalha como vendas de cosméticos

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no instrumental de entrevista.

QUADRO 7 – OCUPAÇÕES/ATIVIDADES REALIZADAS PELAS MULHERES (Continuação)

<b>Mulheres Mil</b>	<b>Pré-qualificação</b>	<b>Pós-qualificação</b>
MMIL 6	Trabalhava com vendas de cosméticos	Trabalha como vendas de cosméticos
MMIL 7	Trabalhava com vendas de sandálias, confecções e bijouterias.	Trabalha com vendas de joias folheadas
MMIL 8	Não trabalhava	Não trabalha
MMIL 9	Trabalhava com faxina e vendas de cosméticos	Trabalha como serviços gerais
MMIL 10	Não trabalhava	Trabalha como assistente administrativo
MMIL 11	Trabalhava como professora na escola comunitária/vendas de cosméticos	Trabalha com artesanato/vendas de cosméticos
MMIL 12	Trabalhava como atendente numa academia	Não trabalha
MMIL 13	Trabalhava como promotora de vendas em supermercados	Trabalha como auxiliar de cozinha

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no instrumental de entrevista.

Desse modo, as entrevistas revelaram que três egressas estão trabalhando em área de sua formação no Curso de Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos: duas por conta própria, e uma delas já possui a de Microempresadora Individual no SEBRAE, outra atua de maneira informal, e uma está trabalhando como auxiliar de cozinha.

Quatro mulheres que se qualificaram nos Cursos de Camareira e Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos estão trabalhando, mas não na área da qualificação. Uma delas até teve uma experiência na área de camareira no fim de 2013, como diarista no Hotel citado por ela, mas que não se efetivou em 2014, assim está trabalhando como babá. Duas estão trabalhando em serviços gerais, respectivamente nas UPA do Parque Vitória e Vila Luizão, e uma está trabalhando como assistente administrativo (via concurso público) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. Portanto, das quatro mulheres, três possuem vínculo com carteira de trabalho e uma, como estatutária.

É importante ressaltar que o novo modelo de organização do trabalho, pautado na flexibilização e precarização, exige sempre a máxima qualificação dos (as) trabalhadores (as), entretanto, isso não se apresenta como garantia de emprego, pois o que se visualiza é o aumento do desemprego, subemprego e da

informalidade. Assim, evidencia-se que, das entrevistadas, 61,5% encontram-se nessas condições.

Ainda conforme os relatos, observou-se que quatro mulheres estão trabalhando, assim como antes da qualificação realizada, por conta própria e não na área do curso; são elas que gerenciam os recursos que auferem com a venda de produtos, como: cosméticos, joias folheadas e artesanato. Outras duas egressas não estão trabalhando.

Em suma das treze mulheres entrevistadas três estão trabalhando na área do curso em que se qualificaram pelo Programa Mulheres Mil, duas, por conta própria e uma, com vínculo de carteira assinada. Quanto às outras dez, oito egressas estão trabalhando em atividades não relacionadas à formação de que participaram no Programa e duas não estão exercendo nenhuma ocupação. A dificuldade de se inserir em ocupações com garantia trabalhista, tão essencial à sobrevivência do trabalhador, é bem visível nesse contexto de recrudescimento das relações de trabalho e também bem marcante na realidade empírica investigada.

Uma das egressas entrevistadas, que não está trabalhando na área em que se qualificou, menciona em seu relato que gostaria de trabalhar por conta própria a partir do que aprendeu no curso, usando também a experiência que teve como ajudante de cozinha, alguns anos antes do Programa, entretanto, afirma não ter condições financeiras para tal.

Assim que terminei o curso vendia café na porta da minha casa, pois como moro na rua da feira é bem movimentado. Mas parei quando comecei o trabalho na UPA. Até porque eu não tinha condições para organizar minha cozinha para trabalhar com alimentos, sem dinheiro pra isso e também pra comprar o material, porque, por exemplo, para você abrir a massa do salgado é preciso de uma mesa pra isso (MMIL 9).

Foi possível perceber que, mesmo o Programa prevendo o estímulo de formas empreendedoras ou associativas para inserção no mundo do trabalho e geração de renda para as mulheres, ou seja, “a inserção das educandas, por meio de empreendedorismo e associações solidárias [...]” (BRASIL, 2011), existe na prática dificuldade de se cumprir a promessa empreendedora. Nota-se que o empreendedorismo é assunto tratado em disciplina da grade curricular do curso, mas não existem ações específicas e concretas, como, por exemplo, parcerias ou convênios com entidades e maior incentivo à organização das mulheres para acesso a créditos.

Após a qualificação, a promessa empreendedora se torna uma tarefa individual da mulher qualificada, e daí decorrem todas as dificuldades para essa mulher empreender, pois a cultura do autoemprego, como expressão neoliberal, como já assinalado nesta pesquisa, se revela funcional ao contemporâneo processo de desemprego e exclusão social e se confirma na realidade do Mulheres Mil em São Luís. Entre as principais dificuldades para as mulheres empreenderem estão a falta de recursos para iniciar essa atividade por conta própria, ou até mesmo em grupo de produção; a desobrigação delas, com divisão equânime das tarefas domésticas com seus pares; e ainda a falta de estruturação de serviços públicos, como: creches, restaurantes e lavanderias.

Nesse sentido, foi imprescindível buscar-se compreender qual o impacto na renda das mulheres após sua qualificação, uma vez que na proposta do Programa isto é bem claro: oportunidade de melhoria de renda por meio do trabalho decente (BRASIL, 2011).

#### **4.4 Possíveis impactos na renda familiar das mulheres**

O intuito do Programa Mulheres Mil de promover melhoria nas condições de vida das mulheres, a partir da inserção de suas egressas no mundo do trabalho, conduziu à necessidade de apreender-se de que forma após a qualificação recebida as mulheres conseguiram auferir renda.

Foi possível identificar-se que a maioria das mulheres possui interesse em atuar na área do curso em que se formaram; algumas até já encaminharam currículos para serviços correlatos, outras preferiram atuar por conta própria, conforme os relatos:

Eu tenho interesse em trabalhar na área, já repassei vários currículos, mas ainda não aconteceu, assim continuo trabalhando com minhas vendas (MMIL 6).

Se fosse trabalhar de carteira, ia receber salário mínimo, e eu consigo tirar mais, para mim é mais satisfatório, no mês quando tem menos encomenda, tiro R\$ 1.000,00, quando tem mais, tiro até 2.500,00 (MMIL 1).

Nesse trabalho com minha amiga a gente repõe as coisas que ficam faltando lá, e outra parte fica com a gente, geralmente eu tiro de lucro até 100 reais por dia (MMIL 4).

No quadro abaixo se construiu um paralelo da renda das mulheres antes e após o curso, de acordo com as atividades que as egressas declararam realizar.

QUADRO 8 – SITUAÇÃO DE RENDA DAS MULHERES EGRESSAS

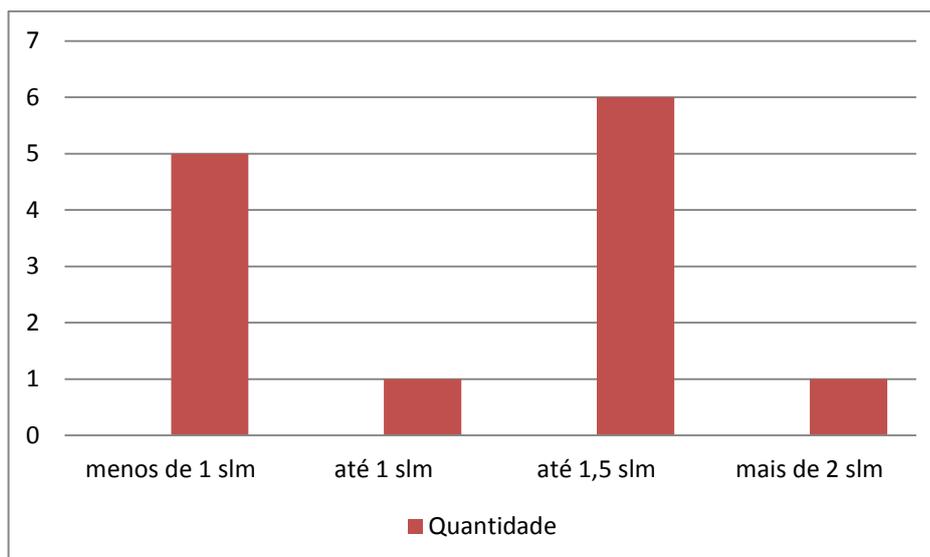
<b>Mulheres Mil</b>	<b>Renda antes do curso</b>	<b>Renda após o curso</b>
MMIL 1	R\$ 0,0	R\$ 1.700,00
MMIL 2	R\$ 112,00 (PBF)	R\$ 900,00
MMIL 3	R\$ 112,00 (PBF)	R\$ 900,00
MMIL 4	R\$ 112,00 (PBF)	R\$ 800,00
MMIL 5	R\$ 477,00	R\$ 577,00
MMIL 6	R\$ 600,00	R\$ 600,00
MMIL 7	R\$ 400,00	R\$ 700,00
MMIL 8	R\$ 678,00	R\$ 788,00
MMIL 9	R\$ 560,00	R\$ 948,00
MMIL 10	R\$ 0,0	R\$ 1.576,00
MMIL 11	R\$ 371,00	R\$ 631,00
MMIL 12	R\$ 512,00	R\$ 112,00
MMIL 13	R\$ 599,00	R\$ 900,00

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no instrumental de entrevista

Ao se analisar detalhadamente a situação de renda de cada mulher, pode-se destacar o seguinte: para aquelas que não tinham nenhuma renda, que são casadas e que hoje atuam por conta própria na área de sua qualificação, houve alteração na renda, e isso representa para elas uma marca positiva na participação da renda familiar, pois dividem as despesas junto com seus cônjuges.

As mulheres que tinham como renda somente o recurso do Bolsa Família, que não trabalham na área do curso, mas em outras áreas com contrato formal de trabalho, assim como a egressa que trabalha na área da qualificação com carteira de trabalho assinada, também demonstraram uma alteração em sua renda. Já as egressas que antes possuíam renda, porém derivada do Programa Bolsa Família ou BPC, que trabalham por conta própria com venda de diversos produtos, revelaram que não houve grande alteração em sua renda.

GRÁFICO 5 – RENDA DAS MULHERES EGRESSAS DO PROGRAMA MULHERES MIL



Fonte: elaborada pela autora com base no instrumental de entrevista

Assim, visualiza-se que a renda das mulheres participantes do Programa, varia na faixa de menos de um salário mínimo (R\$ 788,00) até mais de dois salários mínimos (R\$ 1.576,00). Se comparado ao total de entrevistadas (13 mulheres) elas representam 23,07%.

Dessa forma, pode-se perceber que o impacto na renda das mulheres depois da qualificação realizada ainda é bastante tímido. Tal fato só ratifica que o acesso a ações de qualificação e a inserção no mundo do trabalho não podem resolver por si só os problemas de desigualdades sociais que atingem as mulheres, pois elas decorrem de relações mais amplas e complexas de produção e reprodução da vida social.

Foi possível perceber também, que a atuação do Programa está ainda limitada ao repasse propedêutico em torno dos cursos oferecidos, seguindo o modelo nacionalmente construído, sem abordar questões que poderiam possibilitar um maior empoderamento dessas mulheres. Pois, mesmo elas auferindo renda, isso não pode ser tomado como autonomia de forma ampla, porque continuam responsáveis pelas tarefas domésticas, tentando conciliar uma perspectiva profissional muito atrelada aos papéis que lhes foram construídos: cuidados com suas casas, filhos, maridos e com as pessoas idosas de seu círculo familiar, o que reforça a divisão sexual do trabalho e reafirma seus papéis tradicionais.

Vale lembrar igualmente que as atividades de cuidado com o lar e a família na ordem patriarcal não possuem efetivo reconhecimento e relevância. Essas ações são necessárias social e economicamente, pois sustentam a produção e

reprodução da vida social, entretanto, como as mulheres estão invisibilizadas, não assumem o prestígio social que lhes cabe, pelo contrário, assumem um *status* inferior na construção social.

Em relação à inserção das egressas no mercado de trabalho, isso ocorre mais graças ao interesse individual de cada mulher formada, do que de ações organizadas pela instituição de encaminhamento delas ao mercado. Assim, o proposto pelo Programa, isto é, articular mecanismos e conexões para inclusão das egressas no mundo do trabalho ainda é fator a ser alcançado.

Portanto, a ação do Programa, no que concerne à capacitação profissional, se insere numa perspectiva bem tradicional, compensatória e paliativa, visto que a qualificação, por si só, como já explicitado neste estudo, não garante a mudança radical de melhoria de vida dessas mulheres, levando-as à inclusão ou acesso ao trabalho como previsto. Foi possível identificar que a atuação das mulheres está relacionada à sua busca individual por um espaço no mundo do trabalho, quer em atividades formais, quer informais, visando à garantia do atendimento de suas necessidades básicas.

O critério de inclusão, formação/qualificação está envolto numa realidade complexa, permeada por desempregos crescentes e/ou empregos precarizados, o que demonstra que adentrar ou não no mundo do trabalho passa a ser uma responsabilidade, como já descrita, individual, numa disputa acirrada e por vezes limitada, em que nem sempre a aquisição de novos saberes é suficiente para esta competição.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como principal objetivo avaliar os impactos do Programa Mulheres Mil em São Luís na promoção de geração de renda para mulheres, por meio dos cursos de qualificação profissional ofertados. A partir desse objetivo, compreendeu-se que o desenvolvimento de ações de geração de renda para as mulheres situa-se numa perspectiva focalista e compensatória, e levam as mulheres a desenvolver funções que lhes possibilitem compatibilizar o desempenho de atividades domésticas com estratégias de sobrevivência, muitas das vezes, alternativas, não necessariamente ligadas ao mercado formal de trabalho.

Os cursos do Programa Mulheres Mil apresentam-se de forma tradicional, assistencial e paliativa, reforçando os aspectos da divisão sexual do trabalho, pois eles se inserem num rol de atividades consagradas ao feminino. Não se percebe nas qualificações ofertadas uma relação entre ciência, tecnologia e inovação que possa contribuir para a superação das assimetrias de gênero em nossa sociedade e buscar novas formas de gerar conhecimento e desenvolvimento que possibilitem a desconstrução das desigualdades de gênero e dos lugares social e historicamente destinados às mulheres.

O Programa não tem a receita mágica para a transformação da realidade de mulheres em situação de vulnerabilidade, considerando que a mera inclusão ou acesso a cursos de qualificação não é capaz de promover mudanças de tal porte, haja vista, que ele se insere numa conjuntura macro, que é a de reordenamento do capital, de conteúdo neoliberal, em que cresce o desemprego, a informalidade e a perda de direitos sociais.

O público feminino, o qual o Programa pretende alcançar, vive historicamente essa realidade marcada pelos processos de exclusão e precariedade de inserção no mundo do trabalho. No atual contexto de reestruturação produtiva do capital, os rebatimentos sobre as formas de inserção no mundo do trabalho representam para o segmento feminino a participação em trabalhos informais e precários.

Nesse sentido, o crescente aumento da pobreza entre as mulheres está vinculado às formas de sua inserção no mundo do trabalho, associado às desigualdades de gênero expressas pela divisão sexual do trabalho e pela forma exploradora e concentradora de renda em que se estrutura o capitalismo,

influenciando os espaços a serem ocupados pelas mulheres, ou seja, a construção inteiramente social que define imagens específicas para elas. Isso se reflete no desenho das políticas públicas, que seguem a tendência conjuntural de focalização das políticas de combate à pobreza, expressas, principalmente, nos programas de transferência condicionada de renda.

Assim, a pobreza tem recorte de gênero e se expressa de maneira mais contundente para as mulheres – feminização da pobreza –, fato que decorre da rigidez dos papéis culturalmente atribuídos a elas, refletindo no acesso limitado delas ao poder, ao trabalho, à educação e à capacitação.

Pode-se afirmar que os programas de geração de renda para as mulheres assumem caráter compensatório, com ações de alívio da pobreza e não com ações articuladas para a redistribuição do poder entre os sexos, ou enfrentamento efetivo da questão. Por isso, cumpre indagar-se: como melhorar a qualidade de vida das mulheres, sobretudo, das mais pobres?

Difunde-se a noção de que a educação de mulheres pode interromper o ciclo intergeracional da pobreza e levá-las à inserção no mundo do trabalho, partindo-se do princípio de que mulheres qualificadas podem se tornar empregáveis.

Todavia, o discurso da (pseudo) qualificação profissional, como essencial para o enfrentamento ao desemprego, mascara os condicionantes de ordem conjuntural e estrutural e reduz a questão apenas ao esforço individual e à elevação das competências na possibilidade de estar empregado (a).

Soma-se a esse, o discurso da empregabilidade, como conceito significativo da lógica do processo de reestruturação produtiva, determinando o sentido das políticas de formação profissional. Há uma individualização do problema do desemprego, uma vez que se transfere aos indivíduos a responsabilidade pelo sucesso ou pelo fracasso de sua inserção no mercado de trabalho.

Constata-se que o Programa Mulheres Mil, desenvolvido no IFMA/Campus Monte Castelo, se insere num contexto em que as propostas de geração de renda para as mulheres são orientadas por políticas de qualificação profissional e de incentivo ao empreendedorismo, com a exaltação do trabalho por conta própria ou autoemprego.

Ao lado disso, as qualificações ofertadas estão relacionadas às atividades historicamente relacionadas aos papéis femininos criados socialmente. Observou-

se, durante a pesquisa, que a escolha dos cursos levou em consideração as possibilidades estruturais da instituição, a formação profissional dos recursos humanos disponíveis e os convênios realizados. Contudo, para as ações de planejamento não foi observada nenhuma pesquisa prévia nem a participação das mulheres.

Em relação à avaliação dos possíveis impactos, percebeu-se, nas falas das mulheres, que sua participação no Programa contribuiu em termos de motivação e aumento da autoestima, visto que os conhecimentos apreendidos nas disciplinas puderam ser aplicados mais no âmbito familiar do que profissional. O fato de poderem frequentar um espaço escolar e conviver com outras pessoas, além do seu círculo familiar, representou, em certa medida, a possibilidade de extrapolar o espaço doméstico.

No que diz respeito à sua (re) inserção no mundo do trabalho, nas treze entrevistas realizadas, visualizou-se que a maioria das mulheres está inserida em atividades diferentes da qualificação realizada. O impacto na renda das mulheres, a partir da qualificação, ainda é bastante pequeno, ao se comparar com o total de mulheres formadas.

Assim, as mudanças para as mulheres, em vista de sua participação no Programa, se deu mais em termos de suas responsabilidades familiares do que em termos de superação das assimetrias de gênero. E em relação à inserção das egressas no mercado de trabalho, ocorre, mas isso depende mais do interesse individual de cada mulher formada.

Desse modo, compreende-se que o simples acesso a ações de qualificação e a inserção no mundo do trabalho não podem resolver por si só, os problemas de desigualdades sociais que atingem às mulheres, tais desigualdades decorrem das relações mais amplas de produção e reprodução social.

Isso confirma o pressuposto levantado neste estudo, qual seja: de que os programas de geração de renda para mulheres estão condicionados pelo neoliberalismo e que têm por objetivo manter a sobrevivência destas através de estratégias alternativas ao mercado formal de trabalho.

Entende-se, assim, que o Programa Mulheres Mil está mais relacionado aos preceitos neoliberais, que marcam o contexto em que ele se origina, do que à real superação das desigualdades impelidas às mulheres em nossa sociedade.

Contudo, ele adquire um grau de importância na vida de suas participantes como instrumento de acesso a cursos de qualificação específicos para mulheres, mas carece ser redimensionado para outra perspectiva: de verdadeira inclusão e emancipação feminina.

Perceberam-se também algumas dificuldades na realidade do Programa investigado, como: oferta de cursos que refletem e reforçam a posição da mulher na sociedade; atraso nas atividades por demora no repasse dos recursos financeiros e/ou disponibilidade de docentes para andamento das disciplinas; espaço físico-estrutural insuficiente para atender as demandas dos cursos; descompasso entre o término do curso e a certificação das mulheres; e falta de ações concretas para inserção das egressas no mundo do trabalho.

A metodologia do Programa é unilateral; não houve diálogo para sua construção com as mulheres, alvo da ação, ou até mesmo com organismos e movimentos de mulheres que historicamente empreendem lutas sobre a questão da educação e do trabalho para mulheres.

O alcance dos objetivos propostos foi limitado, pois a pretensão de educação tecnológica não foi atingida; nos cursos essa ação se restringiu às noções de computação ofertadas às mulheres. As articulações de mecanismos e conexões para inserção das egressas no mundo do trabalho também não foram efetivadas.

Em relação ao alcance dos impactos previstos, é necessário um debate amplo e crítico, porque são questões complexas da sociedade que exigem rupturas e redefinições culturais, políticas e econômicas.

Com isso é necessário se repensarem as condições em que ele é desenvolvido em São Luís, com capacitação para os profissionais envolvidos, para que se trabalhe melhor o conceito de gênero e a situação das mulheres, a organização de ações que possam de fato levar à inserção delas ao mundo do trabalho, sem que isso se torne uma tarefa individual da mulher qualificada.

Devem-se repensar também os cursos oferecidos, visto que estes são reforçadores da divisão sexual do trabalho, dos espaços reservados e das funções consagradas às mulheres e que estimulam a conciliação das tarefas produtivas com as responsabilidades do espaço doméstico.

Nesse sentido, afirma-se que compreender as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho é de fundamental importância para a reflexão sobre a organização das práticas sociais e dos aspectos que influenciam a invisibilidade

feminina. Logo, é preciso que políticas e programas voltados para a geração de renda das mulheres incorporem elementos que extrapolem a necessidade econômica e que atendam a outras necessidades, como a desobrigação das mulheres pelas tarefas domésticas e sua participação em atividades culturais, de lazer e políticas, que possam assim, influenciar decisivamente a sua capacidade de empoderamento e autonomia.

É oportuno destacar, porém, que com esta dissertação não se pretendem esgotar os estudos sobre a temática, mas contribuir para realização de novas pesquisas. A publicização dos resultados no contexto institucional também é relevante, uma vez que objetivo da avaliação nas políticas públicas é que ela sirva de instrumento de gestão e encaminhe possibilidades de mudança na execução dos programas, para que eles se tornem mais efetivos.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana: o mercado de trabalho no contexto da reestruturação. In: DELGADO, Didice G.; CAPPELLIN, Paola; SOARES, Vera (Orgs). **Mulher e trabalho: experiências de ações afirmativas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ALVES, Giovanni. **Reestruturação produtiva, novas qualificações e empregabilidade**. Disponível em: <<http://www.giovnianalves.org>>. Acesso 25 Nov. 2014.

ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende, et al. **Empreendedorismo tupiniquim: notas para uma reflexão**. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. RJ: Niterói. ANINTER-SH/PPGSD-UFF, 03 a 06 de Set de 2012. Disponível em: <[www.aninter.com.br/anais](http://www.aninter.com.br/anais)>. Acesso 25 Nov. 2014.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** : ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de campinas, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução de direitos sociais. In: SILVA, Maria Ozanira Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (orgs). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís: FAPEMA, 2006.

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais, 2001.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012. Igualdade de gênero e desenvolvimento**. Visão geral. Washington, 2011.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Economia solidária: estratégias de governo no contexto de desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, Maria Ozanira Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (orgs). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís: FAPEMA, 2006.

\_\_\_\_\_. Trabalho e economia solidária: crítica ao empreendedorismo como possibilidade histórica. In: ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon (orgs). **Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas**. São Paulo: Cortez; São Luís: FAPEMA, 2006.

BANDEIRA, Lourdes. **Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. CEPAL/SPM. Brasília, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Políticas públicas para as mulheres**. Disponível em: <[www.spm.gov.br](http://www.spm.gov.br)>. Acesso em: 28 Ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (2013). Disponível em: <[www.spm.gov.br](http://www.spm.gov.br)>. Acesso em: 28 Ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Diário Oficial da União. **Portaria Nº 1.015 de 21 de Julho de 2011 do Ministério da Educação. Seção 1, Nº 140 de 22/07/2011**. Disponível em: [www.in.gov.br](http://www.in.gov.br) > Acesso em: 27 Set. de 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito**. Disponível em: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)> Acesso 10 Set. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Programa Nacional Mulheres Mil: Educação, cidadania e desenvolvimento sustentável 2011**. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) > Acesso em: 12 Set. de 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Boletim – A extrema pobreza no seu município. Disponível em < [www.ms.gov.br](http://www.ms.gov.br) > Acesso em: 06 Jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **PNAD 2009 - Primeiras análises: investigando a chefia feminina de família**. Comunicado do Ipea Nº 65. 11 de Nov de 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 28 Set. 2011.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD 2012 – Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 29. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Informações de Gênero**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/snig>> Acesso em: 05 Jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Presidência da República, Casa Civil. Decreto Nº 7.492 de 2 de Junho de 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm)> Acesso 12 Dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Portal do Empreendedor. Definição de microempreendedor individual. Disponível em: <[www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br)> Acesso 12 Dez. 2014.

BUARQUE, Cristina. **Introdução ao Feminismo**. [sem data].

BÜCHENER, Ludwig et al. Sobre o movimento cooperativo. In: MUSTO, Marcello (org). **Trabalhadores, uni-vos! : antologia política da I Internacional**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BULGACOV, Yara Lucia Mazziotti, et al. **Atividade empreendedora da mulher brasileira: Trabalho precário ou trabalho decente?** Revista Psicol. Argum. 2010 out./dez., 28(63), 337-349

CARLOTO, Cássia Maria; GOMES, Anne Grace. **Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.105, p.131-145, jan/mar 2011.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Disponível em: <<http://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>>. Acesso em 01 Set. 2014.

COSTA, Delaine Martins. Práticas de empreendedorismo feminino: reflexões a partir de experiências multissituadas. In: COSTA, Delaine Martins; Rosimere de Souza (orgs). **Políticas públicas, empreendedorismo e mulheres: olhares que se encontram**. Rio de Janeiro: IBAM, 2012.

COSTA, Marli Marlene Moraes da; MAZZARDO, Luciane de Freitas. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL**: provendo as bases da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. Disponível em <<http://online.unisc.br/acadnet/anais>> Acesso em 12 Fev.2014.

DEMO, Pedro. **Exclusão Social**: categorias novas para realidades velhas. Revista Ser Social, Brasília, n. 03, p. 9-54, jul/dez 1998.

**DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER- Pequim, 1995**. Disponível em: <[www.unfpa.org.br/Arquivos/declaração beijing.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaração%20beijing.pdf)>. Acesso 14 Ago. 2014.

DRAÍBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília R. Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC/SP, 2001.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In: MOTA, Ana Elisabete (Org). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

**Editais de seleção do programa mulheres mil.** Coordenação do Programa Mulheres Mil – IFMA/Campus Monte Castelo. São Luís, 2014.

FABBRO, Maria Tereza. **Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável**: Alimento na inclusão social. São Luís: Departamento e Inclusão Social/Instituto Federal de Educação Ciência de Tecnologia do Maranhão. 2011.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e Políticas Públicas**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 47-71, janeiro-abril/2004.

FERREIRA, Mary. **As caetanas vão à luta**: feminismo e políticas públicas no Maranhão. São Luís: EDUFMA; Grupo de Mulheres da Ilha, 2007.

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub; FIGUEIREDO, Marcus Faria. **Avaliação política e avaliação de políticas**: um quadro de referencia teórico. São Paulo: IDESP, 1986.

FRANCO, Maria Ciavatta. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GOMES, Ane Grace. **Trabalho das mulheres e divisão sexual do trabalho**: projetos de geração de renda nos municípios do Vale do Ivaí - PR. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social). Universidade Estadual de Londrina, 2011.

GONÇALVES, Renata. Dinâmica sexista do capital: feminização do trabalho precário. In: **Dossiê trabalho e capital: dimensões, soberania e imperialismo no séc. XXI**. Revista Lutas Sociais, São Paulo, n. 9/10, p.125-131, 2003.

GONZALEZ, Débora. **Os desafios da promoção da 'Autonomia Econômica das Mulheres' no Brasil**: estratégias, discursos e práticas. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/10>> Acesso em: 11 Jul. 2014.

HEREDIA, Beatriz M. Alásia de; CINTRIÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: Unifem/Ford Foundation/Cepia, 2006.

HINS, Eugène. Associações cooperativas como modelo de sociedade futura. In: MUSTO, Marcello (org). **Trabalhadores, uni-vos!**: antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014.

KERGOAT, Danièle. **A divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** Disponível em < <http://poligen.polignu.org/sites> > Acesso em 30 Dez 2014.

KON, Anita. **Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família: Repercussões sobre o mercado de trabalho.** Seminário: As Famílias e as Políticas Públicas no Brasil. Belo Horizonte – MG: ABEP, 2005.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LAVINAS, Lena. **Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos.** Disponível em:< [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) > Acesso 25 Nov. 2014.

LIMA, Alex Myller Duarte. **Gênero e Justiça Social: fundamentos ético-políticos da política nacional para as mulheres.** Tese de Doutorado (Doutorado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí, 2014.

LIMA, Maria José. Gênero, cultura e sociedade. In: FERREIRA, Mary (Org). **Mulher, Gênero e Políticas Públicas.** São Luís: Grupo de Mulheres da Ilha: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas, Cidadania e Relações de gênero – UFMA; Salvador: REDOR, 1999.

LISBOA, Tereza Kleba. **O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais.** Seminário Internacional Fazendo gênero, Florianópolis, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MANFREDI, Sílvia Maria. Qualificação e educação: reconstruindo nexos e inter-relações. In: SAUL, Ana Maria; FREITAS, José Cleber de. **Políticas públicas de qualificação: desafios atuais.** São Paulo: A+ Comunicação, 2007.

MARTINS, Delaine; STORNI, Louise. **Políticas públicas para mulheres e autonomia econômica.** Disponível em: <[pt.scribd.com/doc/.../direitosdasmulheres-tc5-autonomia-economica-pdf](http://pt.scribd.com/doc/.../direitosdasmulheres-tc5-autonomia-economica-pdf)>. Acesso em: 28 Ago.2014.

MARTINS, José de Sousa. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MELO, Hildete P. de. Gênero e pobreza no Brasil. In: BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete P. de. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil.** Unidad Mujer y Desarrollo. Projecto “Governabilidade democrática e igualdade de gênero. CEPAL. Santiago de Chile, Junho, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MICHEL, Andrée. **O feminismo: uma abordagem histórica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MONTAÑO, Sonia. As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. O caso do Brasil. In: Montaña, Sonia; Pitanguy, Jacqueline; Lobo, Thereza. **As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. O caso do Brasil**. Série Mujer y Desarrollo, ECLAC. Santiago do Chile, n. 45, jun. 2003.

MUNHOZ, Glaucia de Souza et al. **O empreendedorismo no contexto das mudanças do mundo do trabalho**. Revista Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, v. 30, n. 2, p. 155-163, 2008.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. O trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo. In: SILVA, Maria Ozanira Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (orgs). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís: FAPEMA, 2006.

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 16 (2): 440, maio-agosto/2008.

**Plano de curso do programa mulheres mil**. Coordenação do Programa Mulheres Mil – IFMA/Campus Monte Castelo. São Luís, 2013.

PRÁ, Jussara Reis. **Políticas públicas, feminismos e cidadania de gênero**. IX Encontro da ABCP, Brasília, 04 a 07 de Agosto de 2014.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho no Brasil pós-neoliberal**. Brasília: Liber Livros, 2011.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (orgs). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

RIBEIRO, Dillyane de Sousa. **Gênero e desenvolvimento na perspectiva do banco mundial**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/10>>. Acesso em: 11 Jul. 2014.

ROCHA, Lourdes de Maria L. Nunes. Abrindo os olhos e botando a boca no mundo: a emergência do movimento feminista em São Luís-MA, na década de 80. In: COSTA, Cândida da; LIMA, Terezinha Moreira (orgs). **Políticas públicas, trabalho e movimentos sociais no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir (org). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SAID, Magnólia Azevedo. **Desenvolvimento e Desigualdade de Gênero**. Disponível em: [br.boell.org/sites](http://br.boell.org/sites). Acesso em: 15 de Set. 2014.

SARDENBERG, Cecília M.B. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista**. I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO. NEIM/UFBA, Salvador/Bahia, de 5-10 de junho de 2006.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen\\_categoria.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html)> Acesso em: 7 nov. 2014.

SILVA, Maria Nilza da. **A mulher negra**. Revista Espaço Acadêmico, ano 2, nº 22, março, 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/022/22csilva.htm>> Acesso em: 30 jan. 2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. A avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da Pesquisa Avaliativa. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord). **Pesquisa Avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

SILVEIRA, M. L. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M.

L.(Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, n. 8).

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2002.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs). **O Banco Mundial e as Políticas educacionais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Orgs). **Mulher e Política: gênero e feminismo no partido dos trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes**. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L.(Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, n. 8).

SOUSA, Salviana de Maria Pastos Santos; Pereira, Maria Eunice F. Damasceno. A apropriação da noção de competência nas políticas de educação profissional desenvolvidas no Brasil a partir dos anos 1990. In: SILVA, Maria Ozanira Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (orgs). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís: FAPEMA, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. **Regulação social tardia**: características das políticas sociais latino-americana na passagem entre o segundo e terceiro milênio. Disponível em: <<http://www.clad.org.ve/fulltext/0044509.pdf>> Acesso em: 28 Ago.2014.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Editora Xamã, 2001.

VAZ, Angela Maria Giovanetti. **EXCLUSÃO SOCIAL**: novos e velhos dilemas. Revista Emancipação, vol 2, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br>>. Acesso em 20 jun. 2014.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Integração supranacional, mulheres e mercados de trabalho. In: FAUSTO, Ayrton; PRONKO, Marcela; YANNOULAS, Silvia C. (orgs). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda na América Latina e Caribe**. Tomo I. Brasília: FLACSO/Brasil, Editorial Abaré, 2003.

\_\_\_\_\_. **FEMINIZAÇÃO OU FEMINILIZAÇÃO?** Apontamentos em torno de uma categoria. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.271-292, jul./dez. 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Mudanças atuais no capitalismo e perspectivas para as políticas públicas**. Revista de Políticas Públicas, São Luís, número especial, p. 59-65, agosto, 2010.

## APÊNDICE

## APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís/ Maranhão

#### CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A pesquisa intitulada “**GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES**: uma avaliação de impacto Programa Mulheres Mil na ótica das egressas em São Luís/ Ma” que compreende o período de 2009 a 2013 vem sendo realizada para fins de elaboração da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, tendo como objetivos:

- Avaliar os impactos do Programa Mulheres Mil em São Luís na promoção de geração de renda para mulheres.
- Conhecer as particularidades do Programa Mulheres Mil desenvolvido no IFMA/Campus Monte Castelo.
- Identificar como se processa a inclusão e permanência das mulheres em suas ações.
- Apreender os impactos da qualificação ofertada pelo supracitado Programa para fins de inserção e permanência das mulheres no mundo do trabalho em São Luís.

A sua participação é fundamental para a consecução dos objetivos propostos, bem como para a produção de novos conhecimentos científicos relevantes que poderão contribuir para a discussão de gênero e geração de renda para mulheres, a partir da experiência do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Maranhão - Campus São Luís/Monte Castelo.

Participação essa que consiste na concessão voluntária de entrevista, preferencialmente com uso de gravador, tendo em vista a possibilidade que, tanto a técnica, quanto o recurso favorecem no recolhimento e na preservação das informações coletadas. Entre os benefícios esperados com este estudo destaca-se um maior conhecimento a respeito do programa mulheres mil, os aspectos facilitadores e dificultadores na implementação e execução do programa, o impacto na vida das mulheres capacitadas nos cursos e o entendimento das questões de gênero que o permeiam.

Ressalta-se que o pesquisador responsável assegura o direito a esclarecimentos de dúvidas que se fizerem necessárias, assim como o sigilo total das informações pessoais obtidas por essa investigação e o anonimato dos (as) participantes, se for o caso, e irrestrito acesso a todas as informações e os esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências antes, durante e após a participação concedida.

Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para a composição desse estudo ou eventos/publicações científicas com o resguardo da confidencialidade dos (as) participantes já assinalados, eximindo, assim, a possibilidade de riscos, danos morais ou financeiros aos (as) envolvidos (as).

Acrescenta-se que a recusa e desistência de respostas de questões que, eventualmente possa gerar constrangimento, assim como de todo processo, fica facultada aos sujeitos em qualquer fase da pesquisa, sem penalização, retaliação ou prejuízo por essa decisão.

Todavia, caso haja qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, haverá ressarcimento em dinheiro, mediante depósito em conta corrente dos sujeitos pesquisados. De igual maneira, caso aconteça algum dano decorrente dessa participação proceder-se-á a indenização, como determina a resolução CNS 196/96.

Maiores informações e/ou esclarecimentos sobre o procedimento ora exposto poderão ser obtidas junto à pesquisadora responsável, orientadora da pesquisa e Comitê de Ética em Pesquisa da UFMA conforme segue abaixo:

- Pesquisadora Responsável: Sara Diniz Nascimento – Av. Beta, Condomínio Athenas Park I, Bl 09, Ap 303, Parque Athenas, São Luís, Maranhão;
- Orientadora da Pesquisa: Marly de Jesus Sá Dias – Rua Projetada, Condomínio Arpoador, Casa 18, Cohajoli/ Vila de Vicente Fialho, nesta cidade – Fone (98) 3214.1328/ 98818.1217;
- Comitê de Ética em Pesquisa da UFMA: Avenida dos Portugueses, s/nº, Campus Universitário do Bacanga, Prédio do CEB Velho PPPG, Bloco C, Sala 07, São Luís, Maranhão. Fone: (98) 3272-8708 ou mandar um *email* para [cepufma@ufma.br](mailto:cepufma@ufma.br).

### **AUTORIZAÇÃO**

Eu, .....(nome do sujeito da pesquisa, nacionalidade, idade, estado civil, profissão, RG, data e órgão de emissão, CPF), após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de esclarecer dúvidas com o pesquisador responsável, Sra. Sara Diniz Nascimento, Mestrando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), afirmo estar devidamente informado em relação a minha participação voluntária na concessão de entrevista para fins de consecução da dissertação de mestrado da pesquisadora responsável e manifesto meu livre consentimento em participar, estando completamente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

São Luís (MA), ----- de ----- de 2014.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do sujeito da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Sara Diniz Nascimento  
(Pesquisador Responsável)

\_\_\_\_\_  
Marly de Jesus Sá Dias  
(Orientadora da Pesquisa)

## APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista I

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMA: GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES: uma avaliação de impacto do Programa Mulheres Mil na ótica das egressas em São Luís/MA

NOME:

CARGO:

FUNÇÃO NO PROGRAMA:

1. QUAIS OS CURSOS OFERECIDOS PELO PROGRAMA MMIL DO CAMPUS MONTE CASTELO NO PERÍODO DE 2009 A 2013?
2. COMO OCORREU A ESCOLHA E OFERTA DOS CURSOS? QUAIS ASPECTOS FORAM CONSIDERADOS?
3. QUANTAS MULHERES FORAM MATRICULADAS NOS CURSOS E QUANTAS CONCLUÍRAM?
4. QUAL A CARGA HORÁRIA E TEMPO DE DURAÇÃO DOS CURSOS?
5. PARTICIPOU DE ALGUMA CAPACITAÇÃO PARA ATUAR NO PROGRAMA?
6. QUAL O ENTENDIMENTO SOBRE A SITUAÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE E SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO?

## APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista II

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMA: GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES: uma avaliação de impacto do Programa Mulheres Mil na ótica das egressas em São Luís/MA

NOME: \_\_\_\_\_

IDADE: \_\_\_\_\_ FILHOS: \_\_\_\_\_ ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

ESCOLARIDADE: \_\_\_\_\_

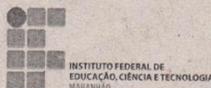
PARTICIPA DE PROGRAMA SOCIAL: \_\_\_\_\_

COR: ( ) PARDA ( ) NEGRA ( ) BRANCA

1. COMO TOMOU CONHECIMENTO DO PROGRAMA MULHERES MIL?
2. COMO ERA A SUA ROTINA ANTES DE PARTICIPAR DO PROGRAMA?
3. OCORREU ALGUMA MUDANÇA APÓS A PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA: FAMILIAR, PESSOAL?
4. CONSEGUIU SE INSERIR NO MERCADO DE TRABALHO APÓS REALIZAR O CURSO DO PROGRAMA MULHERES MIL, DE QUE FORMA?
5. A INSERÇÃO É NA ÁREA DO CURSO EM QUE SE QUALIFICOU?
6. CONSEGUIU AUFERIR RENDA APÓS A PARTICIPAÇÃO NO CURSO?

**ANEXO**

ANEXO A – Declaração de anuência da Diretoria Geral – IFMA/Campus Monte Castelo



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO  
CAMPUS SÃO LUIS - MONTE CASTELO

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

São Luis (MA), 01 de Abril de 2014.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão

Declaramos para os devidos fins que, concordamos com a realização da coleta de dados no âmbito deste IFMA/Campus São Luís-Monte Castelo para a pesquisa **"A questão da Geração de Renda para as Mulheres: uma análise do Programa Mulheres Mil no Maranhão"** da aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, Sara Diniz Nascimento.

Regina Lucia Muniz Ribeiro  
Diretora Geral do Campus São Luís-Monte Castelo